

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES**

JULIANA DE CÁSSIA DOMINGOS

**Memórias da terra: a história de vida da mulher negra no sul de Minas Gerais e
interior de São Paulo**

São Paulo
2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

Memórias da terra: a história de vida da mulher negra no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo

Versão corrigida

JULIANA DE CÁSSIA DOMINGOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades - DIVERSITAS da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

D671 Domingos, Juliana de Cássia
Memórias da terra: a história de vida da mulher
negra no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo.
Dominm / Juliana de Cássia Domingos; orientador José Carlos
Sebe Bom Meihy - São Paulo, 2023.
210 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. História oral. 2. História de vida familiar. 3.
Mulher negra. 4. Memória. 5. Café. I. Meihy, José
Carlos Sebe Bom , orient. II. Título.

DOMINGOS, Juliana Cássia de. **Memórias da terra**: a história de vida da mulher negra no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo. 2023. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 27/11/2023

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky

Instituição: Universidade Federal do ABC (UFABC) - Julgamento: Aprovada

Prof(a). Dr(a). Fabíola Holanda Barbosa Fernandez

Instituição: Faculdade São Leopoldo Mandic (FSLM) - Julgamento: Aprovada

Prof(a). Dr(a). Francione Oliveira Carvalho

Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas (FFLCH) - Julgamento: Aprovada

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Juliana de Cássia Domingos

Data da defesa: 27/11/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): José Carlos Sebe Bom Meihy

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 27/02/2024.



(Assinatura do (a) orientador (a))

*Dedico aos encantados da minha família negra:
Antônio Crioulo, Joanna Crioula, Juliana
Crioula, Domingos, Dalina, Anna Antonia,
Francisco, Placedina, Ana Luiza, Alberto
Procópio, José Maria, Flauzina Maria, Juvenal,
Olinta, Zote, Geraldo, Dito, Maria Aparecida, Zé
Vitor, Chiquinho, Marlene e à memória
daqueles que não pude alcançar...*

AGRADECIMENTOS

Ao oralista José Carlos Sebe Bom Meihy, professor e orientador desta dissertação, que, na encruzilhada entre a academia e o mundo subjetivo, me fez acreditar nas “potências adormecidas”, dizendo: - Juliana, aqui você pode falar da sua história de vida e de sua família.

À Reni de Jesus Rodrigues, avó materna que sempre me despertava pela manhã para ir à escola, e que nunca deixou de perguntar sobre o meu pai, estímulo decisivo para a escrita desta dissertação.

Agradeço aos Orixás pelo encontro seminal de meus pais, Ilda de Cássia Rodrigues e Pedro César Domingos, e aos meus irmãos Júnio César Domingos e Pedro César Domingos Filho: amores eternos!

Ao meu amor Joel Pizzini Filho, que durante todo o trajeto da pesquisa se fez ainda mais presente e, nas ondulações de minhas marés, navegou comigo muito além de revisões e refações; assim, cantarolamos e firmamos o nosso ponto.

À *narradora plena* Maria das Graças Eloy (Domingues), minha tia amada que narrou para si e para todos a sua história em primeira pessoa, me possibilitando compreender melhor a minha própria história de vida.

Aos colaboradores da pesquisa:

Aparecida de Fátima, a “Fate”, que na espiral do tempo fortaleceu os negros laços comigo e com meus irmãos, e enfrentou os seus “fantasmas” para resgatar a memória de meu tio Chiquinho: obrigada!

À Manoela de Jesus Domingues, irmã de meu avô Juvenal, nossa querida anciã a quem festejo e reverencio.

À Maria Helena Domingues, filha de tio Dito, outro irmão de meu avô Juvenal: como num rearranjar do tempo, nos conhecemos durante a pesquisa de campo e degustamos um dedo de prosa acompanhado de um gole de café.

Ao meu tio, João, que desde a infância me faz sorrir com constância.

Aos tios Hélio e Homero, a quem tive a chance de reencontrar.

Aos colegas e parceiros de estudo do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP): Diego, Letycia Payayá, Inajara, Luciana, Natanael, Yasmin, Diógenes, Amanda, Marco e Andressa, cúmplices da pesquisa que contribuíram com o amadurecimento da dissertação.

Às professoras e escritoras Marília Librandi e Constância Lima Duarte que, ao ler o Relatório de Qualificação durante a banca, apontaram novos caminhos para a pesquisa.

Aos queridos amigos e conselheiros Rita Chaves e José Luís Cabaço, pelo diálogo afetivo e acesso à cultura moçambicana.

À Educafro, que me deu condições de desenvolver o projeto de pesquisa de mestrado no Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos - Diversitas na FFCLH/USP, possibilitando uma produção científica referencial para todas e todos, incluindo os meus que não tiveram a chance de estudar e escrever suas próprias histórias de vida.

À Beatriz Nascimento (*in memoriam*), que impulsionou o meu desejo de escrever na academia.

Em memória de Benedito Rodrigues, meu avô, de João Paulo Sabino, meu amigo, e de Dulce Domingues, minha tia.

A todos os meus amigos, em especial ao Sérgio Retroz e à Ana Paula Quevedo.

A toda a minha família dos clãs Domingos e Rodrigues.

Para minha sobrinha, Zuri, o nosso devir...

*“Wavula sâta vulumuni nkat’a makolo yasîsa
ntângu”*

*“Muito buscar é desenterrar o cilindro dos nós
deixados pelo tempo”*

Linguagem proverbial na língua-linguagem
kikongo reunida por Tiganá Santana

RESUMO

A presente dissertação é resultado da pesquisa sobre a família Domingos, um clã que por mais de um século viveu no plantio de café, no interior dos estados de Minas Gerais e São Paulo. No processo da investigação, a pesquisadora se viu desafiada a assumir o protagonismo da operação que orientava a dupla trajetória familiar e nela o próprio desempenho. As narrativas coletadas dentro da perspectiva teórica da História Oral levaram a pesquisadora, ao mesmo tempo, à redescoberta de si e à composição de uma épica doméstica capaz de explicar, mais do que estratégias de sobrevivência nas terras dos outros, um enredo de tradições repesadas e refeitas de acordo com as possibilidades da vida projetada no presente.

O trabalho desenvolveu-se a partir de múltiplas entrevistas com Maria das Graças, que, potencializando a reserva de memória da família Domingos, indicou o caminho da união com outro segmento, Eloy. A sustentação teórica adotada na travessia da pesquisa sugeriu, para além da História Oral enquanto metodologia, a “História Oral de vida” como gênero narrativo. Os diálogos sistemáticos entre a pesquisadora, que é também narradora, e sua rede de colaboradores resultou nas reflexões sobre o seu universo pessoal inscrito no contexto universal, atravessando debates sobre a perpetração da violência, o racismo e a conversão religiosa. Tratou-se de um projeto de produção de conhecimento, no qual a transcrição é o dispositivo vital para narrar experiências da mulher negra no interior do Sul de Minas Gerais e São Paulo.

Palavras-chave: mulher negra; história de vida familiar; memória; história oral; café; Minas Gerais; São Paulo.

ABSTRACT

This monography results from research on the Domingos family, a clan that, for over a century, has grown coffee beans in the countryside of the Brazilian states of Minas Gerais and São Paulo. As the investigation continued, the researcher felt challenged to protagonize the operation guiding the family trajectory and her performance. The process of unraveling oneself stemmed from narratives that enabled the knitting of a domestic epic capable of explaining survival strategies in a foreign land — a story of repressed and rebuilt traditions according to present life possibilities. Multiple interviews with Maria das Graças helped develop this work. She has enhanced the Domingos family memory by indicating one other segment, Eloy.

The theoretical framework supporting this research suggested the Oral History narrative genre — in this case, Oral History of Life. The systematic conversation among the researcher, the narrator, and her collaborators' network led to reflections on her personal universe within a universal context. These insights navigate debates on violence perpetration, racism, and religious conversion. It was a knowledge-producing project where transcreation is vital to narrate the black woman experiences in south Minas Gerais and São Paulo countryside.

Keywords: black woman; family-life history; memory; Oral History; coffee; Minas Gerais; São Paulo.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	15
1.1	A perambulação da autora.....	15
1.2	História do Projeto.....	23
2	PROJETO, PROBLEMÁTICA, METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO	47
2.1	Justificação.....	47
2.2	Hipóteses de Trabalho.....	64
2.2.1	Espiral da Memória	64
2.2.2	Estratégia de sobrevivência.....	65
2.2.3	Muhatu: mulher.....	68
2.3	Procedimentos.....	71
2.4	Fundamentação teórica.....	77
3	HISTÓRIA ORAL DE VIDA	81
3.1	Memórias da terra: a história de vida da mulher negra no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo.....	82
4	ANÁLISES DAS NARRATIVAS	155
4.1.1	Sabedoria da matéria.....	155
4.1.2	Partos e abortos.....	161
4.1.3	Congregando o Candomblé.....	167
4.1.4	Um corpo negro tombado nas águas.....	181
4.1.5	O particular e o universal.....	184
4.1.6	Antes do verbo veio a música: o despertar de potências adormecidas..	190
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
6	MEMÓRIAS DE EXPRESSÃO ORAL	200
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201

1. APRESENTAÇÃO

1.1 A perambulação da autora

Meu nome é Juliana de Cássia Domingos, nasci na data em que a tardia e controversa Lei Áurea completava apenas 97 anos: 13 de maio de 1985. Foi no hospital da Santa Casa da cidade de Poços de Caldas, sul de Minas Gerais. Na certidão de nascimento não consta a cor de minha pele, negra.

O nome de meu pai é Pedro; ele nasceu no dia 29 de junho de 1964, ano do golpe militar no Brasil. Minha mãe chama-se Ilda, nascida em 22 de fevereiro de 1968, ano do assassinato de Martin Luther King Jr. (1929 - 1968), um dos maiores líderes do movimento pelos direitos civis da população negra nos Estados Unidos da América e vencedor do Prêmio Nobel da Paz.

Meus pais casaram-se em 19 de janeiro de 1985, ele homem negro retinto e ela mulher branca: um casamento interracial. Quando eu nasci, meu pai era auxiliar de viagem de uma empresa de ônibus municipal da cidade, enquanto minha mãe, de ascendência portuguesa, era “do lar”.

Ambos moravam no Jardim Country Club, ele na Rua Nenê Basso, ela na Rua João de Parolis. À época, o bairro era considerado periférico, sendo seus moradores de uma classe social bastante modesta.

Meus avós maternos, Benedito e Reni, foram lavradores de batata. Mudaram-se no ano de 1980, das Areias, pequeno vilarejo rural, localizado próximo à cidadezinha de São Roque da Fartura, no interior de São Paulo, para a cidade de Poços de Caldas (MG). Minha avó materna teve três filhos: Maria Helena, João e Ilda, minha mãe.

Já meus avós paternos, Juvenal e Olinta, ex-lavradores rurais, dedicaram-se por mais de 50 anos às plantações de café nas fazendas do Barreiro, no sul de Minas Gerais, propriedades de Alfredo de Almeida, Ramiro e do Horacinho, e nas fazendas Brejãozinho, Brejão, Córrego das Pedras, Diamante, Água Limpa, Capetinga e Recreio, no estado de São Paulo.

Eles se mudaram da Fazenda Capetinga, região rural de São Sebastião da Gramma (SP), para Poços de Caldas (MG) no ano de 1974, quando o militar Ernesto Geisel se tornou presidente e iniciou o processo de abertura política no Brasil. No

continente africano, nesse mesmo ano, Moçambique assinava o Acordo de Lusaka, firmado entre o governo português e a FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique, culminando na independência do país em 1975. Foi nessa conjuntura política que os meus avós paternos negros migraram da roça para a cidade.

Entre 1954 e 1974, a família havia perambulado por mais de dez fazendas de café entre o sul de Minas e o interior de São Paulo. Nossa família viveu durante mais de um século (1871 - 1974) em casas de colônia nessas fazendas. A linha do tempo delimitada parte do primeiro documento encontrado, referente à filha de meus tetravós Antônio e Joanna, a Dalina, batizada na Paróquia Sagrada Família e Santo Antônio do Machado, em 1871. E o ano de 1974 corresponde à mudança de meus avós paternos negros, da zona rural para a urbana.

Minha avó, Olinta, teve mais de um aborto e onze filhos: Maria Aparecida (*in memoriam*), José Vítor (*in memoriam*), Hélio, Homero, Maria das Graças, Francisco (*in memoriam*), Aparecida de Fátima, João Donizetti, Maura, Ana Maria (*in memoriam*) e Pedro.

Alguns filhos nasceram de suas próprias mãos, outros de parteiras entre casas de pau a pique, taipa, terreiros de café, milho e paióis...

Minha avó foi uma mulher fecunda, e teve seu último filho já aos 48 anos de idade: Pedro, meu pai, nasceu no hospital de Poços de Caldas.

Tenho poucas lembranças dessa avó paterna, que faleceu no ano de 1985, quando eu nasci. De meu avô, Juvenal, lembro a cor da pele, negra retinta, o sorriso de canto de boca, o porte, a elegância; e talvez de seu afeto. De fato, não consigo discernir o que são minhas lembranças do que foi contado pelos outros. No entanto, recordo perfeitamente da escada e do quintal que percorria até chegar a sua casa. Juvenal usava chapéu e exalava um cheiro de fumo que vinha de seu cigarrinho, enrolado na palha e selado com um cuspe.

Há um ano encontrei no espelho da prateleira de Aparecida de Fátima, uma fotografia de novembro de 1988, em que estou de mãos dadas com o meu avô Juvenal, que veste um chapéu de veludo marrom, camisa branca, uma calça de linho quadriculada, cinto, relógio no pulso e de cabeça baixa, não sendo possível ver o seu rosto. Eu tinha então 3 anos de idade, mas aqueles fragmentos de lembranças estão vivos em mim. Conforme descreve o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1968), a memória é um grande quadro de imagens.

Essa foto é uma belíssima recordação que guardo de nós dois.

Conforme os relatos de minha tia Maria das Graças Eloy, *narradora plena*¹ desta pesquisa, o seu pai, Juvenal, detinha muitos saberes. Além da sabedoria, tinha muito afeto, que demonstrava, a seu modo, amansando cavalos como ninguém.

Cardíaco, Juvenal faleceu em 6 de janeiro de 1990, no terminal de ônibus de Poços de Caldas e nos braços de seu filho caçula, Pedro. Na ocasião, meu pai havia sido promovido há pouco tempo, de auxiliar de viagem para motorista de linha, como se falava.

Do encontro amoroso de meus pais, Ilda e Pedro, nasceram três filhos, Juliana, Júnio e Pedro, e, antes que eu completasse 7 anos de idade, eles se divorciaram devido ao aumento progressivo do alcoolismo de meu pai.

Como a memória é uma profusão de labirintos, é difícil (re)construir o quadro de imagens da convivência com meu pai. Nesse sentido, rememoro Halbwachs, sobre a imagem de seu próprio pai, cuja reconstrução não parou de evoluir durante toda a sua vida. Para o sociólogo, “as lembranças se juntaram às lembranças: mas eu mesmo mudei, isto é, meu ponto de vista se deslocou [...]” (HALBWACHS, 1968, p. 74). De minha parte, suponho que a construção do quadro de imagens sobre minha infância com Pedro tenha sido afetada pelo abandono e o racismo.

Sem a convivência paterna, tornei-me uma criança deveras “distraída”: vivia no mundo da imaginação, envolta por fábulas que inventava, e tinha alguns refúgios prediletos, como a casa de meus tios, João - irmão de meu pai - e sua esposa Célia; a horta de minha avó materna; a piscina pública do Parque Municipal, à qual íamos a pé ou de carona na charrete do falecido Boca Rica. Constato ainda que nesse quadro de imagens há espaço para os banhos no rio, os girinos, as rãs e as travessuras com minha prima Dayana - aliás, seu avô Manoel, já falecido, fazia pé de moleque como ninguém.

Cresci em um ambiente familiar disfuncional para qualquer criança. Embora tenhamos recebido uma criação afetuosa de nossos avós maternos, fomos criados por muitas mãos; a violência fazia parte da “educação” desse tempo, de tradição severa. O bem-estar da família foi prejudicado pelo alcoolismo, não somente de meu

¹ “O *narrador pleno* é aquele que não somente está aberto às entrevistas, mas também consegue dar uma dimensão a sua vida que ultrapassa o simples contar, seja em densidade ou até em quantidade de páginas, fornecendo um tecido narrativo denso” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 139).

pai. Após o segundo casamento de minha mãe, percebemos, no desenrolar da vida, que, diferente do que diz o ditado popular, um raio cai sim duas vezes no mesmo lugar. Presenciamos os efeitos do consumo excessivo de álcool pelo meu padastro. No seu equívoco em educar os três filhos dessa mulher divorciada, ele abusou de sua autoridade “paterna”, constringendo e violando a nossa sanidade mental. Diante desse contexto, é significativo destacar um trecho do artigo *Família disfuncional no contexto do alcoolismo: análise de conceito* (2014):

A família disfuncional por alcoolismo apresenta uma tendência a reprimir sentimentos ou manifestar sentimentos negativos. Os familiares de alcoolistas manifestam dor, frustração, tensão, culpa, mau humor, impotência, solidão, desconfiança, raiva, ansiedade, angústia, insegurança, isolamento emocional, desesperança e diminuição da autoestima. A relação conflituosa entre o alcoolista e a sua família acarreta na deterioração das relações familiares, visto que o familiar interfere entre o alcoolista e o seu objeto de desejo, o álcool. Em muitos casos, essa deterioração extrapola para os desajustes sociais, de modo que a maioria dos alcoolistas acaba só, ou porque se isola, ou porque é abandonada (MANGUEIRA; LOPES, 2014, p. 153)

É importante destacar que o termo “família disfuncional” é um conceito amplo, subjetivo e complexo. Nesse breve ensaio de minha perambulação, reitero que o alcoolismo ocasionou não só a disfunção de nossa família, mas nos afetou e afastou pouco a pouco do nosso precário lar...

Os meus avós, Benedito (*in memoriam*) e Reni, eram semialfabetizados: os dois se orgulhavam de escrever o nome, ela gosta de ler até hoje. Por conta da escassez de dinheiro, por muito tempo o único livro de minha avó foi a Bíblia, que ela lia noites a fio. Ambos eram católicos praticantes; me lembro de várias excursões que fizemos para a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, no Vale do Paraíba.

A avó Reni sempre me levava para benzer; dizia que eu tinha muito “quebranto”, também conhecido como “mau-olhado”. Minha mãe contou sobre as benzedeadas da infância, a Manuelina e a Madalena. Dos benzimentos de Madalena, recordo dos galhos de arruda na testa, dos bocejos e, principalmente, de sua voz sussurrante, que eu ouvia até dormir...

Toda a família de minha mãe era branca de classe social modesta. O mingau de fubá doce preparado por minha avó Reni era meu doce predileto: quando ela fazia, era um momento de fartura.

Reni teve uma vida dura nas plantações de batata. Guardo uma imagem dela deitada na cama: sobre sua testa, uma fralda encharcada com álcool e erva de picão para amenizar a dor de cabeça, causada pelo uso excessivo de veneno para matar as pragas nos batatais.

O meu avô, Benedito, pedreiro, construiu não só a sua casa, mas também dos três filhos, no mesmo terreno que a sua.

Na escola, não fui uma boa aluna. Rebelde, faltava às aulas, quase nunca prestava atenção e vivia respondendo aos professores, além de ser briguenta; mas sempre gostei das aulas de geografia e história.

Durante muitos anos, não sabia nada do meu pai e nem ele de nós. A seu respeito, ouvíamos somente - e com frequência - que era um “bêbado”. Na adolescência, o vi inúmeras vezes em situação de rua, e sentia medo dele.

Hoje reconheço, nessa condição de completo abandono e vulnerabilidade social em que ele viveu por quase 30 anos, a perversa engrenagem do racismo que nos atravessa; e reflito a partir do filósofo camaronês Achille Mbembe (2018):

“Negro” — não se pode esquecer — também se supõe ser uma cor. A cor da escuridão. Desse ponto de vista, o “negro” é quem vive à noite, na noite, cuja vida se faz noite [...] Essa permanência na noite e essa vida enquanto noite são o que o torna invisível. O outro não o vê porque não há em suma nada para ver. Ou, se o vê não enxerga nada além de sombra e trevas — praticamente nada. Envolto em sua noite pré-natal, o próprio negro não se enxerga (MBEMBE, 2018, p. 264).

E, assim, o meu pai tornou-se invisível desde a minha infância... Somente adulta eu começaria a enxergar a pessoa por trás dos estigmas.

Aos 15 anos, comecei a conviver intensamente com a sua irmã, Maria das Graças Eloy, minha tia. Todo final de semana juntava uma mochila e rumava ao encontro da minha prima, Marlene (*in memoriam*), filha de Maria, no Jardim Esperança, bairro periférico de Poços de Caldas.

Marlene foi uma mulher muito elegante e extremamente amorosa. Sua cor predileta era azul, tal como para o artista plástico Arthur Bispo do Rosário, seus

olhos vigorosos e pretos feito duas jabuticabas, e suas mãos de massagista acalmavam-me a fúria enquanto contava-me estórias. Ela sempre levava a mim e a Aline para os bailes negros da cidade. Nesse momento da adolescência comecei a frequentar pela primeira vez as rodas de samba e pagode, e foi quando se aflorou uma convivência intensa com minha família negra.

Quando criança, raramente ouvia falar de minha tia Maria. Sabia que cozinava muito bem e tinha orgulho de sua profissão. Dos 15 aos 19 anos trabalhei como babá de duas crianças. A história de Maria e a minha se entrecruzaram, portanto, em nossos trabalhos domésticos.

Entre as lembranças da adolescência que trago comigo, é forte a do momento em que decidi romper com esse ciclo de empregada doméstica em nossa família negra. Pensava, com convicção: “Eu não vou trabalhar a vida inteira como babá”, e, nessa primeira encruzilhada, ouvi, na casa dos patrões, as palavras “Artes Cênicas”, pronunciadas pela sobrinha deles. Ela desejava fazer teatro, e eu também: com a chave nas mãos, abri o meu portão...

Ao concluir o ensino médio no Colégio Municipal Dr. José Vargas de Souza, pedi a demissão do trabalho de babá e, com a rescisão do fundo de garantia no valor de quatrocentos reais, sai de Poços de Caldas para estudar teatro na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2004.

Enquanto cursava o curso técnico de Teatro pela Escola Sated do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro, trabalhava no restaurante Botequim das Estrelas, dentro da instituição Retiro dos Artistas, como operadora de caixa.

Ao término do curso de um ano, percebi que sobreviver de teatro não seria tão simples como eu imaginava. Comecei a trajetória acadêmica na graduação em Ciências Sociais, com especialização em Produção e Política Cultural, pela Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.

Em 2014, ano em que a Copa do Mundo foi sediada no Brasil, concluí a graduação, e desde então sigo trabalhando como realizadora audiovisual.

Em 2016, ainda no Rio de Janeiro, iniciei a caminhada na terapia e consequentemente o meu processo de autorreconhecimento. No primeiro contato

com a psicanálise freudiana, resultou numa súbita tomada de consciência de minha *negritude*², conforme reflete o poeta martinicano Aimé Césaire (1934).

“A consciência de ser negro, o simples reconhecimento de um fato que implica a aceitação, a apropriação de seu destino de negro, de sua história, de sua cultura; é a afirmação de uma identidade, de uma solidariedade, de uma fidelidade a um conjunto de valores negros” (Césaire apud Leiner, 1981).

O ato de me reconhecer enquanto mulher negra, mesmo que tardiamente possibilitou que eu finalmente enxergasse o meu pai, Pedro. Percebo que foram anos de alienação, e desalienar-se é tarefa exaustiva que demanda uma reconstrução e reelaboração desse quadro de imagens construído dos traumas da infância. Como aponta o filósofo Frantz Fanon, “a verdadeira desalienação do negro” implicará na súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (FANON, 2008, p. 28).

Com o processo de análise, aos poucos reavivava no cafunfo de minhas memórias as recordações, que estavam invioladas, do meu pai, de seu afeto e sorriso.

Hoje, sem os julgamentos sociais e morais, busco fragmentos de um primário convívio com ele. Lembro-me das vezes, provavelmente antes do divórcio, em que ele buzina do ônibus e eu, criança, saía correndo para vê-lo pelo portão...

Não tem sido fácil esse desengavetar de memórias, mas são elas que me conduzem para o projeto desta pesquisa. Na visão do professor e orientador José Carlos Sebe Bom Meihy, a História Oral “é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 15).

Levando-se em conta que a memória está intrinsecamente ligada à identidade, tal pergunta me conduz a uma primeira entrevista com Maria das Graças Eloy, minha tia, *ponto zero*³ da pesquisa – a pessoa que tem a maior *reserva de memória*⁴ de nossa família negra. O apelido de Maria é Dhia.

² Sobre o conceito de negritude, ver “A négritude de Aimé Césaire”, de Arnaldo Rosa Vianna Neto. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cm/133?lang=en> Acesso em: 19 de set. 2023.

³ “A entrevista básica ou as entrevistas iniciais são chamadas de *ponto zero* e são elas que animam a sequência pretendida” (MEIHY; FABÍOLA, 2015, p. 49).

⁴ “É desejável que o oralista – pesquisador em História Oral - considere seu entrevistado não como

A presente dissertação se baseou, portanto, nas entrevistas realizadas com a *narradora plena* e com a sua rede de colaboração, constituída pelos seus irmãos e as matriarcas do clã Domingos e Procópio.

O trabalho textual ocorreu em três etapas: *transcrição*, *textualização* e *transcrição*, com um intervalo razoável entre cada um desses procedimentos de História Oral.

Após o ato solene da *transcrição*⁵, todo o *corpus* documental deste trabalho foi analisado a partir do diálogo entre a narradora e as respectivas redes.

Levando em conta o caráter fragmentado e não cronológico das narrativas incorporadas ao texto, a dissertação não foi dividida rigidamente em capítulos, preferindo concentrar-se numa única *transcrição* para respeitar o tempo espiralar no qual passado, presente e futuro coexistem.

No capítulo 2, intitulado “Análises das Narrativas”, encontram-se as principais reflexões sobre as histórias de vida narradas nesta dissertação.

Cabe salientar que, após o texto final, produziu-se um vasto material que possibilita profundas reflexões. Não se teve a intenção de aprofundar a análise de todos os temas emergentes que merecem, contudo, um oportuno diagnóstico.

Os assuntos abordados na “Análise das Narrativas” foram eleitos de acordo com um recorte prévio, com o intuito deliberado de não se esgotar as possibilidades de exame das narrativas coletadas.

Nessa História Oral de vida, elencamos temas como: o poder vigente dentro da escola, que se reflete na estrutura social da família em questão e da sociedade como um todo; a potência da mulher ao parir e as suas contradições no que tange à saúde no campo; a conversão de toda a família em questão na igreja protestante Congregação Cristã do Brasil e o silenciamento da tradição do Candomblé; a foice invisível do racismo em suas esferas de violência simbólica, moral e física; e, por fim, o despertar das potências adormecidas pela tomada de consciência a respeito da negritude.

depoente, ator social, informante ou objeto de pesquisa. Convém que prevaleça a noção de co-labor-ação na real acepção do termo decomposto, remetendo à mediação, à participação conjunta e comprometida das partes” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 20).

⁵ “*Transcrição* é mais do que ajeitar: é reimaginar, recriar, refazer. Se fosse tela artística a ser transcrita, seria necessário repintá-la para chegar ao destino visual acabado” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 139).

1.2 História do Projeto

Esta pesquisa baseia-se na metodologia da História Oral e, como tal, tem uma *narradora plena*: Maria das Graças Eloy, irmã de meu pai, meu elo com minha família paterna. Maria das Graças Eloy é a quinta filha de meus avós Juvenal e Olinta; nasceu de parteira em sua casa de pau a pique, na fazenda do Sr. Horacinho, zona rural de Botelhos, no sul de Minas Gerais, em 30 de abril de 1951. Casou-se com Jair Manoel Eloy em 1969 na Fazenda Diamante, área rural de São Sebastião da Gramma, estado de São Paulo. Ela teve duas filhas, Marlene (*in memoriam*) e Márcia, além de três netos, Isabela, Isadora e Isaac.

Maria sabe contar histórias como ninguém. Sua memória é um manancial de lembranças desempoeiradas... Ela se lembra de detalhes pequenos e grandes: conta que cozinhou pela primeira vez aos 7 anos de idade, quando sua mãe ficou doente e ela teve que preparar as marmitas da roça: “eu puxei um banquinho de madeira para alcançar o fogão a lenha e cozinhei”; conta também que, em 1974, toda a família migrou da zona rural para a cidade de Poços de Caldas. Na cidade, Maria trabalhou por mais de 40 anos como doméstica e cozinheira para duas famílias, Togni e Mosconi.

Para facilitar ao leitor a compreensão de toda a história que desvendi com a colaboração de Maria, explico desde já que, ao longo desta dissertação, são mencionadas duas fazendas homônimas. A diferença entre elas é denotada pela referência à localização geográfica e pela presença ou ausência da preposição “do”.

A primeira, a Fazenda do Barreiro⁶, está situada ainda hoje nas costas da Serra de São Domingos, conhecida antigamente como Serra Rebenta Rabicho, no município de Poços de Caldas. A propriedade foi cedida pelo Major Joaquim Bernardes, que a doou em vida a seu terceiro filho, o Coronel Agostinho José da Costa Junqueira, quando de seu casamento com Luiza Ferreira Bretas. Nessas terras herdadas do pai, ele construiu um casarão colonial, assentando toda a família Junqueira, que ainda dispunha de: “[...] sede, engenho, monjolo, tulhas, terreiros ladrilhados para secagem do café, galpões, paióis, estábulos e currais

⁶ Dizia Pedro Sanches: “Quem vem do Barreiro para Poços, ao alto da Serra Teixeira, tem a impressão de achar-se diante de uma cratera de vulcão, bem cintada de morros até a várzea, onde brotam as águas sulfurosas” (MOURÃO, 1952, p. 33).

tudo bem construído, com técnica e esmero” (MOURÃO, 1952, p. 28). O Coronel Agostinho foi também um dos pioneiros da fundação da cidade de Poços de Caldas, tendo inclusive, em 1908, doado um terreno na cidade para a construção da Igreja de São Benedito, que foi erguida por africanos escravizados e afrodescendente. Ainda hoje, a Fazenda do Barreiro exporta o café Bourbon para o mundo.

A segunda, a Fazenda Barreiro, sem o uso da referida preposição, situa-se na zona rural da cidade de Botelhos, também na região sul do estado de Minas Gerais. Ela foi apontada por minha tia Maria das Graças Eloy como um de seus locais da infância, tornando-se objeto principal de estudo no decorrer da pesquisa de campo. Maria lembra: “No Barreiro havia café para burro...”; tal propriedade pertencia a Bernardino de Almeida Soares Penso, filho legítimo do Capitão José Joaquim d'Almeida Soares e Anna Rita dos Prazeres, ele natural de Penso e ela natural da freguesia de Santo, em Portugal. Conforme consta no livro de Imigração Portuguesa⁷, seus avós paternos, Manoel d'Almeida Soares e Caetana Margarida, naturais de Penso, foram naturalizados no Brasil em 11 de maio de 1852.

As pesquisas nos registros documentais e as conversas com os descendentes do fazendeiro Bernardino de Almeida sugerem que ele casou-se duas vezes - a primeira, com Francisca Cândida de Figueiredo; a segunda, com Anna Augusta de Almeida Carvalho. Maria das Graças Eloy traz em suas lembranças o nome do filho de Bernardino, Alfredo Luiz de Almeida, e – refere-se ao seu filho, como o Alfredinho de Almeida. Existiam algumas fazendas menores, subjacentes à Fazenda Barreiro e derivadas dela, como “a fazenda do Sr. Horacinho”, que é assim mencionada na dissertação por não se ter informações sobre seu nome oficial. Embora fosse um pouco mais afastada e tivesse funcionamento autônomo, essa fazenda do Sr. Horacinho pertencia também à família Almeida e ao conglomerado de terras associadas à Fazenda Barreiro – e, como eu entenderia somente mais tarde, foi nessa propriedade que Maria nasceu.

Entre os anos de 2019 e 2020, estudei na Educafro e submeti o projeto ao programa de pós-graduação Diversitas/USP. Naquela ocasião, eu não tinha certeza de que as memórias de infância de Maria das Graças Eloy correspondiam plenamente à realidade. Eu desconhecia, então, a existência da Fazenda Barreiro

⁷ Ver Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sob o código de referência BR RJ AGCRJ.CM.NAT.

de Botelhos, e suspeitava que Maria tivesse nascido na Fazenda do Barreiro de Poços de Caldas, visto que é nessa cidade que minha família paterna mora há décadas. Além disso, Maria contou que tinha 3 anos quando saiu da fazenda, de modo que suas lembranças poderiam não ser tão precisas. Com tudo isso, o ponto de partida da pesquisa foi averiguar se existira algum vínculo trabalhista entre minha família e o Coronel Agostinho Junqueira.

Investiguei também, de maneira mais ampla, toda a sesmaria da qual a Fazenda do Barreiro era uma pequena parte. O sistema de sesmarias era um mecanismo de distribuição de terras típico do período colonial do Brasil, entre os séculos XVI e XIX. A sesmaria do pai do Coronel Agostinho englobava, além da Fazenda, diversos bairros de Poços de Caldas. Tendo isso em mente, investiguei três bairros que desapareceram devido ao processo de urbanização e higienização racial do centro de Poços de Caldas iniciado em 1990 – no livro *Poços de Caldas: Síntese Histórica e Social*, de Mário Mourão (1952), os bairros de Macacos, Vai e Volta e Quilombo Botafogo são descritos como redutos de moradores negros da época; hoje resta apenas o bairro dos Macacos, atual Cascatinha, em cuja praça há uma estátua de Zumbi dos Palmares. Uma das hipóteses era a de que minha família paterna, ao sair da Fazenda do Barreiro do Coronel Agostinho, poderia ter se mudado para um desses bairros, que, entre 1790 e 1911, pertenciam à mesma sesmaria do pai do Coronel.

Após o primeiro encontro com Maria, retornei a São Paulo, onde moro, e escrevi o projeto com o título *Identidade e Território: a genealogia do racismo e o processo de autorreconhecimento no bairro dos Macacos, Vai e Volta e Quilombo Botafogo em Poços de Caldas – Minas Gerais*. Esse projeto estabelecia como objetivo principal pesquisar o processo de desagregação e dissolução dos referidos bairros. Hoje, ao escrever esta retrospectiva da história do projeto, percebo que, nos primeiros encontros com Maria, eu mais havia buscado confirmar as minhas próprias hipóteses do que realmente ouvir as memórias partilhadas pelas matriarcas. Confesso que havia uma certa indiferença na escuta, pois eu desconsiderava ainda os procedimentos da História Oral - é fundamental, segundo Portelli (1996), “ficar de coração e ouvidos bem abertos aos *detours* que atravessam a história”. Infelizmente, por um tempo eu insisti em não ouvi-las.

Todas essas suspeitas se deveram não só à minha pouca familiaridade com a História Oral no início da pesquisa, mas também à ignorância que tinha em relação à história de minha própria família paterna – a vontade de superar essa falta de conhecimento foi, aliás, o principal motor desta pesquisa. Ao ouvir de Maria que ela havia nascido na Fazenda Barreiro, portanto, imaginei ser difícil existirem duas fazendas com o mesmo nome, praticamente na mesma região, em cima de que formulei as hipóteses do primeiro projeto. Ainda que essas hipóteses iniciais tenham se mostrado equivocadas, entendo que foram essenciais para me mover em direção à descoberta da verdadeira história da família Domingos.

Na busca pelo vínculo entre minha família e a Fazenda do Barreiro, visitei o Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas, antiga casa do Coronel Agostinho Junqueira, que salvaguarda o maior arquivo de documentos da cidade. O Museu contém registros da doação da referida sesmaria, que foi regulamentada por D. Manuel de Portugal e Castro, Governador e Capitão Geral da Capitania de Minas Gerais, em junho de 1819, e demarcada pelo Juiz, Dr. Faustino José de Azevedo em 1820, quando deu-se a fundação da Fazenda do Barreiro (MOURÃO, 1952, p. 218). Por vezes escolhemos certos caminhos sem saber onde vão dar; teria sido mais fácil, talvez, ir até o cartório de Botelhos, mas não fui... Mas a própria Maria me daria esse conselho, durante o segundo encontro, o qual ela mesma sugeriu; dessa vez, marcamos na casa de sua tia Manoela, em São Sebastião da Grama, no interior de São Paulo. Tia Lita, como é chamada Manoela, é a única anciã da família, e única irmã viva de Juvenal. Após a etapa da pesquisa no Museu, pude confrontar as fotos ali registradas com as memórias de Maria e de tia Lita.

Durante o percurso de ida, Maria disse que não se recordava do endereço, mas seguimos sua intuição e suas lembranças vagas da cidadezinha, conseguindo chegar, após algumas idas e vindas, à casa da irmã de seu marido, que também morava ali. Almoçamos, conversamos e vimos muitas fotos do casamento de sua nora, o que me deixou melancólica, pois nossa família - minha e de Maria - não tinha fotos do casamento de meus avós, Juvenal e Olinta. Tomamos um cafezinho e perguntamos a Lisa, filha da dona da casa se ela sabia onde morava Gilvamara, filha de Manoelita; ela prontamente respondeu:

— Do outro lado da rua...

Atravessamos a rua, batemos no portão e fomos recebidas por Manoelita, que, com seus 80 anos, estava com dificuldades para andar. Me referirei a ela pelo apelido, Lita.

Nesse dia estava um calor de fritar ovo no asfalto e, após os abraços, tomamos água, sentamo-nos na varanda e começamos a prostrar...

Como eu ainda estava pautando minha investigação pela ideia fixa acerca da Fazenda do Barreiro de Poços de Caldas, muitas das perguntas que fiz a tia Lita e a Maria exigiam respostas sobre a tal fazenda; elas, por outro lado, queriam falar da comida, dos causos, dos casamentos, das festas...

Reconheço agora que, completamente alheia àquele momento e aos procedimentos da História Oral, me equivoquei na formulação das perguntas. Insisti em mostrar as fotos da Fazenda do Barreiro que havia registrado no Museu de Poços de Caldas e Lita, sem titubear, respondeu, séria:

— Essa não é a fazenda onde moramos...

E Maria reiterou:

— Eu nasci na fazenda do Sr. Horacinho, no dia 30 de abril de 1951, numa casa de pau a pique, de parteira, em Botelhos. É só você ir ao cartório e lá você vai puxar o fio da meada...

Dessa forma, os documentos levantados no Museu não atestaram a minha primeira hipótese, diluída pela poderosa intuição de Maria e pelas memórias precisas de tia Lita, servindo entretanto como gatilho para incitar a narradora e a colaboradora, bem como para redefinir os rumos da pesquisa. Desfeita a hipótese inicial, empreendi novas investigações para localizar a verdadeira Fazenda Barreiro, de cuja localização eu pouco sabia - apenas que deveria situar-se em alguma parte da cidade de Botelhos.

A a partir do terceiro encontro com Maria, comecei a ouvi-la verdadeiramente, depois de quase um ano da primeira entrevista que havíamos feito em sua casa.

Com o alerta de uma possível pandemia, causada pelo Coronavírus, todo o processo seletivo para o mestrado na USP atrasou. Conheci o professor que se tornaria meu orientador, José Carlos Sebe Bom Meihy, em setembro de 2020. Coincidentemente, eu já havia assistido a suas aulas sobre História Oral disponíveis na plataforma *Youtube*. Mas foi somente quando o conheci que deu-se início, enfim,

a verdadeira trajetória dessa pesquisa, dentro dos procedimentos técnicos da História Oral.

Além do alinhamento metodológico, a própria situação de calamidade pública, no Brasil e no mundo, contribuiu para a alteração dos rumos do projeto; diante da necessidade de isolamento social, incertezas quanto à viabilidade de realização de pesquisas de campo me levaram a abandonar o objetivo inicial, que era investigar o racismo na região da Praça dos Macacos, em Poços de Caldas. Sob o impacto pandêmico, mas também sob o estímulo das inúmeras provocações do professor Sebe, chegou o dia da apresentação do projeto, selecionado pelo Diversitas. Estavam presentes os professores José Sebe e Lourival dos Santos, além dos colegas do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP). Ao fim de todas as explicações, o orientador se dirigiu a mim e disse: “Tenho a impressão de que você vestiu a camiseta do avesso...” E me encorajou: “Aqui você pode falar da sua História Oral de vida.”

Até esse dia de apresentação, que considero um divisor de mares do projeto, eu não havia compartilhado nenhuma das transcrições dos dois encontros com as tias Maria, Aparecida de Fátima e Manoelita, que foram realizados entre 2019 e 2020, antecedendo, portanto, meu ingresso na Universidade. Quando, então, naquele dia eu analisei o material junto ao professor Sebe, recebi orientações para fazer a pesquisa avançar com uma metodologia sólida: Maria tornou-se *ponto zero* e *narradora plena*.

Na minha primeira viagem de campo, em 2020, tomei coragem para adentrar a terra do outro, do fazendeiro branco que escravizou a nossa família. Viajei então para Botelhos (MG), uma das cidades com maiores produções cafeeiras do Brasil – meu companheiro Joel foi junto, para me apoiar em tudo que eu precisasse.

Comecei pelo cartório, conforme sugerido pela colaboradora; era começo da tarde e me deparei na entrada com uma placa dizendo: “Volto depois do almoço”. Retornei às treze horas e uma jovem de 27 anos me atendeu impacientemente... Expliquei que estava há um ano buscando pelos nomes e documentos de meus bisavós para fazer a árvore genealógica da família e que tinha pouquíssimas informações sobre seus nomes. Foram precisos trinta minutos de explicações para que a jovem esboçasse interesse em buscar pelos documentos. Após muita insistência, e para minha surpresa, logo na primeira pesquisa feita no computador

ela encontrou cinco certidões de nascimento, sendo uma de Maria e as demais de alguns de seus irmãos, meus tios: Homero, Hélio, Maria Aparecida (*in memoriam*) e José Vitor (*in memoriam*).

E assim foram surgindo novos documentos, como a certidão de casamento de meu avós Juvenal e Olinta, com registro na data de 22 de outubro de 1972. No entanto, essa data oficial é muito posterior ao real matrimônio, que, conforme os relatos da *narradora plena*, se deu entre as décadas de 1940 e 1950, sendo que no ano de 1972 o casal já tinha mais de seis filhos. Não se sabe ao certo o motivo da demora para efetuar o registro.

No transcorrer da pesquisa, procurei também conversar e coletar informações com a jovem atendente do cartório, perguntando se ela conhecia alguma fazenda de nome “Barreiro”, ao que ela respondeu:

— Essa fazenda não fica em Poços?

Percebi, assim, que a tal Fazenda do Barreiro de Poços de Caldas está no imaginário da região, sendo uma importante referência para a maioria da população local - com exceção de Maria, que sequer sabia de sua existência; para ela, a única fazenda com esse nome era aquela de Botelhos. Na sequência, a jovem perguntou:

— Você quer todas essas certidões de inteiro teor?

Como não conhecia ainda os códigos cartoriais, respondi que sim.

— Você vai ter que voltar outro dia, e fazer todos os pedidos por e-mail.

— Afinal, o que é certidão de inteiro teor? – resolvi perguntar.

— Uma certidão fiel à do livro de registros oficial, mas só faço com a autorização do tabelião.

Diante da explicação da jovem, esmoreci e fiquei pensando: “Não é possível, cheguei até aqui para ter que voltar de mãos vazias...” Diante dos primeiros obstáculos para acessar os registros, saí do cartório. Ao lado, tinha uma loja que vendia mudas de alface; de imediato lembrei da horta de minha infância, no quintal da avó Reni.

Respirei fundo, voltei e perguntei:

— Você não consegue fazer uma certidão comum desses registros?

— Consigo, mas só com as informações básicas.

Como dizia Abelardo Barbosa, apresentador brasileiro de rádio e televisão conhecido como Chacrinha, “quem não se comunica se trumbica”, ou seja, tudo é

uma questão de comunicação, e, sendo eu mineira, sei que somos um povo cismado por demais: se não explicarmos exatamente o que queremos, tudo pode ser interpretado de outra maneira.

Com o nervosismo do momento, eu quase não consegui explicar o que desejava, mas, afinal, consegui contar mais detalhadamente a história da minha família, pela qual a jovem começou a demonstrar interesse; de repente, ela me interrompeu:

— Terminei de consultar o acervo digital, vou procurar os livros de registros mais antigos, escritos com canetas-tinteiro.

E eis que chegamos ao livro de registros de 1920, onde constava, sob o nº 312, a certidão de nascimento do pai de Maria, meu avô Juvenal, a qual transcrevo na íntegra:

Aos quatro dias do mês de Setembro de mil novecentos e vinte, nesta Villa de Botelhos, em meu cartório compareceu Francisco José Calixto, pai da criança e em presença das testemunhas cidadãos Manoel Alves Nogueira e João Laercio de Souza, moradores nesta Villa, declarou:

(...) no dia trinta de Agosto, as vinte e três horas, em sua casa no “Barreiro” nasceu uma criança do sexo masculino, que recebe o nome de Juvenal, filho legítimo do declarante e de Placedinna Maria de Jezuz, lavradores, naturaes e residentes neste districto, casados legalmente. Avós paternos Domingos José Calixto e Anna Antônia de Jezuz, esta fallecida, e maternos José Maria Machado, fallecido e Flauzina Maria de Jezuz.

Com este e outros documentos ditos “oficiais” em mãos, eu poderia analisar, no decorrer da pesquisa, os indícios e contradições presentes na linguagem adotada, a começar pelos termos e descrições que atestassem omissões e silenciamentos, para assim compreender o tecido social ao qual pertence a nossa família de ascendência africana.

Ao ler esse primeiro registro, por exemplo, percebo quatro fatos significativos: (1) a completa ausência do sobrenome de Juvenal; (2) a ausência da assinatura de seu pai como declarante (provavelmente, Francisco era analfabeto, já que nesse período quase toda a população negra tinha pouquíssimo acesso à escola); (3) a revelação, pela primeira vez, dos nomes completos de todos os bisavós paternos de

Maria, meus trisavós paternos: Domingos José Calixto e Anna Antônia de Jezuz, José Maria Machado e Flauzina Maria de Jezuz; e (4), o que talvez seja o dado mais revelador, o local de nascimento de meu avô, Juvenal, em sua casa no “Barreiro”, que finalmente identifica a fazenda como sendo localizada em Botelhos.

Continuando a pesquisa, manuseei o primeiro livro registrado naquele cartório, datado de 1908. Nele, constava o registro de casamento dos avós maternos de meu avô Juvenal, José Maria Machado e Flauzina Maria de Jezuz, trecho que segue transcrito:

Aos dezenove de dezembro de mil novecentos e oito, Às três horas da tarde neste districto de São José de Botelho, município de Cabo Verde, Comarca de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, no cartório deste districto, presentes o primeiro juiz de pas e effectivo de casamento Capitães Gabriel Botelhos de Souza Junior. Receberam-se em matrimônio pelo regime de comunhão de bens os contratantes Francisco José Calixto e Placedina Maria de Jezuz, ambos solteiros, elle com vinte e um anos de idade, lavrador, filho legitimo de Domingos José Calixto e de Anna Antônia de Jezuz, está fallecida, natural de Machadinho e morador deste districto há anos. Ella com dezesseis anos de idade, serviços domésticos, filha legitima de José Maria Machado, fallecido e de Flauzina Maria de Jezuz, natural da cidade do Machado e moradora neste districto ha muitos anos. Declararam os contratantes que não são parentes entre si e nem tem empedimento algum que os iniba de casar-se um com o outro.

Consultando o raro documento, encontrei a citação do lugar de nascimento dos pais de Domingos, que constam como naturais de Machadinho. Antigamente, esse município pertencia à Freguesia de São Francisco de Paula do Machadinho, hoje conhecida como Poço Fundo (MG). O Almanach Sul Mineiro (1874), organizado por Bernardo Saturnino da Veiga, afirma que esse pequeno povoado foi fundado pelo capitão Francisco Ferreira de Assis, no dia 02 de abril de 1870, em companhia de toda a sua família e de seus escravos.

Com o declínio da mineração, as freguesias dessas regiões - Ouro Preto, Mariana, São João del Rei e Tiradentes – passaram por importantes quedas demográficas, conforme os frequentes êxodos da população negra em direção, principalmente, ao sul de Minas Gerais.

Os pais de Anna, por sua vez, são naturais do município de Machado, que, segundo o Almanach Sul Mineiro, pertencia à Freguesia de Santo Antônio do Machado, hoje conhecida apenas como Machado (MG). Nos próprios registros da cidade consta o ano de fundação do povoado, em 1750, período em que o vilarejo pertencia a São Paulo. O Almanaque informa, por outro lado, que, no ano de 1816, em um terreno vizinho doado por Anna Margarida Josepha de Macedo, começou-se a construir a capela da Sacra Família e Santo Antônio do Machado e, a partir dessa igreja, a cidade expandiu-se. Com o passar do tempo, a igreja foi elevada a Paróquia Sagrada Família e Santo Antônio do Machado. É importante ressaltar que essa cidade foi, nos séculos XVIII e XIX, uma das maiores produtoras de café do sul de Minas. Os dois municípios têm uma população negra bastante expressiva.

Entre os documentos analisados, notei, de forma geral, a ausência da assinatura dos cônjuges, constando inclusive, em uma das certidões da família, como testemunha de casamento, o então proprietário da Fazenda Barreiro, conhecido como Alfredo de Almeida. Essa assinatura alimentou a hipótese de que a minha família paterna ficou circunscrita às casas de colônia da Fazenda Barreiro, em Botelhos, entre os anos de 1908 e 1954, quando então mudaram-se para a Fazenda do Brejão, no estado de São Paulo.

A partir dessa pesquisa de fontes notariais e de seu cotejamento com os relatos coletados pela História Oral, concluí que a família Domingos morou nas casas de pau a pique, conhecidas como “casas de colônia”, durante mais de 50 anos. Conforme narra Maria, somente na Fazenda Barreiro havia aproximadamente 30 casas, nas quais raramente viviam famílias brancas. É provável que, com a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, as senzalas tenham se transformado nessas casas⁸. Convém destacar que a criação de colônias fez parte, nessa época, da política oficial do governo, que também investia no embranquecimento da população, incentivando a entrada de trabalhadores europeus no país com o intuito de substituir grande parte da mão de obra negra.

Ao encontrar o livro de tomo sob nº 1 com data de 1908, no cartório de Botelhos, resolvi retornar para Poços de Caldas.

⁸ Sobre a organização dos espaços nas fazendas de café, ver “Cotidiano do Imigrante e Estruturação Espacial das Colônias nas Fazendas de Café de Ribeirão Preto”, de Natalia Costa e Maria Ângela Bortolucci. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01510.pdf> Acesso em: 19 de set. 2023.

Antes de pegar o trevo da saída de Botelhos, eu e Joel estacionamos o carro em uma floricultura. Compramos mudas de café, romã, amora e jabuticaba e, enquanto seguíamos para pagar no caixa, puxei assunto com o dono da floricultura e com o jardineiro:

— Por um acaso vocês conhecem a Fazenda Barreiro aqui de Botelhos?

— Não! – o dono respondeu - Sei que tem uma fazenda em Poços...

— E existem fazendas dos Almeida? – perguntei, lembrando do documento notarial que trazia a assinatura de Alfredo de Almeida como proprietário da Fazenda Barreiro de Botelhos.

— Sim!

O jardineiro, que até então pouco falara, sussurrou nesse momento para o patrão:

— Ela deve estar falando do “Macaqueiro”...

Ao ouvir esse termo, imediatamente compreendi que se referia às casas de colônia da principal fazenda da cidade; pensei comigo: “Essa é a fazenda que procuro.”

Ao mesmo tempo, essa manifestação racista me calou fundo, me fazendo questionar se haveria humanidade no tratamento da minha família paterna, que também morou em casas de colônia – provavelmente nessas mesmas casas reduzidas a um “macaqueiro”. Esse episódio instaurou na pesquisa um olhar mais detido nas outras manifestações de racismo e violência que poderiam ter permeado a vida da família Domingos. De fato, essas manifestações foram reveladas gradativamente pela narradora e seus colaboradores; seus relatos não deixam dúvidas acerca de como o racismo afetou a perambulação da família por entre os cafezais do sul de Minas Gerais e São Paulo até a fixação na periferia da cidade de Poços de Caldas.

O uso da palavra “macaco” para se referir a pessoas de ascendência africana é típico do racismo científico, ao qual o médico e cientista racial Robert Koch dedicou seus estudos. Koch nasceu em meados do século XIX, quando as ciências naturais se desenvolveram e foram usadas para justificar e sistematizar teorias de hierarquização entre “raças” humanas que já eram defendidas desde o século XVII. O racismo científico classifica os seres humanos entre “raças” ditas superiores e inferiores, a partir de diversos critérios falsamente científicos.

Até o fim da Segunda Guerra Mundial, aberrações empíricas como essa justificaram “cientificamente” o racismo, supostamente comprovando a superioridade da “raça branca”. O racismo científico perpetuou-se e, mesmo após ser cientificamente refutado e moralmente condenado, continuou impregnado no imaginário social. Lembremos da apresentação pública do jovem Ota Benga, da etnia Mbupi, originário do antigo Congo Belga, que foi enjaulado como um chimpanzé no Zoológico do Bronx nos EUA, em 1906. Até hoje, essas ideias supremacistas persistem, alimentando grupos radicais clandestinos.

A própria ciência foi, portanto, uma das principais responsáveis por criar e avaliar o racismo que sofremos ainda hoje pela cor de nossa pele. Ao criar essa terrível teoria que, a partir do estudo do crânio, afirmava que o negro se assemelhava mais ao macaco que o branco, a dita ciência, com o aval da Igreja Católica, proporcionou e difundiu ideias falsas para sustentar a espoliação das populações não-brancas, de maneira organizada e sofisticada com o aval da santa Igreja, por séculos. O uso da palavra “macaco”, naquele contexto, colocava os africanos e afrodescendentes em uma posição menos avançada da cadeia evolutiva; no contexto atual, a persistência do uso perverso desse termo continua representando um ataque direto a essa população: nos afeta profundamente ao projetar no indivíduo negro o quadro de imagens de um passado colonial escravocrata, fazendo desse passado uma realidade presente.

O sussurrar perverso daquele floricultor acabou identificando a Fazenda Barreiro pela associação animalizada com o negro, atribuindo àquela população, e em particular a minha família, uma condição de absoluta “inferioridade”. Nesse caso, o racismo se impõe pela palavra naturalizada que se refere a uma realidade permanente de exploração, o que me faz evocar novamente as contundentes reflexões de Mbembe: “Humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria” (MBEMBE, 2018, p. 21).

A humilhação era nossa, de quatro gerações que deram duro para sobreviver e carregam em suas memórias um mar de sal com milhões de histórias silenciadas. Durante esses intermináveis cinco minutos fui tomada pelo ódio e quase devolvi as plantas.

Nesse fim de tarde, tivemos, todavia, outra revelação significativa: a de que na cidade moravam alguns parentes ainda vivos dos fazendeiros da família Almeida.

Não hesitei e segui as orientações do floricultor até a casa indicada. Chegando ao portão, bati palmas; apareceu um senhor de aproximadamente 80 anos de idade. Ele estava todo de branco, e perguntou, do portão mesmo, o que eu e meu companheiro fazíamos ali. Expliquei que os meus avós e bisavós viveram durante anos na propriedade deles e que queria conhecer o lugar. Enquanto conversávamos com o senhor, surgiu em frente da casa um carro, que estacionou atrás do nosso; dele saiu um homem alto, careca, com uma voz que ficou marcada pelo sotaque peculiar.

Esse senhor chama-se Thompson, e tinha vindo de Belo Horizonte em visita ao seu tio. Thompson é filho de Alfredinho de Almeida, neto de Alfredo de Almeida e bisneto de Bernardino de Almeida, esse último o patriarca da família, que foi quem recebeu uma sesmaria nessa região e fundou a Fazenda Barreiro de Botelhos. Feitas as devidas apresentações, fomos convidados a entrar e conversamos por uns quinze minutos. O assunto principal se concentrou na figura heroica do bisavô de Thompson, que viera de Portugal e enriquecera às custas da dignidade de centenas de famílias negras que ali viveram - entre elas, a minha. Ao final da conversa, fomos convidados para um almoço, no dia seguinte, na casa de Thompson, que fica na Fazenda Nossa Senhora de Lourdes, região rural de Botelhos. Aceitamos o convite.

Na manhã seguinte, no percurso do hotel à fazenda, eu e Joel avistamos muitas casas enfileiradas; pensei que talvez fossem as casas de colônia que as memórias de Maria guardam tão bem... Erramos duas vezes a entrada para a fazenda, até que encontramos uma estradinha bem estreita, com chão de terra batido e bem vermelho, e fomos descendo até nos depararmos com uma bifurcação e uma placa com duas setas: à esquerda, a Fazenda Nossa Senhora de Lourdes; à direita, a Fazenda Barreiro. Entramos à esquerda e, após dez minutos, vimos uma casa. Thompson estava à nossa espera.

Fomos muito bem-recebidos. Logo que entramos, um livro em cima da escrivaninha da antessala nos causou um certo estranhamento: um exemplar do recém-lançado livro *Escravidão – Volume 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*, de Laurentino Gomes (2019). Cinco pessoas nos aguardavam para o almoço, que já estava na mesa: arroz, feijão, carne

de porco, salada de batatas, tomate e farofa. Reparei que a cozinheira desse almoço não era uma mulher negra, mas sim a companheira de Thompson.

Por todo o tempo que estive na casa, minha cabeça latejava em atordoação. Após o almoço, Thompson compartilhou os álbuns de fotos de sua família, mas não pude ouvir quase nada do que ele dizia, pois sentia o ouvido entupido como quando se sai da água. Dentre os seus registros familiares, o que mais chamou minha atenção foi a presença solitária de uma mulher negra que, em uma das fotos da família Almeida, segurava um bebê branco no colo. Tomamos um café e, depois, fomos conhecer a propriedade do bisneto de Bernardino. Fiquei impressionada com a vastidão das plantações de café espalhadas pelo imenso vale. As imagens que me vinham à cabeça eram todas de Maria, de suas mãos colhendo os cafés, de seus pés descalços na imensidão de terra...

No fim da tarde, depois da extensa visita pelos cafezais, Thompson nos levou para conhecer a antiga sede, a casa-grande da Fazenda Barreiro. Ele contou que, com a morte de seu avô, a propriedade fora dividida entre os filhos e, posteriormente, entre os netos; com essas divisões, surgiram outras pequenas fazendas, mas todas tinham um vínculo original com a Fazenda Barreiro. Ele nos levou até a casa-grande, mas não pudemos entrar naquele dia pois as chaves estavam com seu primo, José Eduardo Rodrigues de Almeida - mais um integrante da família com quem o acaso nos colocou em contato. Thompson nos apresentou a José, nos despedimos, trocamos e-mails e nunca mais nos falamos. O primo, homem mais rústico, alto e sério, foi quem abriu a casa-grande para conhecermos, compartilhando suas memórias daquele lugar. Ao longo da visita, mostrou todos os cômodos do casarão com um certo saudosismo e orgulho da história dos seus.

Para mim, o que ficou na memória foi o mapa da fazenda pregado na parede da sala de entrada; um pedacinho dele citava o nome "Domingos". Intrigada, pensei: será que ficavam aqui as casas de colônia? Recordo ainda da poeira, do cupim e dos marimbondos. José Eduardo Almeida nos apresentou também o alambique da fazenda, onde comprei uma cachaça que talvez nunca abra...

Ao término da itinerância pela casa, já noite, com a cachaça na mão, tomei coragem e pedi a José seu número de telefone; para minha surpresa, ele passou sem titubear e ainda acrescentou:

— Quando voltar a Botelhos, me liga!

No dia seguinte, voltei a Poços de Caldas e reencontrei Maria para falar da viagem. As primeiras frases que pronunciei foram:

— Tia, desculpa! Você estava certa o tempo todo. A Fazenda Barreiro fica em Botelhos. Só não consegui encontrar a casa de seu pai, o meu avô Juvenal...

Passei o dia com Maria, mostrando as fotos feitas nas fazendas dos Almeida e, embora ela tenha se mudado de lá aos três anos de idade, lembrou-se de detalhes como a porteira... Fico pensando no simbolismo dessa imagem - o que abre e fecha, a travessia para a liberdade e ao mesmo tempo a barreira.

No encontro com Maria, não senti nenhuma euforia por parte dela ao ver aquelas imagens. O único instante em que percebi um certo contentamento foi quando disse pela primeira vez o nome completo de seus bisavós paternos, Domingos e Anna, e maternos, José e Flauzina. Ela ficou em silêncio e sorriu de canto de boca.

No primeiro semestre de 2021, comecei uma nova viagem de campo, acessando pela primeira vez os cartórios na cidade de Poço Fundo e Machado. Deixei em ambas as cidades os nomes de meus trisavós paternos e maternos para serem procurados, a partir dos documentos encontrados no cartório de Botelhos.

É importante salientar que, nesse estágio da pesquisa, começaram a se esgotar as alternativas de procura nos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, tanto em Machado quanto em Poço Fundo. Começamos, então, uma nova busca, agora nos arquivos das cúrias, mitras e igrejas das cidades e seus arredores. Isso porque, antes de 1889, quando o Brasil se tornou República, todos os registros de batismo, processos matrimoniais e óbitos eram de responsabilidade da Igreja Católica. Finda a pesquisa de campo, retornei a São Paulo e relatei ao orientador as dificuldades encontradas nessas visitas, pois não existia nenhuma disposição por parte dos funcionários pela busca nos acervos.

Nessa altura da investigação, as pessoas que me atendiam me desencorajaram a seguir na procura dos meus, talvez pelo fato de se tratarem de documentos referentes à violência praticada no Brasil Colônia, se estendendo ainda hoje ao Estado brasileiro. Afinal, no Sul de Minas o assunto “escravidão” ainda é um tabu, e paira um silêncio monumental quando se toca nessas doloridas memórias.

Ao compartilhar esse sentimento de frustração com o orientador, ele apontou outras perspectivas para abordagem dessas lacunas. Me lembro, inclusive, dele

dizendo que os documentos ditos “oficiais” em muitas circunstâncias foram sendo manipulados pela Igreja de acordo com os seus interesses - não todos, mas boa parte desse *corpus* documental. Como desdobramento das provocações nas aulas, o professor e orientador problematizou os achados documentais, trazendo uma reflexão: “Será que você não estaria entusiasmada demais com documentos que foram produzidos pelo colonizador?”

Tratava-se de uma pergunta impossível de responder naquele exato momento. Enquanto a pesquisa avançava, o Brasil atravessava um dos piores momentos da pandemia de Covid-19, com a nova cepa encontrada em Manaus. Apesar da vontade e da necessidade de retornar às cidades de Machado e Poço Fundo, o agravamento da situação sanitária atrasou a retomada da pesquisa presencial nesta região.

Até maio de 2021, tanto os cartórios quanto as paróquias não haviam encontrado qualquer registro de Domingos. A arquivista informou, contudo, que o primeiro livro da Paróquia de Poço Fundo estava em posse da Cúria da Arquidiocese de Pouso Alegre (MG). Com essa informação, pensei no que o professor Sebe havia dito sobre a complexidade de se encontrar tais documentos. Me veio o seguinte questionamento: como o livro de tombo n.º 1 da Paróquia de Poço Fundo foi parar em Pouso Alegre?

Entrei em contato com a Cúria em maio de 2021, e dessa vez quem atendeu foi Cristiane, uma arquivista apaixonada pela história que deu um novo fôlego para a pesquisa documental ao encontrar o registro do casamento de Domingos e Anna:

Domingos e Anna - Aos doze de agosto de 1888, depois de proclamados como (...) sem que apparecesse impedimento algum, nesta matriz em minha presença e dois testemunhas José Augusto Pereira e José Damásio da Costa Nunes receberam-se em matrimônio Domingos e Anna, filhos legítimos, elle de Antônio e Joanna, ella de Antônio e Juliana, ambos naturaes e baptizado na Paróquia de Machado, e freguejes desta do Machadinho. O Vigº Francisco de Paula Novias.

Ao examinar atentamente o precioso registro descrito acima, referente aos trisavós de Maria e, portanto, aos meus tataravós, encontrei o nome de seus pais Antônio e Joanna, de um lado; Antônio e Juliana, de outro. Mais uma vez, reparei na

ausência de sobrenomes, o que sugere uma maior aproximação de nossos parentes vindos lá de longe, de África.

Em agosto de 1888, três meses após a abolição da escravatura, a invisibilidade da população negra continuava intensa, sobretudo no interior do país, onde se perpetuava uma dura realidade, conforme atesta a certidão matrimonial.

É curioso observar que nesse registro de casamento aparecem novamente os nomes de fazendeiros - José Augusto Pereira, fazendeiro de São Francisco de Paula do Machadinho (atual Poço Fundo), e José Damásio da Costa Nunes, fazendeiro de Machado. Aliás, em quase todos os documentos levantados até aqui, não encontrei nenhuma assinatura de antepassados meus e de Maria, de nossa família, somente a assinatura de testemunhas, via de regra representantes dos proprietários de escravizados, quando não os próprios.

Constata-se assim que os sujeitos negros, diante do Estado brasileiro, permaneciam invisibilizados em decorrência do longo processo colonial.

Na análise dos documentos, obtive a informação de que meus tataravós maternos e paternos eram naturais e batizados na Paróquia de Machado, o que não comprova ainda a versão oficial desse documento.

Apesar das inúmeras lacunas das fontes notariais do acesso limitado a outras fontes primárias, eu não tive, em nenhum momento, vontade de desistir dessa busca, mesmo porque já tinha identificado todos os nomes primordiais - entre eles, o de Juliana, minha tataravó e xará.

Respaldada no poder da oralidade, recorri mais uma vez a Halbwachs (1968), que afirma “que no próprio círculo de nossos pais, nossos avós deixaram sua marca”, e eles nunca mais saíram de mim.

Voltando ao elo África-Brasil-Minas Gerais, conforme observa Waldemar de Almeida Barbosa (1972), os últimos navios aqui atracados vieram principalmente das regiões de África Oriental e Ocidental, e sobretudo dos povos de cultura banto, de Angola, Moçambique, Congo, Benguelas, ainda que misturados a povos de muitas outras etnias. Dada essa pluralidade, é bem complexo sistematizar e analisar essa ligação com África.

Quando fui pela primeira vez à Machado, peguei o contato da atendente da Paróquia, com quem construí, ao longo dos meses, um diálogo produtivo sobre a minha família. Criar uma certa empatia com os funcionários dos arquivos é sempre

recomendável para todo historiador: essa relação me permitiu acessar mais facilmente os livros de assentamentos de batismo dessa paróquia. O protocolo de consulta, no entanto, proibia o registro fotográfico desses documentos, que em grande parte estavam completamente deteriorados por traças, com páginas recortadas, coladas com durex e arrancadas, além de trazerem uma letra miúda e desgastada, de baixa legibilidade. Soube que vários desses livros foram queimados.

Depois de horas procurando pistas de meus antepassados nesses livros de assentamentos de batismo, encontrei no exemplar n.º 4, do ano de 1871, o registro dos nomes de Antônio e Joanna, pais de Dalina, irmã de Domingos, que transcrevo das minhas anotações do caderno de campo: “Dalina, negra, de 30 dias, filha legítima de Antônio e Joanna, crioula, escravos, de José Gonçalves Romão com nascimento em janeiro de 1871.”

A cidade de Machado, antiga Freguesia da Sacra Família, onde localizei esse documento, destacava-se pela expressiva população negra, que, segundo o historiador machadense Ricardo Moreira Rebello, no recenseamento de 1872 somava 2.677 homens livres e 1.273 escravizados. No referido período, essa minúscula cidadezinha possuía, proporcionalmente, um número elevadíssimo de pessoas escravizadas, incluindo-se meus tataravós Antônio e Joanna.

Ao todo, foram mais de dez livros pesquisados na Paróquia, onde não encontrei nenhuma certidão de óbito, matrimônio ou batismo de Antônio e Joanna, o que me levou a concluir que eles não nasceram nessa região. Dada a complexidade da documentação, sua interpretação está sujeita a interferências de quem a produziu, sendo impossível esgotá-la no prazo da dissertação.

O que me dei conta, naquele momento da imersão nos documentos, foi que a grande maioria dos africanos que saíram de sua região de origem já era submetida a um forçoso processo de batismo e conversão ao Catolicismo, antes mesmo do embarque em África. Recentemente tive acesso ao livro *Uma História Feita por Mãos Negras*, de Beatriz Nascimento, organizado pelo escritor Alex Ratts, onde li pela primeira vez uma informação sobre o sobrenome étnico dos africanos. Em outra obra de Beatriz, intitulada *O Nativismo angolano pós-revolução em 1979*, a pesquisadora conta, a partir de suas experiências em Angola, que mesmo “dentro da política colonialista de ‘dividir para governar’, Portugal, como as demais

potências, acabou conservando as divisões regionais tradicionais dos territórios, e os indivíduos mantiveram os nomes etnolinguísticos” (NASCIMENTO, 2011, p. 186).

Pude constatar também, nos livros que consultei na Paróquia de Machado, que diversos nomes considerados “cristão ou batizados” vinham acompanhados de seus possíveis sobrenomes étnicos, como: Manoel Mina, Antônio Crioula, Maria Benguela, entre outros. Dessa forma, é muito difícil afirmar que a população negra da diáspora africana presente no sul de Minas Gerais seja originária apenas de uma determinada região.

Ao concluir mais uma viagem de campo em Machado, saí da igreja às avessas. De acordo com o cronograma previamente estabelecido, o próximo encontro seria novamente com a *narradora plena* Maria das Graças Eloy, na cidade de Poços de Caldas, mas, com tantos atravessamentos provocados pela experiência na Paróquia, e dada a descoberta do registro de Dalina, decidi interromper a pesquisa de campo e regressar a São Paulo.

Ansiosa pelo encontro com o professor e orientador Sebe, partilhei com ele e colegas as descobertas e frustrações dessa visita à Paróquia de Machado. Argumentei que não tinha mais condições mentais de seguir com a pesquisa nos inventários dos fazendeiros que constavam na certidão de batismo de Dalina, e que provavelmente teriam sido os seus "proprietários". Essa aula com o orientador confortou-me, pois o professor disse:

— Estranho seria se esses documentos não te afetassem...

Por alguns meses o meu aconchego foram os livros. Não recordo com exatidão qual foi o tempo dessa pausa – acredito que tenha sido de dois a três meses. Foi um momento essencial para a organização das informações adquiridas e para a reflexão. Com novo fôlego, retomei a viagem de campo em Botelhos. Ao chegar na cidade, liguei para José Rodrigues Almeida, que me atendeu gentilmente e disse:

— Estou na Fazenda, quer vir aqui?

Seguimos novamente para a Fazenda Barreiro, um ano depois da primeira visita, em 2021. Ele aguardava na porta de entrada da casa, me cumprimentou educadamente, ofereceu uma cachaça, conhecida como “Barreirinha”, feita no alambique de sua família há gerações.

Depois de umas e outras, tomei coragem e falei:

— Você lembra da última vez que estive aqui em busca de documentos sobre os meus avós que moravam nas casas de colônia?

— Lembro! – disse o representante da família Almeida.

— Então, finalmente localizei todas as certidões da minha família no cartório de Botelhos. Por coincidência, consta em dois registros que o seu avô foi testemunha do matrimônio de Francisco e Placedina, meus bisavós. Por acaso, você não tem nenhum livro de registro da nossa família guardado em algum lugar?

Mostrei todas as certidões que havia coletado ao José, e ele subitamente respondeu:

— Eu tenho alguns livros lá em casa... E provavelmente a Helena Domingues é sua parente, ela foi minha babá.

Pedi que ele me levasse até ela, e ele prontamente concordou. Reforcei:

— E os livros?

— Vou procurar! – ele garantiu.

Depois do diálogo com José, fiquei na Fazenda até o pôr-do-sol, quando então sua mulher, Vera, após limpar toda a casa, veio conversar comigo e ofereceu uma carona até o centro de Botelhos. No caminho, ela me disse:

— Desculpa pelo ocorrido com seus antepassados, os meus fizeram muita maldade... Vou procurar o livro do seu avô em casa.

De madrugada, recebi uma mensagem de Vera pelo *Whatsapp*: “encontrei um livro que tem o nome de Juvenal, seu avô”.

Passei mais uma noite em claro. No dia seguinte, já estava planejado que eu viajaria para a cidade de Alfenas, que integrou o circuito da pesquisa de campo pelo fato de conter um grande acervo de inventários *post-mortem* dos fazendeiros de café dessa região. Portanto, somente poderia conhecer a parente recém-descoberta Helena Domingues e analisar o tal livro encontrado por Vera quando retornasse a Botelhos.

Até a década de 1890, a comarca de Alfenas incluía os distritos de Douradinho (hoje, Machado) e São Francisco de Paula do Machadinho (atual Poço Fundo), de modo que era possível existir algum inventário de nossa família nesse fórum - se tratavam de documentos judiciais cujo conteúdo era, em grande parte, uma apuração dos bens e dívidas dos fazendeiros já falecidos dessa imensa região rural e cafeeira.

Lembramos que essa região foi a maior produtora da agricultura de abastecimento do Império Português, e que ela se desenvolveu muito após a crise da mineração e o declínio do ouro nas cidades de Ouro Preto, Mariana e São João del Rei, provocando um êxodo do Sudeste para o Sul de Minas Gerais. Nesse período, operou-se uma mudança do eixo econômico do ouro para a agricultura de abastecimento, o que impulsionou a agroexportação cafeeira da região.

No arquivo do Fórum existiam aproximadamente sessenta e cinco inventários originais produzidos pelo Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfena, mas para acessá-los seria necessária uma autorização judicial, o que me fez retornar para Poços de Caldas e, logo na manhã seguinte, embarcar rumo à Botelhos. Transcorrida uma hora de viagem, desci na rodoviária e segui para o hotel, onde combinara de encontrar José Rodrigues Almeida, para que ele me levasse até Helena Domingues, sobrinha de meu avô Juvenal, babá da família Almeida. Estava muito ansiosa por esse primeiro encontro com Helena, e ao mesmo tempo com receio de que José não comparecesse...

Às 8 horas em ponto, no entanto, estacionou em frente ao hotel um saveiro vermelho; José abriu a porta do carro, sentei-me no banco traseiro e ele me entregou o livro, que não quis abrir em sua presença.

Ao chegarmos à casa de Helena, ela nos aguardava no portão. Me arrependo de não ter ouvido mais uma vez a *narradora plena* Maria, que já tinha comentado, desde a primeira entrevista, sobre uma parente próxima que vivia em Botelhos, e que eu só viera a conhecer naquele momento, através de um dos herdeiros da Fazenda Barreiro.

Quando José me apresentou para Helena, percebi um afeto entre os dois:

— Helena, ela é sua parente.

— É? – perguntou Helena.

— O meu avô era irmão de seu pai – expliquei.

Helena então nos convidou para entrar.

Entramos pela sala, em cujas paredes e estantes havia muitos porta-retratos de seus familiares; fiquei impressionada com a semelhança entre mim e aquelas pessoas.

Helena narrou com muito orgulho sua história, a qual posso agora contar aqui.

Minha tia-avó chama-se Maria Helena Domingues e nasceu em 1939, pelas mãos de parteira assim como Maria das Graças Eloy. Hoje com 84 anos, segundo nos conta, seus pais eram José Benedito Domingues (irmão do meu avô Juvenal) e Lazarina Máxima, mais conhecida como Zica, ambos falecidos. Seus irmãos chamavam-se Dita, Tida, Zica, Tita e o Joaquim.

Ela contou com detalhes do dia de seu casamento com o Ormindó. Dessa união, nasceram Luís, Maria Rita, Maria Aparecida (*in memoriam*) e Márcia Helena. Ela também contou um sonho realizado através de seu filho Luís: “Eu tinha um sonho de ter uma casa. Essa casa aqui é minha. É um sonho realizado”.

Nossos caminhos cruzaram-se em 2021; quanto tempo até esse primeiro encontro...

O orientador e professor Sebe tem razão quando diz que “a memória reivindica o seu lugar a qualquer tempo”: as nossas se encontraram em julho de 2021, pleno inverno, no sul de Minas Gerais.

Nesse encontro, Helena usava um coque, uma tiara cinza, um casaco de lã fininho e um short de algodão verde; calçava um chiné com meia de pano.

Ao final da prosa, tomamos um café bem doce passado no coador de pano por Helena. Me sentei à mesa, enquanto ela permaneceu o tempo todo encostada na pia, observando tudo de braços cruzados.

Como José Rodrigues tinha ido embora, expliquei que o livro entregue por ele trazia registros da contabilidade da Fazenda Barreiro de 1944, contendo os nomes de pessoas de nossa família, incluindo o pai de Helena.

Na medida em que ia lendo, Helena contava um pouco da vida de cada um daqueles parentes, todos familiares.

No único livro a que tive acesso, havia um cabeçalho com o nome da pessoa escrito com caneta azul e, na parte de baixo, constavam quatro colunas: a primeira marcava o mês de janeiro; a segunda, um breve resumo dos dias trabalhados e quanto aquela pessoa tinha a receber naquele mês; a terceira e quarta colunas me chamaram especial atenção.

A terceira coluna tinha o título “Deve” e a quarta, “Haver”. Folheando as páginas, fiquei intrigada com a quantidade de vezes em que aparecia a palavra “resta-me”, atestando o documento que essas pessoas, incluindo meu núcleo

familiar, pareciam ser eternas devedoras. Ao ler a última página do livro, entreguei-o à Helena.

Cada ida à Botelhos e à Fazenda Barreiro e cada encontro com Maria Helena soavam como um autêntico resgate das memórias não só de meu avô, mas de toda a nossa família.

Nos abraçamos na cozinha de sua casa.

O encontro foi registrado em três fotos; no último clique, ela sorriu timidamente e nos despedimos.

Na rodoviária de Botelhos, comprei uma passagem e retornei para Poços de Caldas. Na estrada, recebi uma mensagem avisando que minha tia Dulce havia falecido em decorrência da Covid-19.

Encontrei com Maria no velório, e disse que havia conhecido Helena naquela manhã.

— Que saudade dela, faz tanto tempo que não a vejo. Você é danada! – ela reagiu, satisfeita.

Toda a nossa família estava de luto pela tia Dulce, e por esse motivo Maria talvez desmarcasse a nossa próxima entrevista, mas ela novamente surpreendeu:

— Amanhã farei um peixe ao coco para nós duas colocarmos a prosa em dia.

No dia seguinte, almoçamos fartamente, tomamos um café que eu trouxe de Machado para ela, o que a deixou muito contente. Fomos para varanda, ela sentou-se ao lado de um imenso pneu velho de caminhão, que não soube me explicar como foi parar ali... Maria encostou o seu braço no pneu, e começou:

— Vamos, nós, Ju?

— Vamos, tia!

Recentemente, recebi pelos Correios a última certidão de inteiro teor que infelizmente não reproduz o conteúdo fiel do livro do batismo de Dalina. Tal reprodução deu margem a duas versões relacionadas ao mesmo conteúdo.

A primeira é a transcrita no meu caderno de campo; a segunda, a certidão de batizado oficial da Paróquia Sagrada Família de Santo Antônio do Machado, que transcrevo abaixo:

Certidão de Batismo: 29/01/1871 | Celebrante Padre Ângelo Cosenza
Calvosa Igreja Matriz | Nome do Batizando: Dalina | Dados do Batizando:

29/12/1870 Filiação: Antônio e Joana | Padrinhos: Gabriel Crioulo e Angela Crioulo Observações: Crioulos, escravos de José Gonçalves Romão.

Ao receber esse documento pela primeira vez, levantei a hipótese de um possível sobrenome de origem étnica, ao ver os sobrenomes de Gabriel Crioulo e Ângela Crioulo, padrinhos de Dalina. Estão ausentes desse registro a palavra “negra”, como referência à cor de pele de Dalina, e ao lado do nome de seus pais consta a descrição “crioula” e “escrava de...”

Comparei meu caderno de campo, onde havia anotado cada palavra que li durante a pesquisa, com o documento da Paróquia. Percebi que a expressão “crioulo(a)” abre muitas possibilidades de interpretação, tanto no que se refere à ascendência afro-brasileira do indivíduo, quanto no que diz respeito à etnia da nação Crioula. A partir daqui, estabeleci uma nova hipótese, referente, dessa vez, à etnia de meus ancestrais...

Partindo dessa certidão, pesquisei rapidamente se existia algum estudo sobre a chegada de africanos de nação Crioula ao Brasil, e encontrei possíveis vestígios, dos quais destaco três fotografias de dois escravos, no verso das quais consta escrito à mão, a lápis, a descrição “Nação Africana Crioula”.

2 PROJETO, PROBLEMÁTICA, METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.1 Justificação

A dissertação *Memórias da Terra* não se ancora estritamente em premissas teóricas e em fontes primárias - relevantes de fato para a pesquisa - mas fundamenta-se, sobretudo, nos princípios da História Oral, privilegiando as entrevistas como matérias ativas da memória. A opção da pesquisadora pela *história plena de vida* da narradora e sua rede de colaboradores recusa portanto, a aplicação prévia da teoria como meio de confirmação de teses consolidadas sobre o universo abordado, abrindo-se a novas hipóteses e investigações.

Mais do que contextualizar, a pesquisa se propõe a narrar. Essas narrativas não contam somente as estratégias de sobrevivência de uma família de trabalhadores nos cafezais do sul dos estados de Minas Gerais e São Paulo, mas tem como objetivo central o registro das histórias de vida em que as mulheres negras assumem um papel determinante na manutenção da cultura e na transmissão de infinitas e singulares narrativas.

Memórias da Terra parte de uma experiência particular dessa família do campo, que carrega vestígios de saberes, sabores, ritos e traços ancestrais, para espelhar, inclusive, a perambulação de outros grupos de ascendência africana pelas roças mineiras, cujas histórias de vida não tiveram a oportunidade ainda de ser pesquisadas. Nesse sentido, a passagem da oralidade para a escrita revela-se como forma eficaz de amplificar tais vivências e proporcionar a profusão de memórias adormecidas, o que justifica estudos de fôlego prospectivos que extrapolem a simples catalogação.

No transcurso da pesquisa, o eixo da dissertação mudou radicalmente de direção - entenda-se aqui o termo “radical” ligado ao sentido de “raiz”. Em diálogo aberto com o orientador, e sentindo que a história de vida de Maria das Graças Eloy e de seus colaboradores assumia o primeiro plano da narrativa, a pesquisadora optou pela abordagem da épica doméstica da família, tendo como ramificação primordial a figura de Pedro César Domingos, irmão de Maria e Fátima e pai da autora deste projeto.

A presente pesquisa, portanto, nasce do encontro com Maria das Graças Eloy e expande-se à gênese do clã Domingos, incluindo essencialmente seu irmão Pedro César, que se constitui como o elo entre a pesquisadora e o seu universo de investigação.

A escolha da *história plena de vida* como recurso investigativo justifica-se pela singularidade de tal trajetória, em que aspectos sociais e econômicos emergem do microuniverso das personagens por um viés empírico, arraigado e revelador. Essas personagens acrescentam um olhar original sobre a realidade do sul de Minas Gerais e o interior de São Paulo, uma vez que narrativas feitas por mulheres negras raramente são abordadas pela historiografia oficial.

Por se configurar como uma pesquisa de história viva, cada nova entrevista com Maria trazia à tona todo um passado jamais ouvido. Reassumo a escrita em primeira pessoa nesta justificação para dizer em alto e bom tom que, antes da dissertação, a história da minha família negra tinha inúmeras páginas em branco.

Em grande parte de minha trajetória de vida estive muito alheia às origens da família de meu pai. Só sabia de antemão os nomes de meus avós, Olinta e Juvenal, e da morte trágica do tio Francisco. A minha família por parte de mãe contava que o meu pai nos abandonou porque era alcoólatra. Por anos, essa foi a única versão da história que conheci, e ela se cristalizava a cada uma das inúmeras vezes que eu via meu pai em situação de rua devido ao uso de bebida e drogas. Além disso, eu não fazia questão de saber mais, pois aquilo me deixava completamente paralisada. Por mais de trinta anos me rendi às narrativas que ouvia. Não conseguia ir além...

Faço um parêntese aqui para observar que minha tia Maria, a *narradora plena*, não sugeriu o meu pai como parte da sua rede de colaboradores. A entrevista com Pedro faz parte da justificação ainda que não integre as histórias de vida narradas por Maria. Essa pequena entrevista com Pedro é um dos eixos essenciais para a feitura desta dissertação.

Desde 2019, resolvi pesquisar a origem de minha família negra, da qual pouco sabia, a fim de perceber o que estava por trás do passado de meu pai, em que contexto social essa família migrou para a cidade, como chegaram até aqui, onde viveram, o que faziam, como foi a infância deles, enfim; toda a parte da sua história que estava oculta sob a narrativa do alcoolismo e da adicção...

Nessas incontáveis perguntas sem respostas, Maria, se tornou não só a narradora, mas a protagonista deste trabalho, por ter a maior reserva de memória da família. De seu mar de lembranças ela transborda uma potente história de vida.

No fluxo das narrativas de Maria, Fátima e meus tios, compreendi o enredo social da família, com a qual também renovei um diálogo afetivo e firmei os meus vínculos.

Convenci-me de que a história de vida narrada pelas mulheres negras se constitui como uma luta cotidiana e permanente contra o racismo e a violência que ainda decorre da herança colonial.

O protagonismo de Maria e de suas colaboradoras Fátima, Manoela e Helena me fizeram entender, por sua vez, os descaminhos de Pedro César Domingos, meu pai, cuja experiência de vida se deu praticamente na cidade, onde perdeu seus pais ainda jovem. Compreendi que ele não teve estrutura psíquica para suportar tantos atravessamentos.

Antes de partilhar as circunstâncias desse encontro e a transcrição da única entrevista com meu pai, reafirmo que a aproximação com esse irmão caçula da família Domingos, que “se esqueceu” dos filhos e de si, aconteceu pelas vozes e ecos de mulheres que me guiaram aos elos que me ligam às memórias da terra.

Decidida a encarar os meus fantasmas em outubro de 2022, realizei uma nova pesquisa de campo para entrevistar especialmente Pedro, filho de Juvenal e Olinta, irmão de Maria e meu digníssimo pai.

O que não foi dito

O dia amanheceu ensolarado em Poços de Caldas, em 26 de outubro de 2022. Chamei um carro de aplicativo e fui ao encontro de meu pai na Chácara Santa Clara, localizada próximo ao sítio Águas Espriadas, zona rural da cidade. Pedro ficou internado entre maio e outubro, como ele mesmo diz: “em busca de uma sobriedade”. Sua dependência química foi iniciada desde menino, aos 12 anos de idade, quando ele ainda trabalhava de sapateiro no bairro da Vila Cruz, em Poços de Caldas. Segundo a OMS - Organização Mundial da Saúde, a dependência química é uma doença caracterizada pelo uso descontrolado de uma ou mais substâncias

psicoativas, ou seja, que causam mudanças no estado mental da pessoa. Após seis meses de internação de meu pai, segui esperançosa ao encontro dele...

A Chácara Santa Clara foi fundada por Margarida Goulart Pereira, falecida em 2021, mulher que destinou boa parte de sua existência a cuidar de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Escrevendo agora sobre a Dona Margarida, lembrei dos benzimentos que fazia com ela já na vida adulta. Eu amava o jeito como ela falava comigo, palavras doces e cheias de afeto. Eu gostava de ser cuidada e, numa fase mais juvenil, Margarida já sabia das minhas angústias e dores em relação ao vazio deixado pela falta de convivência com meu pai. Nossa relação vem de longe. Pedro havia se internado outras vezes lá, mas dessa vez a experiência foi bem diferente.

A Chácara se parece mais com uma escola; tem um jardim com flores amarelas plantadas ao pé do muro azul. Chegando lá, toquei o interfone e fui recebida por uma pessoa cujo nome não consigo recordar. Antes que eu fosse ao encontro de meu pai, o responsável da clínica me aguardava em uma sala pequena, e logo me chamou para entrar e conversar. Fiquei em pé e pensei comigo mesma... “aconteceu alguma coisa”. Dessa vez, ele me atendeu com uma expressão séria, atípica, diferente das outras vezes em que tinha me recebido de forma calorosa:

— Juliana, parece que o seu pai teve um princípio de derrame...

Nesse instante, meu coração quase saiu pela boca, e ele prosseguiu:

— ...ou pode ter sido uma neuropatia em função do alto uso do álcool.

Entrei em choque e questionei:

— E por que ninguém ligou e comunicou a família?

— Não queríamos preocupar vocês.

Respondi sem paciência:

— Isso é muito sério, porque toda semana eu ligava para falar com vocês e com meu pai. Por que ninguém falou sobre isso?

— Não comente nada com o seu pai porque ele pode ter uma recaída.

Achei um absurdo aquela fala final, tão conformista.

Diante da difícil notícia, respirei fundo e tentei assimilar o que de fato havia acontecido, para tomar as devidas providências caso houvesse ocorrido uma omissão de socorro. Recordo que, em umas das ligações que havia feito para meu pai, ele mencionara que sentia dores nas pernas... e, quando lhe perguntei se havia

sido medicado, ele disse que sim de modo superficial e apressado, em função do tempo de que dispunhamos semanalmente para conversar. De repente, meus pensamentos foram interrompidos pela voz de meu pai; quando eu me virei para trás, ele sorriu para mim e, com muita dificuldade na locomoção, veio caminhando ao meu encontro com uma das pernas se arrastando, típico de quem sofreu um AVC - Acidente Vascular Cerebral. Foi impossível não me indignar com a sua situação.

Apesar da dificuldade na locomoção, ele estava com 8kg a mais e parecia “recuperado”, em comparação a quando eu o havia internado, pesando pouco mais de 50kg. Dei um abraço bem forte nele, ajudei a pegar sua mochila e também as sacolas com vários tapetes que ele fez lindamente no seu período de desintoxicação. Fui novamente falar com o funcionário da Chácara e perguntei onde estavam todos os prontuários dos atendimentos médicos feitos ao meu pai desde o dia em que ele supostamente tivera o AVC e/ou a neuropatia alcoólica⁹. O funcionário disse que solicitaria todos os laudos para o médico que o atendeu, e que eu poderia buscá-los quando estivessem prontos.

Devido ao seu longo processo de drogadição, é possível que meu pai tenha sofrido neuropatia, mas o que me deixou mais revoltada foi a falta de comunicação à família, o que o deixou ainda mais vulnerável.

Quando saímos da Chácara, o motorista de aplicativo estava à nossa espera. Ajudei meu pai a entrar no carro, pois ele tinha dificuldades de dobrar a perna esquerda, e fomos ao encontro de minha tia Fátima, sua irmã, para almoçarmos juntos em sua casa no Jardim Esperança. Depois do almoço, levaríamos ele para sua nova morada no Hotel Nossa Senhora de Fátima, também em Poços de Caldas.

No trajeto da Chácara até a casa de Fátima, fiquei muito abalada com a situação motora em que meu pai se encontrava, pois quando eu o havia deixado na clínica, em maio, ele estava magro, mas andando normalmente.

Uma imagem que nunca mais vou esquecer foi quando ele olhou para mim e sorriu: lembro que ele vinha caminhando com dificuldade, vestindo uma camisa de linho preta, calça bege e um sapato social com que o presentamos antes de ele

⁹ A Neuropatia Alcoólica é um transtorno sensitivo-motor distal e simétrico associado ao abuso crônico de álcool e ocasionada por lesão do Sistema Nervoso Periférico (SNP). Ver “Relato de experiência de uma paciente com Neuropatia Alcoólica pela metodologia do Arco de Magueréz”, de Andressa de Oliveira, Renata Caldeira e Thaíza dos Anjos. Disponível em: <http://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/wp-content/uploads/sites/2/2020/02/RELATO-DE-EXPERI%C3%80NCIA-DE-UMA-PACIENTE-COM-NEUROPATIA-ALCO%C3%93LICA-PELA-METODOLOGIA-DO-ARCO-DE-MAGUEREZ.pdf> Acesso em: 18 de set. 2023.

iniciar seu tratamento. Pedro estava muito elegante; aliás, meu pai é um homem muito belo em todos os significados que essa palavra abarca.

Ainda no caminho de volta, eu perguntei a ele:

— Por que você não me contou que perdeu parte dos movimentos da sua perna?

Ele respondeu:

— Eu sentia dores, mas como tive uma gripe achei que fosse isso.

Por alguns dias, me senti culpada por não ter prestado atenção nas suas queixas em relação às dores nas pernas. Eu falava semanalmente com o responsável e ele me confortava, ou me poupava, dizendo que meu pai estava sendo medicado.

Como já mencionei em outros relatos, desde as minhas sessões de terapia passei a perdoar meu pai pelo abandono e, definitivamente, passei a partilhar a vida com ele como pude. Isso tem uns quatro anos; aprendi um pouco mais sobre a dependência química e também a respeito dos 12 passos do AA - Alcoólicos Anônimos, sendo que para ele o passo fundamental é aquele que diz: “só por hoje estarei focado na minha recuperação sem bebidas e drogas”. Nesse processo de internação, o paciente precisa reconhecer a necessidade de se desintoxicar e superar os três meses que são os mais desafiadores e representam o período de abstinência, quando se dá a adaptação neurológica do cérebro do usuário de drogas e bebidas. Durante esse período, é sugerido aos familiares não terem contato com o paciente para evitar qualquer nova recaída e/ou saída da clínica de reabilitação. Convém salientar que um dos procedimentos para que o adicto aceite ajuda é que ele reconheça sua incapacidade de lutar contra o vício e se encaminhe para uma internação voluntária. Em seu histórico, Pedro teve 57 internações, o que significa que qualquer nova visita pode ser um gatilho para que a pessoa sinta a necessidade de sair, tendo a ilusão que já está “livre” do vício em bebidas alcoólicas e outras drogas.

Esse episódio que descrevo foi a quarta ou quinta vez que participei do movimento de internação do meu pai, o que é sempre muito desgastante. Na última vez, no dia em que ele iria à consulta no Centro de Atenção Psicossocial - Caps AD, com a sua psiquiatra, ele simplesmente desapareceu. Eu cheguei no atendimento às 15h, e só às 16h30 ele finalmente apareceu no Caps, com a roupa toda suja de

barro e visivelmente “pertubado”, drogado. O seu desejo era de se internar, mas o vício se sobrepunha. Ele confessou depois que quis se drogar antes de se internar... Eu olhei para ele, perguntei seriamente: “Por que você faz isso consigo?”, e saímos de lá sem que ele passasse pela consulta. A essa altura a psiquiatra já tinha dito que não o atenderia naquele estado, e que então ele voltasse na manhã seguinte.

Foi a última vez que a nossa família o internou. Ele havia sido convidado a sair da pensão em que morava e encontrava-se de novo em situação de rua. Saímos caminhando ligeiro do Caps, pois às 17h findava o horário de adentrar no albergue para tomar um banho, jantar e dormir. E, como adverte a escritora Carolina Maria de Jesus, “entre dormir no albergue ou na rua, eu prefiro a rua.”

Ao chegarmos no albergue, olhei com atenção para o meu pai e reparei que as drogas dia a dia destruíam aquele homem tão bonito, inteligente e amoroso, não em razão de uma escolha ou falta de vontade dele de sair daquele estado, mas porque seu cérebro não conseguia mais ficar sem o uso e por isso não distinguia em que realidade vivia.

No dia seguinte, evoquei a proteção de todos os Orixás, acendi velas no altar da minha avó Reni e pedi para que meu pai não fugisse do abrigo, única morada que lhe restava, pois seus irmãos, com idade avançada, não davam conta mais de acolher um dependente químico em suas casas.

Retornei ao abrigo às 8h do dia seguinte; ele estava sentado, me esperando, para mais uma consulta, a fim de dar o encaminhamento voluntário para sua próxima tentativa de recuperação. Conseguimos os papéis e fomos direto para a Chácara Santa Clara. Narrei o breve recuo no tempo para reiterar que a drogadição corrói toda a estrutura social e familiar, levando o paciente ao abandono.

Na saída dessa sua última internação, as palavras “se” e “talvez” voltaram a me atormentar... Talvez, se tivéssemos ido ao encontro dele, teríamos visto sua condição motora... No fundo, ninguém sabe lidar com essa situação, tampouco os seus irmãos e muito menos os seus filhos. Tudo que o meu pai fala gera dúvidas ou incertezas. É o caso das dores que ele dizia sentir na perna: eu desconfiava que fosse apenas um incômodo, mas ao mesmo tempo pensava comigo se seria mesmo verdade, ou se seria manipulação. Vivenciando essas últimas internações com ele, aprendi que as pessoas nesse estado sempre manipulam as outras, com um único objetivo: voltar à cena da drogadição. O padrinho de meu pai no AA diz com todas

as letras que meu pai é a pessoa mais amável e inteligente das reuniões, e também um dos melhores manipuladores da realidade. Nunca podemos esquecer que a droga pode provocar como uma espécie de neurose, que, segundo os especialistas, é uma doença emocional que afeta a personalidade do sujeito e se manifesta quando o sistema nervoso reage com exagero a uma determinada experiência já vivida.

Finalmente, ao chegar na casa de minha tia Fátima, deixamos os pertences do meu pai na garagem e aproveitamos o mesmo táxi para irmos ao hospital do Conjunto Habitacional.

Em dez minutos, por volta das 10h, já estávamos no Hospital Público Margarita Morales, na periferia de Poços de Caldas, para realizar uma consulta médica e obter um diagnóstico sobre as causas reais da condição motora do meu pai.

Ao entrar na recepção, nos deparamos com muitas pessoas tossindo, o que nos preocupou, pois à época circulava uma nova variante da Covid-19 e nós estávamos sem máscaras. Com a senha em mãos, aguardamos do lado de fora, sentados num banco de concreto da praça pública, e de repente presenciamos uma briga de cachorros que de repente vieram em nossa direção. Foi diante dessa cena que me dei conta de que a pesquisa de campo já estava em curso, dentro da realidade possível.

As primeiras entrevistas com Pedro César Domingos foram feitas, portanto, em dois momentos: a primeira, com duração de trinta minutos, com nós dois sentados no banco de concreto de um hospital público; a segunda, de vinte e nove minutos, na UPA -Unidade de Pronto Atendimento, após uma nova recaída do meu pai..

As duas entrevistas aconteceram nessas circunstâncias tão tensas e desconfortáveis:

— Pai, você se importa de falar da sua infância aqui?

— Não, filha!

Na História Oral, sabemos que um dos procedimentos é criar uma atmosfera para que a entrevista seja transformada num momento “sagrado”, tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador. No entanto, na realidade da história de vida de Pedro quase não há espaço para criar essa outra dimensão, pois a

circunstância de vida dele é tão dilacerada que, mesmo que ele não queira, acaba sendo sugado para um certo caos. Então, pensei, não vamos começar a nossa visita de campo pelo quintal de sua infância, e sim pelo tempo presente. Após sua saída da reabilitação, quando ele teve uma sequela fruto de mais de trinta anos de drogadição, senti que esse seria o nosso único momento e não hesitei em entrevistá-lo.

Não havia me preparado em hipótese alguma para vivenciar nossa primeira pesquisa de campo nessas circunstâncias, e, assim, como numa encruzilhada, escolhi o atalho da escuta, ouvindo o que ele tinha para me dizer. Liguei o gravador de voz do meu celular e começamos a nossa primeira entrevista, entre latidos de cachorro e um sol a pino antes das 11h da manhã. A segunda entrevista aconteceu dias depois de uma nova recaída: ele não se segurou ao constatar que a neuropatia deixou sequelas gravíssimas, e que infelizmente a sua coordenação motora estava parcialmente comprometida. Entre a primeira e a segunda entrevista, houve um intervalo de três dias.

A perambulação de Pedro César Domingos

Meu nome é Pedro César Domingos, nasci em 29 de junho de 1964 e sou filho caçula de Olinta e Juvenal. Comecei a minha vida muito novo nas responsabilidades e aos 12 anos consegui um serviço de sapateiro no bairro da Vila Cruz, Zona Oeste de Poços de Caldas. Trabalhei lá durante 2 anos, me formei como sapateiro, fazia todo tipo de reforma em sapatos. Essa profissão aprendi com Carlos, sapateiro e dono dessa sapataria, que ficava perto da casa da minha mãe, Olinta. Lá eu engraxava, passava cola nos sapatos, costurava, pregava e também aprendi a costurar bola de capotão.

Na parte de fabricação, a responsabilidade era do Carlos. E, depois de um tempo, comecei a fazer sapatão e botina, foram 2 anos nessa área. Nessa idade, eu estudava na Escola Estadual São Sebastião, em Poços. Quando eu saí da roça, tinha feito o meu primeiro ano numa escola lá na Fazenda Água Limpa com a professora Heloísa. Só que eu fiz porque repeti o ano, aí retornei e passei com 7 anos de idade. Lembro que a escola na Fazenda era dentro de um galpão sem divisão de sala, e que a professora dava aulas da primeira à quarta série. E tinha

uma outra escola na Fazenda Recreio, mais apropriada, sofisticada; meus irmãos Maura e João estudaram lá.

Nesse galpãozão na Água Limpa, cabiam uns vinte alunos, meninos e meninas, e tinham poucos negros estudando, uns quatro só. E muitos brancos e loiros, inclusive um era meu colega, o Cidinho, os pais dele eram italianos. Nessa época, o meu pai, Juvenal plantava de tudo no quintal de casa, repolho, alface, chicória, almeirão, mandioca e feijão. Meus irmãos, Maria, Fátima, Chico, Hélio e João trabalhavam todos no cafezal. Eu nunca trabalhei na roça porque era muito pequeno. Lembro que o meu pai tinha uma charrete e a égua Guarani, criava porco no mangueiro, tudo solto no chiqueiro, e havia um pomar com laranja, mexerica, manga e plantação de cebola, com muita fartura.

O meu pai era meeiro, na época trabalhava por ano, um tipo de contrato. Teve ano em que o pai pegou 12 mil pés de café para a nossa família cuidar, o que equivale a mais ou menos 4 mil metros de terra. Nossa família que administrava essa colheita.

Lá era assim, em maio começava a panha e terminava em outubro, e depois o café ia para o terreirão para lavar e secar. Nossa família só panhava o café e entregava para o administrador. A gente chamava de taião, uma espécie de terra marcada e demarcada.

Embora eu não tenha trabalhado nas plantações de café, eu tenho lembranças da minha irmã Fátima me carregando para todos os lados. Me colocava nas costas e íamos... Ela me levava para pescar lambari na peneira. Na verdade, a Fátima era a minha tutora, sempre cuidou de mim...

E de noite, lá em casa, juntava nós tudo no quarto para contar piada, contar histórias e ler livros, que eram as cartilhas da escola. Tinham aquelas historinhas do pé-de-feijão e da vaquinha. Quem lia era sempre a Maura ou o João, que já estavam mais adiantados na escola. E, de primeira, não tinha a oitava série, chegava no quarto ano e você já pegava o diploma. De vez em quando a Fátima também lia. E a Maria era trabalhadeira demais, nossa, ela trabalhava muito. Era a que mais apanhava café, ela ganhava dos homens na panha de café.

Na roça, a gente andava descalça, roupa só comprava uma vez por ano quando dava, e a fartura era o alimento, mas nós não se cuidava, nós não sabia o que era se vestir. Às vezes a gente via uma calça jeans em uma outra pessoa e a

gente pedia para o pai e ele comprava aquelas calças de tergal com pano mole e boca de sino.

A mãe sempre foi a nossa protetora e não deixava o pai bater em nós.

O meu pai era bravo e se ele ameaçava bater nela nós entrávamos na frente. Mas uma coisa ele não fez, que foi a separação. Eles viveram juntos até a hora da morte.

A minha mãe era muito doce, uma pessoa doce, ela não abria a boca para nada. Ela podia apanhar mas ela continuava sorrindo, podia até estar passando dificuldades que ela estava sorrindo.

Minha mãe só usava vestido, não usava calça comprida, vaidosa, ela de vez em quando arrumava o cabelo e as unhas. Antigamente as mulheres não eram assim, cuidavam de casa e dos filhos. Minha mãe, coitada, fazia tudo pelos filhos, tudo, roupa, comida...

A comida que eu mais gostava era arroz, feijão e carne de porco. Na Fazenda Diamante, lembro que eu tinha quatro anos de idade e comia mais carne de caça, a capivara e a paca.

Sempre conversei muito com a minha mãe, ela gostava de contar histórias, assim, lendas... As preferidas dela eram do lobisomem, e eu morria de medo, a prioridade da roça eram os lobisomens.

Teve uma noite lá na Água Limpa que fiquei assombrado, já era tarde da noite quando fui buscar uma agulha para costurar a roupa do meu pai, fazer um remendo, e nós chegamos na beirada do caminho que tinha um lugar assombrado, sabe?... Deu um assobio e arrepiamos, o meu corpo e o da Fátima.

A minha mãe, Olinta, sempre gostava de ir na Congregação Cristã, mas o meu pai não gostava que a mãe fosse. Meu pai herdou as tradições do passado, gostava da Folia de Reis, do Bastião; a Folia era tudo meio misturado, os três reis magos com santo de terreiro. E em janeiro era a época de a Folia de Reis sair pela Fazenda Água Limpa; eu acompanhava o pai, era o bastiãozinho, o palhaço que usava máscara e porrete pra lembrar os soldados do rei que faziam terror no povo de antigamente. Vestia aquela roupa tradicional colorida, cheia de fitas de cetim azuis, amarelas e vermelhas. Cantávamos nas casas pelas fazendas e ganhávamos muita gorjeta. Depois de quarenta dias cantando nas casas, aquele dinheiro juntado dava para fazer uma festança de adoração ao santo, com direito a queima de fogos

e fogueira. E o meu pai falava em versos, mas não passou a tradição para ninguém, morreu com ele. Sabe que o seu avô morreu nos meus braços, lá no terminal de Poços? Eu trabalhava de motorista na Circulare. Teve um dia em que estacionei o ônibus e vi um senhor parecido com o meu pai meio tombado no banco; quando cheguei pertinho era mesmo o seu avô, passando mal, colocando a mão no peito. Ele teve um infarto. Peguei ele, arrumei um carro e fomos lá para o Hospital da Santa Casa. Quando chegamos lá, já não deu tempo de fazer mais nada com o meu pai, ele já tinha falecido. Nunca vou esquecer desse dia, porque eu desbaratinei com o que ele me pediu antes de morrer, que era para não abandonar os filhos, só que eu abandonei.

Você sabe que Congada é uma coisa, Caiapós é outra e Folia de Reis diferente dos dois. O pai fuçava com a Folia de Reis.

Se meu pai chegasse no quarto e visse que os filhos estavam rindo a gente apanhava.

Só que ele tinha amor no coração e demonstrava que era amoroso nos dias em que ele estava bom, ficava calmo, Mas, quando ficava nervoso, encasquetava e ninguém segurava o homem.

Sabe que a Fátima tem um gênio igualzinho ao do nosso pai.

Durante um tempo, o pai fumou cachimbo, depois parou; fumava cigarro de palha. Só que o tio Vitor, marido da tia Lita, morreu fumando cachimbo.

Eu morei uma época com a tia Manoela, a Lita, por quatro meses, lá na Fazenda Sertãozinho. Eu tinha acabado de separar da sua mãe por causa dos problemas com a bebida.

Nessa fazenda trabalhei como diarista, capinava o café e roçava o pasto, jogava bola no Sertãozinho, pensa num time ruim, só que depois que entrei o time melhorou e não tinha pra ninguém.

E a tia Lita fazia a comida, levava meu almoço e a janta. Um dia falei pra ela que toda madrugada passava um cavaleiro na porta da minha janela a galope, e perguntei:

— Ô tia,

por que será que todo dia passa um cavaleiro aqui na minha janela?

— Pedro, pelo amor de Deus, você não abra essa janela!

— Ah, é? Por quê?

Nessa fazenda, no passado, moraram muitos colonos, e eles foram escravizados e morreram aqui. Muita gente em situação difícil. E esses espíritos não têm salvação, estão vagantes... Os donos dessa fazenda deixaram uma herança, muita riqueza, então o coração deles ficou preso naquilo, na riqueza deles aqui na terra, e por isso a alma não teve salvação e eles são os cavaleiros.

— Credo, tia!

— Não abra a janela, senão você vai ficar assombrado junto com eles...

A minha alegria no fim de tarde era pescar com o tio Vitor, marido da tia Lita, e numa tarde dessas ele falou:

— Pedrinho, cata umas minhocas para a gente pescar.

E lá fomos nós atrás dos peixes, só que nesse dia nós ficamos mal-assombrados travês na beirada do rio. Sabe que o bagre é um peixe que se pesca só em dia de lua cheia e tem hora para ele subir. Nesse dia, levamos umas oito varas, jogamos as iscas dentro do rio, e lá pelas 7 da noite começamos a puxar um peixe atrás do outro, e a pescaria tava tão boa que passamos das 8 da noite com aquele luão cheio... Quando que vê, escutamos um rosnado alto, parecia lobo, o mato chacoalhava feito bicho dentro da mata. Nessa hora, saímos ligeiro do rio. E perguntei pro tio:

— Que que isso?

— Fica quieto que é espírito.

Na roça tem demais da conta espírito vagante.

Eu sonho direto com meus pais, eu sempre sonho com eles...

Nesse dia em que meu pai morreu nos meus braços, eu e sua mãe morávamos na casa do fundo da sua avó, a Dona Reni. Nós enterramos o seu avô às 5 da tarde, e às 3 da madrugada tava ele sentado na beirada da minha cama. E sua mãe me chamava de Nego, eu acordei e vi ele lá, dei um grito, e sua mãe perguntou:

— Nego, o que aconteceu?

— Ilda do céu, meu pai tava sentado na cama.

Só que quando eu estou em situação de rua ele não aparece. Ele só vem quando eu estou bom...

O meu pai tinha estatura baixa, gordo, escuro, tinha uma aura muito boa, muito iluminada, e os olhos vermelhos feito brasa.

Sabe, filha, nós que somos adictos não podemos ficar sem a palavra de Deus, não dá para ficar sem rezar, senão recai. Lá na Chácara Santa Clara, a gente tinha rotina: toma café da manhã, reza, tem a pausa da reza até começar a faxina, depois vem o almoço, eles deixam descansar, reza mais um pouco, vem o lanche da tarde, reza mais uma vez e janta, e depois vamos dormir. Como eu fiquei gripado lá, achei que as dores nas pernas eram da gripe, e não sabia que era sério porque ninguém me levou para fazer exame no dia em que travei do lado esquerdo. Foi isso que me revoltou e recaí de novo. Olha para você ver, não tem nem 3 dias e recaí de novo, por isso que eu falo que eu tenho que ser responsável pela minha recuperação, preciso ir nas reuniões no AA e no Caps.

É só sair da igreja que a vaca vai pro brejo.

Uma droga puxa a outra e é aquele negócio: você toma uma e acha que não vai dar nada, só que uma droga puxa a outra. De repente, tomei uma, duas, três e na hora em que você chegou para me buscar lá no Hotel Nossa Senhora Aparecida, em menos de dez minutos eu já tinha bebido três latinhas de cerveja. E você chegou com a Rafaela e me viu daquele jeito... Não pode deixar a bebida embalar senão ninguém segura.

Eu comecei a beber nos bailes e sempre tive problemas com a bebida. Eu namorava com a sua mãe e bebia umas caipirinhas lá no Chico Rei. Eu não sabia que era alcoólatra; depois das internações fiquei sabendo que tenho essa doença dentro de mim.

E depois foi indo, comecei a beber para jogar bola, quer dizer, depois do jogo. Se ganhava eu bebia; se bebesse, eu bebia, e o povo me avisando: “Pedro, para de beber!” Seus avós falavam: “Para de beber.”

E não deu certo, só fui entender que era alcoólatra quando me internei lá no hospital da Santa Lúcia, porque lá tinha psiquiatria. Foi em 1988, você já tinha nascido.

— Pai, eu tinha 3 anos.

Fiquei internado durante 45 dias. Nessa primeira vez quem me levou foi o meu irmão, João. Fiquei limpo durante dois anos, sem colocar uma gota de álcool na boca e sem droga. Nossa, eu e sua mãe combinamos tão bem! Nesse tempo em que fiquei bom ela engravidou do Júnio. Ele chegou em 1987, e depois veio o Pedro

em 1990. Só que depois eu comecei a descontrolar novamente, larguei da sua mãe, perdi vocês e ela, e pensei: agora ninguém me segura mais.

Conheci cocaína, de primeira não gostei, você podia cheirar ou injetar, cheirava e depois bebia. Só que passou um tempo e comecei a tomar na veia e a fumar maconha.

No ano de 1994, internei novamente na cidade de Machado, fiquei dois anos lá. Na clínica era obreiro, que é a pessoa que fica como um monitor. Fiquei bem, só que toda vez que voltava para cidade, recaía, voltava à estaca zero. E assim fui colecionando internações, uma vez o meu irmão, Homero, me levou para morar com ele lá em Carmo do Rio Claro, e trabalhei numa Olaria.

— Filha, você sabe o que é olaria?

— Não, me conta...

É onde faz tijolo! Nesse tempo em que morei com o Homero, trabalhava bem, ganhava o meu dinheiro, uns quinhentos reais por semana. Na Olaria tinha um cavalo que ficava rodando em volta da pipa, que era onde tinha um material que batia o barro, aí conforme o cavalo ia girando aquele negócio ia batendo no barro e fazendo sair os tijolos. Eu era batedor de tijolo, entrei como aprendiz, fazia uns 1200 tijolos por dia. Fiquei uns bons meses em Carmo do Rio Claro, e cismeí de voltar para Poços de Caldas; dias depois desandei de novo...

Quando cheguei na cidade, em 1993, sua mãe chamou para conversar e pediu o divórcio, eu assinei. Dali em diante, comecei a trabalhar na fábrica de vidro, na Cristais São Marcos, depois trabalhei na Cad'oro, era soprador, fazia bolinhas de vidro com cristal murano.

Trabalhava junto com o Wilson, o pai do seu primo Maiky.

— Ô, Juliana, eu não tenho paciência...

Vê se chegou o café...

— Calma, pai!

A enfermeira está vindo, vou perguntar para ela sobre o café.

— Oi, Sr. Pedro, como o senhor passou a noite? O café já está vindo – a enfermeira veio e disse.

— Pai, me diz uma coisa, onde você mais gostou de trabalhar?

— Na Circullare.

— E com quem você aprendeu a dirigir?

— Sabe que o seu avô comprou uma Brasília branca, e nessa empresa de ônibus eu comecei como cobrador, só que achava bonito os motoristas dirigindo. Fui botando reparo no jeito deles dirigirem, e, assim, fui aprendendo a dirigir, de prestar atenção neles. E como o meu pai Juvenal tinha essa Brasília, ele me emprestava e eu dirigia pelo Jardim Country Club, depois tirei a carteira de motorista e fui promovido a motorista de ônibus.

Nossa eu tenho uma saudade do seu avô Benedito, pai de sua mãe, ele também bebia umas pinguinhas.

— Fala mais do meu avô Benedito!

— Ele gostava de pescar e antigamente a gente pescava lá perto do estádio do Ronaldão, não era tão poluído como nos dias de hoje. Nossa, pegava cada lambarizão. Um dia fisquei uma cobra e joguei em cima do seu avô, ele era medroso (risos). O Sodito sempre foi gente muito boa. Depois da pescaria, limpava o lambari, passava o peixe no ovo e na farinha e fritava. Pensa numa mistura gostosa, o lambari frito.

E o seu avô nunca partiu para violência comigo, ele não gostava que eu bebesse.

— Pai, porque você virou flamenguista?

Nossa, foi no tempo do Zico, sempre joguei muita bola, estilo profissional, batia falta que era uma beleza, fazia fita desconcertante, uma coisa impressionante. Pergunta para o seu tio João, eles iam lá em casa me buscar para jogar bola.

— Em qual time você jogou?

— Joguei em vários times, Ponte Preta, Guarani, Cascatinha, Fluminense, todos aqui de Poços. Todos os jogadores eram profissionais, e, embora fôssemos colegas, tinha um protético que era o dono do time. Eu jogava na ponta direita.

— O que faz o ponta direita?

— Uai, joga na direita do campo, do lado direito, ele é tipo um atacante, dribla na linha de fundo, cruza a bola, faz todas jogadas da linha de fundo para o meio da área. Nosso time era muito bom, nós ficamos muitas partidas sem perder. Fui campeão na Ponte Preta, Inter, Flamengo, Fermac, Botafogo, todos times daqui da cidade.

— E quando você foi para o gol?

— Eu que decidi ir pro gol, porque já tinha saído dos campeonatos e resolvi montar o meu time. Montei o Flamengo e o América Mineiro; nesse time comprei todos os uniformes e jogamos lá no Jardim Country Club.

— Quem formava o time?

— Toninho, Gerson, Altair, Zezinho, Jairo, Celso e eu no gol.

— Você tinha apelido ?

— Pedrinho, sempre foi Pedrinho!

A enfermeira passou novamente em frente ao quarto do meu pai e perguntou:

— Nossa, você não está encarangado, com frio nas pernas? Cobre elas!

— Eu quero o café...

— O café não chegou ainda?

Vou chamar!

Num gole só, Pedro tomou o café e preferiu não seguir com a gravação, pois se sentia muito cansado; respeitei a sua decisão. Compartilhamos um sopro de memória. Ele seguiu internado na UPA de Poços de Caldas, ao longo de todo dia e, contados quinze dias de tratamento da Neuropatia Alcoólica, ele recaiu novamente...

2.2 Hipóteses de Trabalho

2.2.1 Espiral da Memória

Esta pesquisa inicialmente se propôs a investigar a possível relação entre a família Domingos e a Fazenda do Barreiro de Poços de Caldas. Maria das Graças Eloy, a *narradora plena*, havia apontado como seu local de nascimento a Fazenda Barreiro de Botelhos. No entanto, desprovida do conhecimento e da confiança nas técnicas da História Oral, eu permaneci, de início, com dúvidas acerca da real localização dessa fazenda. Essas dúvidas se deveram ao fato de a família Domingos ser habitante de Poços de Caldas há décadas, tendo inclusive eu mesma, que integro sua mais recente geração, nascido ali. Portanto, a hipótese inicial era a de que a Fazenda Barreiro que abrigará minha família se localizava em Poços de Caldas, e não em Botelhos. Aprofundando a pesquisa em cartórios e arquivos históricos e, principalmente, me apropriando das técnicas de História Oral e aprimorando minha escuta nas entrevistas, percebi que a suspeita motriz da pesquisa estava errada: na realidade, a família Domingos tem uma história de êxodo rural – da zona rural de Botelhos para a cidade de Poços de Caldas.

Na segunda entrevista com Maria e Lita, relataram as memórias de infância sobre a Fazenda Barreiro, na qual ambas viveram, e a pesquisadora pôde atestar que a fazenda permanecia exatamente igual a essas descrições, principalmente as de Lita. A pesquisa demonstrou que Maria nasceu em uma fazenda pequena, então administrada pelo Sr. Horacinho, situada antes da entrada da Fazenda Barreiro, como uma divisão da fazenda principal. Na última pesquisa de campo realizada em maio de 2023, não encontramos a sua casa de nascimento.

Uma vez encontrada a fazenda das memórias de Maria, desfez-se a hipótese inicial sobre a propriedade da qual a família saiu para mudar-se à zona urbana. Esse engano que permeou a primeira etapa desta pesquisa me levou a um dos principais aprendizados sobre a metodologia de História Oral. Conforme explicam os professores Meihy e Seawright:

Em História Oral as hipóteses são assumidamente provisórias. Por se tratar de documentação viva, as hipóteses são postas no campo das suspeitas ou possibilidades. Assim, as hipóteses podem evoluir com o andamento do projeto e isto deve constar da “história do projeto” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 51)

Finalmente, a compreensão da trajetória de êxodo rural realizada pela família Domingos provocou a formulação de uma segunda hipótese, descrita no tópico a seguir.

2.2.2 Estratégia de sobrevivência

Um segundo eixo da pesquisa, instigado pelo orientador da dissertação, foi averiguar se a família Domingos criou estratégias de sobrevivência no seu percurso existencial, seja na zona rural ou urbana. A segunda hipótese, portanto, foi a de que tais estratégias de sobrevivência foram elaboradas no âmbito da família Domingos como forma de resistência a todas as opressões que a condicionavam a uma vida subalterna. Tal hipótese inevitavelmente levou a um exame sobre inúmeras contradições que opunham indícios latentes de uma cultura de matriz africana com a violência, que silenciou e contribuiu para a perda de transmissão oral dessa família, que, a partir da década 1970, converteu-se à religião cristã de matriz pentecostal.

Como acentuam as narrativas, em todo o percurso da pesquisa a colaboradora demonstrou orgulho de sua vivência, mesmo diante da violência perpetuada por um passado colonial escravocrata aos seus ancestrais.

Durante toda a narrativa de Maria, há uma reiteração constante em relação aos tipos de casa em que a família residiu em todas as perambulações pelas fazendas, às quais se refere como sendo “casas de colônia”. Disso a pesquisadora deduziu que as casas de colônia constituem uma extensão das senzalas nessas fazendas, alimentando o espírito colonial escravocrata. Essa realidade se confirmou na visita à Fazenda Barreiro da cidade de Botelhos, que preserva ainda a mesma dinâmica colonial que caracteriza uma “casa-grande”, conforme o mapa encontrado na antessala da casa; a sede permanece como centro da casa, cercada de um conjunto de casas de colônia enfileiradas, antevistas nas memórias de Maria.

Na visita ao Barreiro, averiguamos que as casas de pau a pique, vivas nas memórias da narradora, foram demolidas, assim como todas as casas dos antigos colonos. Existem vestígios de apenas três casas que ficam na parte baixa da fazenda, próximas da porteira. O intrigante é que no mapa da fazenda há uma marcação com o título “Domingos”, o que levava a crer que a família da pesquisadora ali habitava.

Conforme as lembranças de Lita, tia de Maria, ela era responsável pela

cozinha da casa da ex-patroa, a qual passava o tempo costurando, enquanto ela, ainda menina, tinha que dar conta desde a comida dos camaradas até a lida do cafezal. Na visita à Fazenda Barreiro, a pesquisadora atestou que a casa onde Lita “trabalhou” era exatamente como ela a descrevia, mas atualmente se transformou em um mausoléu comido por cupins e marimbondos.

Maria, uma vez mais, com o seu oceano de recordações, me colocou dentro do tal alambique em que toda a família trabalhou, sobretudo o seu pai, Juvenal, e seu irmão Hélio. A narradora já havia descrito com requinte de detalhes esse lugar de fazer melado, rapadura e pinga, que talvez tenha desencadeado a dependência alcoólica de meu avô e da maioria de seus filhos, sobretudo Pedro, pai da pesquisadora.

Ao conhecer a Fazenda Barreiro, compreendi que não só a família do pai de Maria viveu ali, mas muitas outras. Como ela mesma dissera, indo ao cartório de Botelhos a pesquisadora pôde “puxar o fio da meada”. A certidão de nascimento de seu pai, Juvenal, atestou o seu nascimento na casa de colônia da Fazenda Barreiro em agosto de 1920. Esticando um pouco mais o pergaminho do tempo, ao encontrar a certidão de nascimento dos pais de Juvenal, Francisco e Placedina, chegamos ao dono da Fazenda Barreiro, que testemunhou o enlace de meus trisavós. E as memórias póstumas evidenciaram que os clãs Domingos e Procópio viviam nas lavouras de café devido a sua condição social, que os impedia de sair das estruturas, impostas há séculos, de uma condição subalterna da população negra diante de seu feitor.

Com a abolição da escravidão em 1888, acredita-se que a família Domingos traçou estratégias de sobrevivência nessas plantações por longos anos, e que as condições precárias de vida imprimiram no corpo de Juvenal a violência sofrida por seu pai, avô, bisavô e todos os seus antepassados.

A compreensão da estrutura da Fazenda Barreiro não deixou dúvidas quanto ao passado escravocrata imposto pelo Brasil Colônia, não só à família Domingos, mas a milhões de famílias brasileiras. As memórias de Lita e Maria trouxeram à tona a potência de vida dessas famílias em não mais se curvar diante do poder dos fazendeiros de café das fazendas que impunham uma dinâmica de trabalho forçado em troca de pão e água. Como resistência à exploração secular, a família Domingos começou sua peregrinação, alimentou-se da terra e frutificou com ela.

Um dos relatos da *narradora plena* Maria revela as múltiplas faces dessa hierarquia social que sintetizava-se na estrutura e na dinâmica das relações de poder dentro da Fazenda Barreiro:

“O meu pai Juvenal não era de conversar sobre o passado dele com a gente, mas às vezes acontecia; ele fazia muita roda de causos em volta da cama dele, mas falar da sua família que veio antes da nossa, isso só aconteceu uma vez, e vou tentar contar aqui o que ele me disse: um dia ele falou dos patrões dele, os Almeida... O que eu ainda guardo na memória é que o dono da Fazenda Barreiro era o Bernardino, e que na verdade a filha dele, que era uma das herdeiras da fazenda, se casou com um industrial carioca, um tal de Homero de Souza... Parece que ele era dono de fábrica de doce no Rio de Janeiro e investiu na Fazenda Barreiro, que meu pai diz que era a fazenda-modelo daquelas fazendinhas que tinham por aquelas bandas. O Bernardino, além dessa filha de que não recordo o nome, era pai também do Alfredo Almeida, o velho. Ele teve 14 filhos, entre eles o Alfredinho, de quem eu lembro direitinho a cara. Eles eram todos bonitos, assim, de olhos verdes, e o mais velho deles veio de Portugal. E a outra parte dessa história é que o Bernardino, idoso, não tinha condições de tocar aquelas terras, e o Alfredo velho, então, seguiu com a toada... Mas aí parece que teve uma crise do café, muitos proprietários quebraram naquela época e as fazendas foram sendo vendidas, como as dos Almeida, que tinham muitos hectares de terra. Com a crise, parece que o Homero subdividiu as propriedades e vendeu um bom pedaço de terra para o Roberto Marinho, aquele da Globo, sabe? Na Fazenda Sertãozinho é café a perder de vista. O pai contou o que contaram para ele que o Homero era muito amigo dele. E aquela região ali de Botelhos era propícia para o café, além de estar numa região alta; a geada quase não pegava os cafezais... E havia também a criação de gado. O Hélio falava muito dos gados de leite, só que o café era a majestade, produzia aquele tipo que vende caro no supermercado hoje, o arábica, café fino! Nossa, como tudo modernizou, naqueles tempos não tinha cooperativa e nem sei como que vendiam tanto café, porque nós trabalhávamos demais da conta. O povo falava que o café ia para Santos. Sabe que toda história tem a parte cabeluda, né? E o pai contou uma vez só, e eu nunca mais esqueci, porque nome de gente importante vale ouro. O dono do antigo Unibanco, o Walther Moreira Salles, tinha uma loja de secos e molhados aqui em Poços; pensar que esse homem é dono do Itaú... Vai

escutando, parece que o Walther passava de tempos em tempos lá no Barreiro para pegar as mercadorias e levar para a mercearia dele. Era batata, de 15 em 15 dias ele voltava... E dessa estória malcontada teve um suicídio na família dos Almeida, por causa da dívida que ele fez nessa crise. O Alfredo, filho do Bernardino, teve até que pagar moratória para sanar essa dívida com a exportadora de café. E parece que o Walther emprestou um dinheiro para o Alfredo, só que do dia para noite o Moreira Salles criou o banco com o Pedro di Perna, um italiano que era o sócio dele em Poços, cobrou o empréstimo que ele tinha feito e o Alfredo não tinha um conto de réis para pagar para o banqueiro. O Alfredo só não faliu porque vendeu uma das fazendas dele. E, como diz o meu irmão Hélio, naqueles tempos quem tinha dinheiro comprava não só a terra, mas a vida do outro.”

2.2.3 Muhatu: mulher

Como o próprio título da dissertação aponta, o protagonismo da mulher negra na perambulação da família Domingos se configurou como uma hipótese inerente à pesquisa, ganhando contornos mais explícitos na medida em que as narrativas de Maria e seus colaboradores revelaram uma consciência da postura feminina na afirmação da estrutura familiar.

Conclui-se que a mulher negra sobreviveu aos silêncios e apagamentos impostos pelo sistema patriarcal. As vozes dessas mulheres, representadas pela matriarca Olinta, ecoaram da terra, se fizeram na terra, e da terra alimentaram corpos, pariram filhos e espíritos. Olinta, mãe de Maria, minha avó, embora tivesse sucumbido ao silêncio que comeu sua voz diante da manifestação da dominação masculina, viveu e criou com amor todos os filhos paridos e partidos. Olinta é uma mulher transgressora, pois, sendo filha de Luiza, a avó materna de Maria, ensinou para sua filha que a energia vital de sua existência nessa terra seria a do amor e do cuidado frente a tanta violência perpetrada pelo homem de cor branca e “justificada” em nome de dogmas católicos apostólicos romanos.

Na constelação feminina dos Domingos, vó Luiza se destaca como uma espécie de “narradora póstuma”. Nas suas narrativas, Maria a descreve como uma mulher vaidosa. Embora ela não gostasse da serviçaria de casa, decidiu cuidar das filhas da terra.

Mesmo sem a intenção formal de investigar o percurso da mulher, a errância

da vida se impôs, uma vez que Manoela, Helena, Maria, Aparecida e a própria pesquisadora, Juliana, estabeleceram uma espécie de pacto com a vida, a partir do qual o amanhã se fez agora. Ao ouvir essas mulheres, a pesquisadora escreveu não só a história de uma ou de outra, mas de todas as anciãs que antecederam o clã dessa família de ascendência africana. O protagonismo da mulher negra no trabalho ganhou um novo relevo durante a banca de qualificação, em maio de 2022, quando a professora Constância Lima Duarte, ao ler o relatório, constatou que a transcrição da quinta entrevista realizada em julho de 2021 com Maria correspondia ao conceito de *escrevivência* de Conceição Evaristo:

Escrevivência, em sua concepção inicial, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa *escrevivência* não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (DUARTE; NUNES, 2020, p. 30)

Ao perceber que a história de vida de Maria vinha da sua vivência, a própria narradora valorizou a sua trajetória de vida e, assim, sem quaisquer reticências, a incorporou dentro de si e se abriu diante dos *estímulos*¹⁰ instados. Na História Oral de Vida, os estímulos, ao invés de perguntas diretas, apresentam-se como ideal do diálogo (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 63).

Uma vez fechado o pacto entre Maria (falar) e Juliana (escrever), realizou-se o que a professora Marília Librandi denomina “escrita de ouvido”. Através da escuta ativa, “libertamos” a mãe de Maria, Olinta, da violência doméstica ou intrafamiliar sofrida pelo marido. Assim, diante de tantas denúncias, seria irresponsável não registrá-las nessa dissertação.

Ao abarcar as pertinentes reflexões das escritoras Constância Lima Duarte e Marília Librandi, a dissertação reconheceu com legitimidade o lugar social das mulheres Maria, Manoela, Helena e Aparecida, que se investiram como força motriz

¹⁰ “Entenda-se estímulos como um conjunto amplo de questões que se abrem para que o colaborador exerça seu papel de narrador, dono da própria história” (MEIHY; LEANDRO, 2021, p. 63).

dessa pesquisa. O exame da materialidade de suas narrativas levou em conta a relação entre o seu universo particular e o seu entorno, que espelha a memória coletiva.

Na composição das *textualizações*¹¹, valorizou-se a linguagem expressa pela narradora. A pesquisa optou por não interpretar a realidade sob um viés psicológico e/ou sociológico, o que não restringiu a abordagem referenciada de autores e pensadores, mas que consagrou sobretudo os procedimentos da História Oral.

¹¹ “Em termos práticos, pode-se dizer que a transcrição olha para dentro da narrativa oral e a transpõe na ordem do dito” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 133).

2.3 Procedimentos

A primeira entrevista com Maria das Graças Eloy, considerada o *ponto zero*¹² da pesquisa, ocorreu em agosto de 2019, na casa da entrevistada. No fim de tarde, logo após o jantar, sentamos em sua cama e começamos a conversar...

Ficou evidente que o meu desconhecimento dos procedimentos de história oral¹³ nessa ocasião comprometeu sensivelmente a escuta diante das memórias relatadas por expressão oral, me impedindo de captar informações preciosas nessa primeira entrevista.

Felizmente, muitas entrevistas ainda seriam feitas com a *narradora plena*. Na evolução da pesquisa, os procedimentos de História Oral foram incorporados. Um lapso temporal de mais de um ano entre a primeira entrevista e a sua transcrição permitiu também a ressignificação das novas entrevistas que estavam por vir.

Com o ingresso no NEHO - Núcleo de Estudos em História Oral, por meio do Diversitas - Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da USP - Universidade de São Paulo, sob a orientação do professor José Carlos Sebe Bom Meihy, ficou evidente que a história que se apresentava decorria de uma *história oral de vida*¹⁴. Essa modalidade de História Oral privilegia as “construções narrativas que apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 34). Observo que a subjetividade de Maria se impôs a cada encontro, e no decorrer de múltiplas entrevistas ela começou a narrar sua história, percebendo de fato o seu protagonismo.

Como se constatou durante a transcrição dos relatos orais, “escrever é antes de tudo escutar” (PRADO, 1989, p. 26). A primeira entrevista tinha um objetivo: descobrir os nomes de meus bisavós e assim chegar à ascendência africana de minha família. Conforme ressalta Mbembe, “‘África’ e ‘negro’ - falar de

¹² “A fase de *ponto zero* deve fornecer elementos capazes de aprofundar os pontos indicados na problemática e que devem ser perseguidos na investigação” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 49).

¹³ “Fonte oral é mais que história oral. Fonte oral é o registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 13).

¹⁴ “História oral de vida é um gênero narrativo bastante praticado e destinado à recepção mais acadêmica ou não” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 62).

um é, na realidade, evocar o outro” (MBEMBE, 2018. p. 79).

Durante a transcrição da pré-entrevista com Maria das Graças, notei que o tom de minha voz soava com uma certa arrogância e impessoalidade:

— **Fale dos seus antepassados?**

A construção da pergunta, em si, já é estranha, sem coerência, sem procedimento, genérica demais. O pronome “seus” demonstra que, ao longo dos 50 minutos de entrevista, em nenhum momento me identifiquei com aqueles antepassados, ainda que estes fossem também meus, nossos, portanto, A própria Maria se referia a mim, na maioria das vezes, usando a terceira pessoa, como se fôssemos duas estranhas. A única vez em que notei uma mudança no tom de minha voz foi quando ela revelou os suicídios na família, ocorridos nas fazendas.

Dois anos após essa primeira entrevista, constatei claramente o quanto deixei de ouvi-la. Hesitei, a princípio, em reconhecer que o seu quadro de imagens também me pertencia, mas agora sem titubear reconheço que somos parte de uma mesma história de vida.

A dissertação *Memórias da terra: a história de vida da mulher negra no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo* encontrou, dessa maneira, o seu caminho metodológico na *História Oral* como narrativa.

Os dois primeiros encontros realizados com a narradora Maria das Graças e sua colaboradora Manoela Domingues foram feitos de forma espontânea, como uma espécie pré-entrevista. Depois de uma leitura atenta da transcrição de ambas as entrevistas, o orientador José Carlos Sebe Bom Meihy reconheceu a potencialidade do material reunido.

Iniciado os encontros no NEHO, o professor Sebe chacoalhou as minhas certezas e problematizou o trabalho: será que todos os documentos ditos oficiais que eu me propunha a investigar seriam de fato relevantes? Ele propôs, então, uma reflexão: a *história oral de vida* não seria suficiente para sustentar um projeto de pesquisa acadêmica na temática de História Oral *pura*? A provocação feita pelo professor suscitou a confluência de memórias de mulheres silenciadas que produziram narrativas vivenciadas num território de lavoura de café em terras do sul de Minas Gerais e da zona rural de São Paulo. Do ponto de vista historiográfico, vários estudos já foram efetuados sobre esse perímetro, mas poucos pelo viés da oralidade; são ainda mais raras as pesquisas acadêmicas que contemplam a

subjetividade das mulheres negras que resistiram à dura perambulação nas lavouras do interior.

Convicta dos procedimentos adotados, segui as orientações do professor Sebe, intensificando as leituras conceituais sobre o tema. Ao longo de três anos, criei um *corpus documental*¹⁵ em que a oralidade encontrou um lugar determinante na estrutura narrativa da dissertação.

A escolha assumida na pesquisa pela *história oral de vida* gerou, entretanto, um debate entre os colegas do NEHO, levantando-se questionamentos se o projeto não seria de *tradição oral*, o que nos remete às reflexões do historiador Alessandro Portelli sobre a distinção entre fontes orais e de tradição oral:

(...) fontes orais distingue-se do de tradição oral: este último ocupa-se de registros verbais formalizados, transmitidos de uma geração a outra, compartilhados; enquanto as fontes orais são narrações individuais, não formalizadas, dialógicas (PORTELLI, 2017, p. 182).

Apoiada nas ideias de Portelli, constatei, na transcrição das narrativas de Maria, que os saberes de seu pai, Juvenal, não foram transmitidos por ele para a geração futura: desde a receita do chá para a cicatrização pós-parto até a prosa em verso cantada para reverenciar os seus santos e orixás. Percebe-se que houve uma espécie de apagamento de uma *tradição oral* dos antepassados de Juvenal, como atesta o seu filho caçula Pedro:

Meu pai herdou as tradições do passado, gostava da Folia de Reis, do Bastião; a Folia era tudo meio misturado, os três reis magos com santo de terreiro. E em janeiro era a época de a Folia de Reis sair pela Fazenda Água Limpa; eu acompanhava o pai, era o bastiãozinho, o palhaço que usava máscara e porrete pra lembrar os soldados do rei que faziam terror no povo de antigamente. Vestia aquela roupa tradicional colorida, cheia de fitas de cetim azuis, amarelas e vermelhas. Cantávamos nas casas pelas fazendas e ganhávamos muita gorjeta. Depois de quarenta dias cantando nas casas, aquele dinheiro juntado dava para fazer uma festança de adoração ao santo, com direito a queima de fogos e fogueira. E o meu pai falava em versos, mas não passou a tradição para ninguém, morreu com ele.

¹⁵ “O *corpus documental* - ou simplesmente o conjunto de documentos - é, no caso da história oral, referencial eleito como polo analítico e suporte estrutural” (MEIHY; SEAWRIGHT, p. 49, 2020).

Na medida em que o filho de Juvenal revela que o pai herdou os saberes do passado, verificamos, ao mesmo tempo, que nenhum filho continuou esse legado – é o caso da prática da Folia de Reis e dos rituais de matriz africana, que haviam sido herdados por Juvenal de seu pai Francisco, transmitidos pela tradição oral de seus antepassados, Domingos e Antonio.

Ao compreender a distinção entre tradição oral e fontes orais, o projeto adotou os procedimentos de *história oral de vida pura*, em que se valoriza como essencial a construção do percurso narrativo (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 130).

Com um recorte baseado no conceito de *comunidade de destino*, existem dois pressupostos. O primeiro é a base material; o segundo é de natureza psicológica. Nesta pesquisa, elegemos o segundo, psicológico, pois, ao analisar o *corpus documental* — 13 entrevistas diversas — percebeu-se nos relatos da entrevista *ponto zero* que todas as complexidades da história de vida da *narradora plena* estavam presentificadas na entrevista, de modo que não seria necessário recorrer a nenhum outro documento historiográfico para “legitimar” o que a protagonista discorria ao longo desse percurso.

A especificação de comunidade de destino é, conceitualmente, ponto de partida fundamental para quaisquer projetos que busquem entender a memória individual ou coletiva. A comunidade de destino é caracterizada pela força do vínculo subjetivo existente entre pessoas afinadas em torno de motivações comuns, dramas e sofrimentos (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 95).

Coerente com o conceito, a *comunidade de destino* envolveu o clã da família Domingos, os filhos de Juvenal e Olinta, a irmã matriarca Manoela e sua sobrinha Helena, uma vez que todos foram marcados por dramas em consequência do longo processo de escravização de seus ancestrais. Sendo o trauma uma *memória coletiva*¹⁶, independente do tempo, ele afetou a todos os irmãos de Maria. Segundo a narradora, dois de seus irmãos, Pedro e Maura, não vivenciaram os traumas vivenciados na infância pelos irmãos mais velhos.

¹⁶ Sobre o conceito de memória coletiva, ver “A Memória Coletiva”, de Maurice Halbwachs. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf Acesso em: 21 de set. 2023.

Diante do exposto pela colaboradora, nos reportamos à Halbwachs (1968), quando o autor diz que “a memória individual não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar o seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (HALBWACHS, 1968, p. 54). A pesquisa concentrou-se essencialmente na *narradora plena*, que, por sua vez, sugeriu todos os seus colaboradores, sendo determinante a presença da mulher, que propiciou tensões narrativas com os homens dessa comunidade.

Na potência expressa pelas vozes dessas mulheres, a colônia estabeleceu-se e se fez por si só, como o fragmento mais substancioso da história de vida desse clã familiar formado por quatro mulheres - duas anciãs, Manoela e Helena, a protagonista Maria e a colaboradora Aparecida de Fátima. Sendo as redes derivações da colônia que se referem à menor parcela da *comunidade de destino*, elas correspondem à representação dos homens da família, narrados pelos irmãos de Maria. É nesse ambiente familiar que as contradições emergiram, visto que na narração dos colaboradores houve talvez uma certa concessão inconsciente ao se referir ao pai sempre como um homem imponente.

Os relatos da *narradora plena* e de sua rede de colaboradores propõem uma ruptura do tempo lógico, se estruturando a partir do fluxo da memória de Maria das Graças Eloy, com seus atalhos e enigmas. Dessa forma, “a memória não depende de competências mais ou menos científicas para funcionar, pois, fugidia e orgânica, apresenta-se em grupos que sentem ou ressentem o mundo” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 161).

Nesse sentido, o oralista Sebe ressalta que “o que se busca não é o ‘fato histórico’ ou a ‘verdade histórica’, e sim a ‘versão das situações, as impressões, as imprecisões’”. Tais narrativas traduzem a subjetividade de uma família negra que cultiva hábitos, costumes, sabores, a sabedoria das ervas, de cura, de partos, e que, guiada pela intuição, carrega vestígios da cultura africana, conquistando condições de sobreviver na terra do “outro”, do branco.

No ziguezague entre passado, presente e futuro, deveras fragmentado, o tempo é espiralar e a narrativa ousou incorporar os lapsos e lacunas do pensamento

da protagonista. A *transcrição*¹⁷ incorpora na dissertação o sotaque, a hesitação da fala, os atos falhos, as tortas pontuações e as inúmeras reticências...

O recorte histórico do período da escravização do corpo negro é pontuado pelas falas e nuances da *narradora plena* a fim de compreender a vivência do negro na zona rural do sul de Minas Gerais e do interior de São Paulo, no período pós-abolição. Configurada como o sistema nervoso central do sujeito, a memória reivindica o seu lugar a qualquer tempo, se opondo aos apagamentos e silenciamentos perpetrados ao longo dos séculos, sob o signo da violência.

Por se tratar de um projeto de produção de conhecimento, a *transcrição* se impõe como um procedimento fundamental para traduzir a complexidade e os mistérios das narrativas abordadas na dissertação. E, “no ato de efetivação do oral para o escrito” (MEIHY, SEAWRIGHT, 2020, p. 157), a linguagem do não dito, típica do mineiro, nos convida também a refletir sobre a tradição do silêncio, fruto do processo de colonização, onde muitas vezes a pergunta nem sempre é só uma pergunta, e sim a insinuação de uma resposta carregada de metáforas e duplos sentidos.

Conhecer a *história oral de vida* de Maria me permitiu estabelecer um vínculo muito além desses conceitos e melhor compreender o seu universo particular, sobretudo os traumas e a violência perpetrada desde um longo período colonial, bem como a consequente perda de transmissão de tradição oral sistêmica e progressiva de nossa cultura negra.

¹⁷ “Ato contínuo ao processo da produção de um texto final derivado de entrevistas, segundo os procedimentos adotados pelo NEHO/USP, o resultado material da *transcrição* é o documento a ser referendado pelo colaborador” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 139).

2.4 Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica desta pesquisa se concentra nos princípios da História Oral, segundo os quais as narrativas resultam do rito sagrado da entrevista, cujo espírito motivador encontra ressonância na obra de um dos seus precursores, o historiador Paul Thompson:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Com a fundação do NEHO/USP, vários pesquisadores encontraram condições objetivas de produzir conhecimento científico - desde a transmissão de culturas pelo viés da oralidade até a formulação de discussões teóricas suscitadas a partir de pesquisas relacionadas à *história oral de vida*. “Sem o espectro da história oral assombrando a academia”, ampliou-se as discussões sobre povos, culturas e saberes. Essa abertura de horizontes possibilitou o desenvolvimento de trabalhos empíricos substanciais sobre a diversidade de inúmeras culturas que encontraram interlocução sob a égide dos cânones acadêmicos. Na encruzilhada entre a academia e a subjetividade, o professor Sebe, orientador e coordenador do NEHO, provou ser possível, através de “escuta apurada”, o desenvolvimento de uma pesquisa científica.

A vitalidade desta dissertação se manifesta pelas vozes de mulheres negras, que raramente encontram um lugar de escuta e a oportunidade de narrar e colaborar na construção de um texto acadêmico, com histórias recriadas que possam encorajar outras iniciativas do gênero.

Ressaltamos que a fundamentação teórica que embasa esta dissertação se estruturou a partir das demandas surgidas nas entrevistas ou paralelamente a elas, sem que as premissas conceituais direcionassem previamente o curso da pesquisa.

No campo da História Oral, a entrevista é a matéria proteica do trabalho e, portanto, a enunciação teórica opera como um instrumento auxiliar e não indutor do comportamento do pesquisador. Entende-se que a investigação deve agir em mão dupla, sem hierarquizar a relação com o narrador, conforme elucidam Sebe e

Seawright no livro *Memórias e Narrativas*:

Como a palavra “entrevista” sugere relações” – “entre” e “vista” –, a interlocução trocada pelas partes, o entrevistador e o colaborador, caracteriza a solenidade do ato. O momento da entrevista é decorrência das redes indicadas pela colônia, que, por sua vez, remete à comunidade de destino com toda a força da memória de expressão oral – mote principal do projeto (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 119).

A mecânica de estruturação das entrevistas, sobretudo na fase da *transcrição*, exigiu uma releitura sistemática dos principais teóricos que compõem o repertório da pesquisa, seja para subsidiar certas linhas de pensamento e verificar hipóteses lançadas no trabalho, seja para rever conclusões tiradas no limiar do trabalho.

Para fazer a Análise das Narrativas, por exemplo, foi muito importante aprofundar a leitura de filósofos como Frantz Fanon e Achille Mbembe, no sentido de ampliar as percepções acerca dos conceitos de raça, racismo, violência e alienação do negro que são tematizados durante a *transcrição* e na esquematização final da dissertação.

Outra contribuição teórica lateral na pesquisa foi a do sociólogo Pierre Bourdieu, que analisa as faces da violência para além da física, a fim de compreender também a simbólica, o que podemos relacionar ao sufocamento da religião de matriz africana sofrido, no caso, por Juvenal Domingos, pai da *narradora plena*.

Um conceito correspondente à experiência da entrevista múltipla que reuniu a pesquisadora com os irmãos Domingos é o da *memória coletiva*, de Maurice Halbwachs: “toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros” (Halbwachs, 2004, p. 85).

Uma vez confrontadas as lembranças individuais e coletivas dos irmãos Hélio, Fátima, Homero e Maria na convivência nas fazendas, percebeu-se uma espécie de filtro no ar, manifesto em muitos momentos em que o silêncio colocava ponto final na recordação indesejada. As contradições afloram especialmente quando o tema gira em torno da autoridade do pai Juvenal ou de suas práticas espirituais ligadas ao Candomblé.

O território da arte também referenciou a dissertação, sobretudo nos relatos

em que Maria descreve com riqueza de detalhes o parto da mãe Olinta, o que nos leva à tradução poética do ato de parir, feita por Maya Angelou em sua célebre criação *É Amor* - texto apresentado como epígrafe do capítulo que reuniu as histórias orais de vida.

A comovente descrição de Maria sobre o parto da mãe, com um dictionário própria, invoca outras mulheres, como Lélia Gonzalez, que fundamenta seus estudos na tradição da língua originária dos povos Banto. Essa conexão linguística justifica, segundo a filósofa mineira, o modo errante como Maria profere “Candombré”, palavra de matriz Bantu e Iorubá. A substituição do “l” pelo “r” emerge como traço secular na voz de Maria. Os estudos de Lélia González contribuem também na passagem delicada da dissertação que procura compreender a conversão da quase totalidade da família Domingos para a Congregação Cristã. Em seu texto *O negro evangélico*, a filósofa aborda esse fenômeno com propriedade, por sua vivência protestante:

Entendemos por que as pessoas se convertem, etc. É uma busca de perspectiva. Entretanto, o que predomina nas diferentes denominações protestantes é justamente a negação da questão racial e um medo muito grande de colocar abertamente essa questão (GONZALEZ, 2018, p. 240).

No desdobrar dos encontros, precisamente da quinta entrevista em diante, a *narradora plena* começou a abrir sua caixa de Pandora. Quanto mais estímulos e provocações a pesquisadora lançava, mais a narradora revelava as entranhas do passado colonial encarnado em corpos como o de seu pai, que reproduzia uma violência não experienciada em seu corpo de mulher, mas que afetou intensamente sua subjetividade.

Tendo em alta conta os saberes empíricos que formam a História Oral de Vida de Maria e de sua rede de colaboradores, a dissertação dissecou o mecanismo da construção moral e psíquica do clã Domingos, calcada nos vestígios da colonização entranhados na memória da narradora.

Um dos propósitos da dissertação é que ela seja uma fonte de consulta acessível a novos pesquisadores que desejam compreender essas “memórias da terra” no tempo presente. O trabalho pretende estimular a escuta por via da oralidade e possibilitar a expressão plena de mais pessoas negras, no afã de que se

desfaçam dos equívocos inculcados ao longo de séculos pelo mundo acadêmico.

Sabemos, de experiências passadas, que, ao escrever as nossas histórias sem o aval da vivência, ou melhor, da *escrevivência*, corremos o risco de reproduzir a mentalidade colonizadora que enquadra o negro, em geral, como tema ou objeto de estudo, sem jamais colocá-lo na condição de sujeito produtor de seu próprio conhecimento teórico.

A História Oral nos permite navegar num mar de palavras fundidas de gerações em gerações com a cultura que elevou-se das profundezas do tempo escorrido nas falas de Maria, Fátima, Manoela, Helena, Hélio, Homero, João, Pedro e também de todos os nossos mortos...

Apreendemos uma língua que nos precede, com hábitos preestabelecidos - codificados ou não -, mas tudo segue de forma diacronicamente tramada, o que exige explicações. É nesse sentido que operam as entrevistas, destinadas à busca de sentido social com fundamentos anteriores e históricos. Todo projeto de história oral é, acima de formas ou modos de execução, uma tarefa de (re)qualificação de entendimentos (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 156).

Encerrar este tópico da dissertação com as reticências (...) que atravessam todo o trabalho é dizer uma vez mais que a História Plena/Pura de Vida narrada por Maria das Graças Eloy (Domingues) e seus irmãos co-responde às próprias interdições sofridas na memória de um povo negro e africano.

3. HISTÓRIA ORAL DE VIDA

É amor

*Parteiras e lençóis enrolados
sabem que parir é difícil
que morrer é cruel
e que viver é uma provação ali no meio*

*Por que nós fazemos essa jornada,
murmurando
como rumores entre as estrelas
Há alguma dimensão perdida?
Seria o amor?*

Maya Angelou

3.1 Memórias da terra: a história de vida da mulher negra no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo

O Sonho

Nem amanheceu direito e o facão descia igual quiabo na carne molinha do porco sacrificado na água fervendo. Como tinha muita comida para fazer, comecei pelo lombo, depois a costelinha; derreteu a banha da carne de porco na lata. Dei seguimento no feijão pagão, colocando a pele de porco e a canjiquinha para cozinhar. O pernil assobiava na panela e a cozinha se infestava de porco. Quase tudo pronto, fritei a linguiça e a bisteca. Enjoada de tanto cozinhar e impregnada daquele cheiro, servi vó Luiza, Maria Aparecida, o Zé Vitor, o Chico, a mãe, o pai, e a minha filha Marlene; todos os mortos da família.

Acordei com saudade, nunca sonhara com eles juntos.

No dia em que Deus me concedeu a graça de parir a Marlene, o pai chegou na Santa Casa em Poços de Caldas, e soltou:

— Por que você tirou o Domingos do nome?

Eu, fraca das ideias, retruquei:

— Uai, pai, você está ficando louco?

— Não, procurei pela Maria das Graças Domingues.

A enfermeira, folheou daqui e dali e nada.

E encontrou a ficha de Maria das Graças Eloy, que teve neném ontem, uma menina.

— Maria, não sabia que o meu sobrenome pesava tanto para você!

Aquilo me calou fundo, hoje me arrependo de ter cortado o Domingos da identidade.

Coroa-de-Cristo

Nasceu o dia, o peito ardia, o pai sumiu, a mãe com dor, eu sufocada pela ira, saí descalça na imensidão da capoeira. Passei a primeira casa, a segunda, a terceira, logo me aproximei dos picuios. Abri a porteira, e no caminhar os dedos do pé sumiram no pó da terra batida. O corpo ia sozinho à procura do nada, andava por andar, o sol não esquentava, avistei a casa da tia Lita e parei no portão. Pisei pé por

pé, a fumaça do café bailava pela cozinha. Encostei no beiral da porta e pedi socorro para Deus.

— Tia Lita!

— O que você está fazendo aqui?

— Chega pracá!

Atravessei a cozinha e vi a coroa-de-cristo, aquela florzinha de espinho, que se machuca a gente, o leite escorre. Sentei no chão de barro úmido e catei a sobra de um pano no varal, para não encharcar o vestido.

— Maria, que vestido formoso!

A mãe que fez.

— Diquê?

— De saco de café tingido, feito com aquele pozinho verde, o guarany. Cheiro gostoso...

— Mais cedo assei bolachas de sal amoníaco.

Levantei do chão gelado e tasquei a mão no latão de bolachas, peguei logo três. O mais gostoso da bolachinha da tia Lita é o açúcar por cima. Para não comer a seco, a tia serviu um café docinho na xícara “de rico”, que ganhou da Olívia, sua ex-patroa da Fazenda Barreiro.

A tia só usava roupas de cor, blusa rosa, calça azul alegre e cabelo preto alisado com pente de ferro.

Que colo maciozinho. Nesse dia, Deus encarnou na tia Lita.

Dizia ter dois nomes, o errado Manoelita e o certo Manoela de Jesus Domingues. De primeiro, demoravam para registrar as crianças, às vezes nem registro faziam.

— Maria do céu, ontem vi o lobisomem! Não sei te falar se virava ou desvirava. O bicho vomitou perto da comadre Rute.

Arregalei os olhos...

— Deus é testemunha!

Deixei escapar que o pai voltou a visitar as casas de trabalho; na verdade, eu ouvi uma conversa da mãe com o meu irmão, Hélio, e contei para a tia que os guias “tomaram” ele e não davam mais sossego. Parece que começou lá pras bandas do José Lourenço.

— Nossa! O Zé Lourenço tá vivo ainda?

— Pior que tá...

— O negrão não morre de jeito maneira!

Eu lembro dele como se fosse hoje. Cabeça branquinha, vizinho de rua do tio Dito. Será que ele parou de benzer as crianças?

Você não sabe, antigamente, se tinha lombriga, benzia! Se dava vento virado, benzia! Se a criança nascesse de perna curta, benzia! Diarréia, benzia! E o Zé levava a fama de melhor benzedor de Botelhos. Tudo benzia, benza a Deus.

Lembrei de sua avó Luiza...

Uma vez ela pois o Geraldo de ponta-cabeça, mediu a altura de um pé e do outro; se desse diferença, ela amarrava um cipó no calcanhar, e saía batendo o machado no chão para cortar o medo.

Ô Maria, já tá na época da colheita do café?

— Não, tia!

Esparramamos o cisco e, daqui quatro capinas, reviramos o mato para preparar a colheita. Vamos passar o inverno colhendo café.

— Quantos alqueire?

— Uns cinquenta e cinco alqueires de café por dia, tudo à mão, tá louco...

— Ah, minha filha!

Depois que a morte carregou a mãe verdadeira, o pai Francisco e a mãe Placedina, me criaram junto com a Maria, Teresa, Zolina, Nilza, Vergilina, José, Geraldo, Benedito... Me tornei a filha postiça.

Lá no Barreiro, trabalhei por demais da conta para o senhor Alfredo, o dono daquele mundaréu de terra. A lida era duas, na roça e na casa das madrinhas Olivia e Iva. Quantas e quantas vezes a patroa velha pediu para eu sair do cafezal pra cozinhar na casa dela. Largava tudo pra acudir.

Aprendi a cozinhar aos dez anos.

Iva, costureira, se trancava num dos quartos e só parava de costurar quando a noite caía. E o patrão de olhos arregalados vigiava da cadeira e não me ajudava nem com as panelas de ferro.

A Iva foi terrível, fez até um banquinho para mim alcançar o fogão de lenha.

Eu trepava naquela banquetinha, refogava as comidas e ia equilibrando para não queimar os dedos. Na hora que estava no jeito de descer, chamava o Zezé para me ajudar com as panelas, porque não sabia fazer as marmitas dos camaradas que iam pra roça.

A patroa nem na cozinha vinha, comia na sala, escovava os dentes, e voltava a costurar.

Fazia a faxina da cozinha e do casarão; às vezes o serviço era tanto que ela ficava com dó, e chamava as meninas maiores da colônia para ajudar.

Deixei a cozinha e a enxada quando casei com o seu tio Vítor Luís, não tenho nenhuma saudade da serviceira.

A vida não era tão ruim, moravam os primos, as primas, tudo em família, uma beleza. Se matavam um capado, repartiam um pedacinho para cada um. Os filhos mais velhos trabalhavam no engenho, faziam rapadura, pinga, melado e saíam para vender na cidade para os patrões.

Aos domingos, a mãe fazia uns leitão, biscoitão, virado de feijão, e vez ou outra a patroa aparecia para o almoço. A única coisa que não sabíamos fazer era a lida no canavial. O pai, igual cigano, pulava de fazenda em fazenda, até que um dia fomos morar numa casa de capim e matutei:

— O pai tá louco! Veio fazer o quê pros lados do canavial se não sabe moer guarapa?

Nessa altura o seu pai já estava casado com a comadre Olinta, e escapou desse sofrimento. Tenho tanto pesar dessa época que só lembro do pai, da mãe e dos irmãos José e o Geraldo. A casa nem janela tinha, mas pior que ficar sem ar era ficar sem água. As minas daquela banda não prestavam por causa da sapaiada. Não dava para beber água de espuma de sapo.

O pai era cabeça dura e a mãe obedecia. E para não beber aquela água de girino, todo santo dia ele caminhava demais atrás de água limpa. E resolveu cavucar, cavucar, cavucou tanto que brotou água limpa no chão do fundo de casa. A patroa nesse dia teve piedade de nós, e como não tinha água para fazer a janta, ela trouxe mandioca e linguiça frita tardão da noite para comer. Antes do sol raiar, o Geraldo e o irmão José arrumaram as trouxas e picaram a mula para a Fazenda Barreiro. Pediram a benção ao pai e racharam pelo estradão afora.

Meses depois, o pai cismou e voltamos para o Barreiro.

Maria, você vai ficar para o almoço?

— Vou, tia!

— Então, maceta o alho, enquanto eu busco a pele de porco que já faz dias e dias que está no sol para secar.

— Vai ter mistura hoje?

— Vou fazer torresminho, e a pele dura, frito e coloco dentro do feijão para ficar molinho. Sua avó que me ensinou a fazer esse feijão pagão lá na fazenda do Lourenço Vieira.

A sua mãe não tá te esperando?

— Ninguém botou reparo quando eu saí!

A gente quando perde a nossa mãe o sabor da comida nunca mais é a mesmo.

— Tia, eu sinto falta da vó Luiza, ela vivia com um bernal de lona e mania de catar as coisas pelo caminho, catava parafuso, prego, pedaço de pau, tudo que via, catava. Quando ela morou aqui na Fazenda do Brejão com a gente, a casa tinha paz.

A mãe por vezes ficava brava com a avó porque ela não era uma mulher sacudida, mas colocava no eixo o que estava fora do eixo.

Hoje se ela estivesse aqui o pai não aprontava a feiúra de ontem. A mãe fala que o pai é meio bipolar.

— Maria, o que é isso?

— É tipo aquela pessoa que está rindo agora, daqui um pouco franze a testa e passa uns minutinhos está pronto para brigar.

— Pior que você não sabe, mas o irmão Juvenal tá tomando gardenal, e mistura com pinga, aí já viu! Falando nisso, a Selma, minha filha, também não tá boa, precisa ir no lugar onde vão as pessoas doentes da cabeça.

— Tia, a mãe contou que o pai tem coisas que o perturbam e não lhe dão sossego. Ontem alguma coisa pegou ele no cafezal. Eu, o Hélio e o Chico, nós vimos e ninguém contou. Perto de ir embora, terminamos de esparramar o cisco nos pés de café, e do nada, o pai desapareceu e logo ressurgiu em cima de uma pedreira. Soltava fumaça sem parar do cachimbo. Continuamos na lida e, ao entardecer, o pai desceu em nosso rumo todo esquisito, mas bota esquisito nisso, parece que um troço baixou nele. O Hélio percebeu que ele estava “manifestado”.

Eu fiquei firme porque não podia arreganhar os dentes pro lado do pai senão dava soco.

Juntamos as matulas, enxadas, o bornal e passamos direto pela venda. Nem a pinga ele bebeu, notei alguma coisa errada...

Do portão de casa deu uma bicuda no cachorro e no gato, escorregou no barro da cozinha, levantou e deu um murro no olho da mãe. Tascou um soco no Hélio, no Francisco e em mim, e com aquela bota dura deu um chute, abriu um buraco nas varizes da perna da mãe, bateu em todo mundo. Só deu tempo de pegar o pano queimado com açúcar para estancar a sangueira que formava uma poça de arco íris no chão da cozinha, espirrava sangue para todo lado.

A mãe não parava de chorar e o meu choro soterrou na garganta.

Pedi para Deus sumir com o meu pai, uma pessoa destemperada.

Só que esse destemperamento vem lá de trás. No fundo, lá no fundo, carregava mais ódio que amor. Acho que apanhou igual gato no saco, e descontou depois em nós. Apanhamos por várias mãos, do pai, do avô e do bisavô, que apanhou do fiscal lá da fazenda, que matou o pai dele por conta da lida não terminada.

O pai respeitava a avó, e nunca batia em nós quando ela estava em casa. Luiza foi um rascunho de vó.

— Maria, lembro que ela fumava cigarro de palha, bebia café, não fazia comida de jeito nenhum, era meio preguiçosa.

Após a morte de seu tio Zote, voltou para o Barreiro lá em Botelhos e nunca mais pisou no Brejão.

Coisa boa lembrar, era um cisco de gente, magrinha, baixinha, morena clara, cabelo comprido igual de crente, e prateado por falta de sabão naqueles tempos.

Sentava no sol, com os dedos penteava os cabelos que escorriam pelo chão.

Maria, seu cabelo está brilhoso como o sol!

— Ah, é?

Toda vez que falo em cabelo me vêm as crianças lá da colônia, viviam me chamando de negrinha fedida, cabelo de bombril, carrapiço, palha de aço e gordinha. Então, para ficar mais bonitinha, alisava, e se não arrumasse o cabelo chamavam de louca varrida.

Terra de feiticheiros

Ô mulher sabida a prima Helena, tenho muita afeição por ela. Naqueles tempos o abraço era o olhar, se cumprimentava de longe. Dia desses ela veio com uma prosa boa, contou que o bisavô Domingos nasceu em Machado, terra de feiticheiros, por causa das “feitiçarias” dos negros, e a bisavó Anna, em Gimirim (machado-pequeno), no sul de Minas Gerais. Tem vezes que a memória não alcança o tempo.

Helena e o pai nasceram na Fazenda Barreiro em Botelhos. Ele, numa tapera da colônia nos anos de 1920, onde a mãe pariu Maria Aparecida, o José Vitor e o Hélio; eu nasci bem depois. A verdade é uma só: a gente não existia para os patrões, do modo do outro; só existia para servir. Quem comandava o mundão de terra era o Alfredinho de Almeida, filho do velho Alfredo, falecido.

Todo final de ano o pai vinha de longe para rever os irmãos Dito e Geraldo, que também eram filhos do vô Francisco e da vó Placedina. O cabuloso é que o tal do Alfredo, antes de morrer, assinou como testemunha o registro de casamento dos meus avós. Uma esquisitice, apesar do patrão jurar de pé junto que era tudo família.

A prima Helena, casada com o Ormindó, tinha uns anos à minha frente, e quatro crianças, o Luís Carlos, Maria Rita, Maria Aparecida e Márcia Helena. Lembro dela no dia em que fomos pescar uns lambarizinhos no ribeirão. Tava um geadão danado mas a vontade de comer peixe, bem maior. Sem pestanejar, descemos a ribanceira, o mato tomava conta do caminho para o rio, dá-lhe braço e facão para abrir a picada no matagal. De peneira na cabeça, chegamos na viela e a prima não parava de falar do seu casamento com Ormindó, de quando vieram a pé e descalços da igreja de Botelhos até o Barreiro. Eis que o rio se mostrou para nós. Largamos o chinelo de couro na beirada do riacho, afundamos a peneira no rio e não saiu um peixe para contar história. A água congelava o dedinho do pé e até os lambaris...

— Helena do céu, que friaca é essa?

— Maria, eu fiquei tão bonita de noiva, chegou na metade do caminho o vestido de noiva vinha arrastando pelo estradão de terra com destino certo, a festa na Tulha da fazenda. Era um vestido simples, tinha tanta gente e vieram a pé. O Ormindó vinha com o sapatão amarrado no lombo, e o seu pai, o Juvenal, pra variar não deu as caras, sumiu.

O meu sogro, o Geraldo Carreiro, moeu o milho no moinho de pedra para fazer a broa de fubá que serviu na festa junto com biscoitão e chá de erva doce. Criatura tão caprichosa, e o tempo é ligeiro! Completou um ano da morte da Maria Aparecida. Gostava de cavalo, igual eu, nosso passeio era ir na igreja na cidade. A gente entrava escondida pela sacristia, fingia que rezava e permanecia o dia inteirinho para fugir da serviçaria da fazenda. Sabe prima, eu tinha vinte e um anos quando o Ormindó pediu a minha mão para o pai! Ele continua um negrão bonito, vira e mexe não consegue fazer xixi, tem que levar ele no médico mas não arrumo jeito e tempo para ir.

No caminho de volta do rio, paramos na casa do tio Geraldo, para ver se ele tinha galinha, a prima, com aquela voz de homem, deu uns gritos:

— Ô Gerardo, ô Gerardo, ô Gerardo...

Ele deu as caras na porta, e emendou a falar:

— Ô Maria, não sabia que estava pra essas bandas de cá, cadê o Juvenal?

— Oi, Tio!

Nem deu tempo de avisar...

O pai e a mãe estão na casa do tio Dito, lá pra cima, perto do Lourival.

— Sei...

Entra para dentro.

Antes de responder ao tio, Helena encavalou uma fala por cima da minha...

— Gerardo, tô com pressa, cê tem uma galinha no jeito?

— Tenho não, só porco!

— Até fazer o porco, o primo Juvenal já se mandou.

Vou ver o que fazer de mistura.

— Hum,

Maria, fala para o seu pai que tem uma pinguinha das boas à sua espera aqui em casa.

Sempre gostei de conversar com o tio Geraldo, é o irmão diferente do pai, trabalhava por obrigação, ou melhor, não tinha opção. Os patrões diziam que ele não era flor que se cheirasse. Vivia resmungando, que padrinho de verdade não maltrata o afilhado. Guardador de papel velho, não sabia ler e escrever, assim como eu, guardava por guardar e não entendia dos escritos. E toda vez, antes de ir embora, me dava alguma coisa. No ano passado, quando viemos para o Barreiro, a

minha irmã Fátima, que estudou uns anos lá na Fazenda Diamante, leu um desses papezinhos para o tio. O que intriga é: como os papéis foram parar na mão dele? O tio dizia que o pai abandonou eles para virar forasteiro, sem destino certo.

Nesse papinho curto com o tio, perdi de vista a prima Helena, que saiu atrás da mistura para o almoço. Olhava para todo aquele cafezal e só via ruínas de casa pelo chão. A prima conta que, depois que o patrão velho morreu, o Alfredo de Luiz de Almeida, ele iniciou a partilha da Fazenda. Por sorte, o Ormindo, marido da tia Helena, arranhou um serviço mais digno na roça do Sr. Virgílio em São Gonçalo. O tio Dito sempre foi um homem de palavra, e toda vez que encontrava ele, repetia: “Os filhos nasceram tudo no Barreiro, e vai sair tudo junto de lá também”. Nem os olhos aguentavam mais olhar a mesma paisagem do cafezal e do arrozal.

— Ô Maria, não quer levar rapaduras?

— Tio, passo longe desse doce, o meu irmão Hélio, tá com a raiz do dente fraca de tanto comer rapadura.

— Uai, Maria! O dentista vai lá no Brejão?

— Bem de vez em quando...

— Se ele aparecer por lá, pede para arrancar esse dente do Hélio antes que fure a bochecha para fora.

— Deus me livre guarde!

Indo para casa da prima, vi um monte de taperas no chão; só as casas do tio Dito, do Geraldo, da prima Helena, do Vitor Brás e do José Dionísio resistiram ao tempo. A casa onde o pai nasceu foi sepultada.

Embora a casa da Helena e do Ormindo tivesse mais pra lá que pra cá, continuava de pé, só não voava porque era de tijolo. Nem reboco tinha, a única da colônia com dois quartos, cozinha e o banheiro no matão. O curioso é que a cozinha era igual à da mãe no Brejão, não tinha pia, então se lavavam os cacos de louças no bacião com a água do ribeirão. A sujeira ia para o quintal, ficava uma nhaca. Ô coisa boa a cama da prima feita de estaleiro de pau e colchão com palha de milho, bem maciazinha, não dava vontade de levantar.

— Dhia, Dhia, Dhia, onde tá você?

Reconheci de longe a voz de “ômi” da Helena, ela me chamava de Dhia, não sei de onde tirou esse nome. Desconfiei que a comida estava pronta, corri e lavei a mão na bacia, sentei no degrau da porta da cozinha, comi com a boca mais boa do

mundo o capado que ela preparou. Deu para a mãe, o pai, a prima, o Ormindó e as crianças comerem de se fartar. A mistura eram duas, o capado e a canjiquinha de quirera com costelinha para esquentar o corpo que encarangava de frio. Antes de regressar, o pai decidiu filar a bóia na casa do antigo patrão, o Sr. Ramiro.

Na hora da despedida dos tios e primos, o choro vinha e travava na garganta, mesmo assim fazia questão de dar tchau para o tio Geraldo, pro tio Dito e pra tia Zica, mãe da prima Helena, que aliás tinha um nome bonito demais, Lazarina Máxima.

Figura doce o tio Dito, diferente do pai, o cão.

No ano passado, a Fátima veio para cá, teve um caso engraçado, ela tinha pavor do pai, e trouxe um papelzinho que a Dona Onofra da Fazenda Diamante ajudou ela a escrever: o Salmo 91. Bastava o pai entrar pela porta da casa do tio Dito, com a cara feia, que ela abria o papelzinho, fechava os olhos e ia atrás do pai rezando baixinho: “Mil cairão ao teu lado, e dez mil à tua direita, mas não chegará a ti”, rezava sem parar para amansar a brabeza dele.

Ao passarmos na casa do tio Geraldo, ele tirou um papel sujo da bíblia caindo aos pedaços ao pé da Nossa Senhora Aparecida:

— Maria, tá vendo esse papel?

— Tô.

— Peguei escondido do filho do Alfredo, leva para a Fátima, ela entende das letras.

O seu pai não pode pegar porque é bruto.

Ano que vem, me conta o que está escrito, tem coisa da nossa família aí.

Saí encafifada...

Antes que o pai visse, escondi o papel dentro da calcinha de saco de sal que a mãe fazia, ali ninguém achava.

Recordo direitinho que dessa vez os meus irmãos não foram à Fazenda Barreiro. O Hélio, recém-casado com a Dulce; o Homero, fugido dos socos do pai, se mandou para Assis, no tal do Paraná. Por motivo de dinheiro, o Chico, o João, a Fátima e a Maura também não foram.

A jardineira parou no centro da cidade de Botelhos, a mãe desceu na venda do padrinho Jair e pediu um pano de algodão para o meu casamento. A noite caiu quando apeamos para cumprimentar o Ramiro, ex-patrão do pai. O cheiro da comida

fazia curva na subida para o casarão. Primeira vez que jantamos com os patrões, comida fina, salada de repolho.

A Mãe

Mulher fértil, a mãe.

De ano em ano paria, criou mais de uma dúzia de filhos, vingaram doze, nasciam onde dava, teve uma vez que o tempo falhou. Deu à luz na minha frente, debulhando o feijão, espirrou aquela água nas minhas pernas, ela só sentou e olhou para mim sem graça. Sem tempo de acudir, gritei ao pai. A parteira chegou, abriu suas pernas, a criança não saiu e aí a coisa enroscou pois nem lençol tinha para cobrir. Corre daqui e dali para conseguir um caminhão-jardineira para levá-la ao hospital. Só deu tempo da curetagem. Amuado, o pai contou que a criança de sete meses nem chorou.

O que eu achava interessante no pai era que, toda vez que a mãe ficava grávida, ele caminhava pelos matos atrás de rama e erva para preparar a remediada pra mãe. Tinha os neném, o pai fervia as raízes nos caldeirões e a banhava. Só ele sabia a planta certa, uma ciência danada. Ainda por cima, dava para ela tomar pinga com arruda, para cicatrizar as feridas do parto. Naquela vez do aborto, a mãe ficou quarenta e um dias de resguardo, como se a criança tivesse viva. Não podia pegar resfriado, tomar vento, senão estuporava, virava a cara para trás, tipo uma paralisia de sair do quente para o frio, falava assim:

— Nossa, ela estuporou!

Ela recaía...

E tinha doença de papo, que hoje é tireoide, dando a sensação de dois pescoços; a minha irmã Maria Aparecida, antes de morrer, sofria disso. E da moda do outro, se tivesse gerando filho aleijado, nascia aleijado, se tivesse gerando duas crianças emendadas, nasciam emendadas, porque não havia acompanhamento médico. A cada filho que nascia o pai fazia um ritual: a única vez que ele sabia cuidar da gente. Até frango com sopa de farinha de milho ele fazia.

O segundo aborto da mãe foi no terreiro de café. Deixou de parir aos quarenta e oito anos de idade, ao gerar o filho pródigo, só que, diferente da Bíblia, esse varou pelo mundo. Só fui entender das dores de parto e de luto com a Marlene, foram dois dias inteirinhos no hospital, enfiaram dentro de mim um negócio que

rasgaram igual couro velho, ela saiu a fórceps e sem atitude. E, como o raio não cai duas vezes no mesmo teto, minha filha sobreviveu.

Voltando um pouco para trás, a Dona Olinta, minha mãe, tinha um desejo de ficar nessa terra vivendo sem agressão, violência, só que não foi assim...Tinha um medo terrível de não ser alguém, não queria filha à toa, quer dizer, mulher da vida. Mulher cheia de vida, afetuosa, seu sonho era ficar viúva do pai para viver um conto de fadas com os filhos, mas o Juvenal eliminou a mãe pouco a pouco...

O pai possuía um barril de pinga de duzentos litros dentro de casa e vendia para os colonos para fazer um dinheiro por fora na Fazenda do Córrego das Pedras. O Hélio, meu irmão que nasceu na Fazenda Barreiro, conta que a pinga veio vindo lá de trás. O pai obrigava a gente a sugar a pinga do barril com a boca pela mangueirinha. Teve uma vez que eu e o Hélio chupamos mais de um litro e meio de cachaça, dava uns goles escondidos quando a coisa tava feia.

Até que bebi além da conta, fui lavar roupa no rio e caiu um pé d'água, aproveitei para molhar os cabelos e pescar no corgo. O dia estava gostoso, a água morninha da chuva que jorrava, ria sozinha, enquanto os peixes comiam os dedos do meu pé, afundei a peneira com as mãos e numa tacada só peguei dezenove lambaris que encheu um latão vazio de óleo que levava comigo. A mãe limpou os lambarizinhos, empanou e fritou uma travessa grande de peixe. Ao comer, não conseguia disfarçar o meu bafo de pinga...

— Maria, pelo amor de Deus!!!

Vai tomar banho antes do seu pai chegar...

Obedeci à mãe, porque, se o pai visse que eu estava bêbada, apanharíamos eu e ela.

Encarei a chuva com relâmpago e tudo, tomei banho na bacia de alumínio, e me enfiei debaixo das cobertas antes do pai chegar. Mal deu tempo de fechar o olho, ele chegou da Fazenda Água Limpa arrastando o pé. Como era um cômodo único, a sala e o quarto era grudado, vi ele entrando de costas, os irmãos atrás dele porque não conseguia parar em pé, o sapatão estava sem sola e como chovia muito, ao entrar, falou:

— Ô, inferno!

Saí da roça e vim caindo de lá até aqui...

Quando o pai desceu o topinho da cozinha, escorregou e caiu de queixo no chão, prendi o riso.

A minha irmã Maura, que auxiliava a mãe com a janta, largou:

— Pai do céu!

Ele resmungando, pediu:

— Maura, traz água para lavar o pé...

E, como era sábado, o pai tomava banho de corpo inteiro.

A Maura levou a água, ele colocou os pés dentro da bacia, despejou a água fervendo e queimou o pé.

— Ô, infernoooooooooooooo.

O pai colocou o pé para fora, veio um pintinho que arrancou um calo do seu dedo no bico.

Ele berrou para minha mãe:

— Olinta, estou muito desgraçado!

Naquele instante, Deus teve piedade de mim!

A verdade verdadeira é que nessa de chupar a mangueira para encher a garrafa de pinga vinha junto um tanto bom dentro da boca. Aprendemos a beber em casa, um pouco para alegrar a miséria.

Da Fazenda do Córrego das Pedras, lembro do guaraná caçulinha, da leitoa à pururuca e da macarronada da mãe.

A mudança

Por mais que tente lembrar da Fazenda Barreiro, a memória não deixa. O meu irmão Hélio nasceu, se criou lá e saiu aos dez anos de idade, viveu um bocado de tempo lá. A última vez que demos o ar da graça em Botelhos foi na morte do tio Dito, pai da prima Helena. Bota tempo nisso, só recordo por causa da música “Sonho Alto”, do Milionário & José Rico. Nessa ocasião, morávamos no Córrego das Pedras, e até cruzar o estado de Minas, põe chão...

— Ô Hélio, chega para cá, você quase não fala da vida no Barreiro.

— No Barreiro tinha uma porteira e logo mais abaixo recordo de duas casas: a da tia Doralice, que era a sogra da tia Helena, e a segunda casa que era do tio Geraldo Carreiro, pai do Ormino, casado com a prima Helena. A colônia era uma imensidão, umas quarenta casas, tudo empregadinha, uma do lado da outra, e tinha

o ribeirão onde eu pescava os lambaris com a prima Helena. Tínhamos muitos parentes, mas o que realmente ficou gravado na minha cabeça foram essas duas casas logo na entrada da Fazenda, na banda de cima. E depois íamos muito na casa do Zé Eustáquio, que tinha quatro filhos e todos mudos. O povo de antigamente era muito gago e mudo. Coisa esquisita, o Zé teve doze filhos, igual a mãe, e seis nasceram bão e seis mais ou menos, quer dizer, tinham problemas. Nem sei porque emendei a conversa no Zé Eustáquio.

A nossa família se mudou para a fazenda do Sr. Ramiro em 1900 e pico, numa jardineira que só cabia eu, o pai, a mãe, a Maria Aparecida, o Zé Vitor e a coragem dentro do bolso.

Se produzia café e gado, e o café dominava. A mãe criava porco no fundo do quintal e engordava com lavagem, resto de casca de batata, cebola, milho, tomate e talo de alface.

Na Fazenda tinha engenho de cachaça e se vendia pinga, rapadura e melado na cidade de Botelhos. Mexíamos com as plantações de feijão e arroz dos patrões, rareava o de comer. O sal precisava comprar com dinheiro, pois carecia na fazenda. Quando, no final do ano, saía o aqué das panhas de café, os caraminguá mingravam no mesmo dia. No Barreiro tinha uma moeda própria, e os fazendeiros descontavam dos mantimentos comprados meses para trás. Bendizê, o pai só devia, nada saía de graça.

A mãe fazia muita carne de porco na lata e, como não tinha geladeira, a carne conservava dentro dos latões de óleo, os de vinte litros. Quando acabava o óleo, lavava e colocava os pedaços de carne dentro e a própria gordura do porco, pra não estragar; assim durava dias e dias, às vezes seis meses... Além da carne ficar curtindo na gordura, se aproveitava a pele do porco para fazer toucinho.

— Ô Maria, você recorda do episódio com o tio Dito Procópio?

— Como esquecer?...

Nossa, o tio Dito, irmão da mãe, era Jesus na terra, só fazia mal para ele mesmo. Depois de tomar umas pinguinhas em Botelhos, saiu cambetando, montou no cavalo que ele fazia o maior gosto e no sobe e desce dos morros de orvalho que matava tudo que via pela frente, cismou de cortar caminho pelo sítio do seu Paulinho. O cavalo empinou, o tio caiu e lá mesmo ficou; nessa noite bateu um geadão bravo, e o tio Dito morreu encarangado.

Vivemos muito tempo na pobreza, não tínhamos o que comer, às vezes era canjiquinha pura e feijão com angu. E o povo quase não falava. Com quinze anos eu já tinha ponte-fixa de tanto comer rapadura, que estragava o dente para um colosso. Tinha gente com dois dentes só, e o pai não comprava pasta de dente pros filhos, então, quem vai escovar dente com carvão?

Juntamos os nossos trapos e trouxas da tapera de dois cômodos, onde viveram assim: eu, o pai, a mãe, os irmãos, o vô Francisco e a vovó Placedina.

O pai deixou os irmãos para trás por causa dos mandos e desmandos do velho Alfredo. Partimos no assobiar da siriema sem saber para onde ir, atravessamos o pontilhão e, antes de chegar na porteira, avistei a tulha do casamento da prima Helena; na subida do morro, a jardineira chacoalhava mais que o coração. Precisava segurar os trem da mãe para não cair do caminhão na estradinha estreita. O único móvel que nós tínhamos era a prateleira canastra, uma caixa de madeira que parecia um baú, esse era o nosso guarda-roupa. Inda bem que não chovia, senão aquela lata velha do Sr. Eustáquio atolava no lamaçal.

Melhor fazedor de pinga da fazenda, foi o pai que bebia também.

Enxerguei a placa “Fazenda Barreiro”. Daquele ponto em diante, deixamos para trás o fazendão dos Alfredo de Almeida. De repente, uma imensa teia de aranha cobriu a estradinha de ponta a ponta, Crendeuspai, perdi até o prumo. Cada caranguejeira, deste tamanho...

A jardineira comeu poeira, topamos com um moço e perguntamos se aquela estrada chegava na fazenda do Sr. Ramiro. Ele falou pra seguir reto, virar o morro da esquina, perto da Fazenda Sertãozinho, seguir toda vida até chegar nos Botelinhos; e, quando avistasse a encosta de café, lá tava o Ramiro. Mais para frente descobrimos que ele era cunhado dos irmãos Almeida, ô sina!

A teimosia era parente do pai, partimos para mais uma fazenda de café.

Andanças

Os meus irmãos contavam que na fazenda do Sr. Ramiro existia, e existe ainda hoje, uma máquina de moer café que veio lá da Inglaterra, uma *locomove* a vapor para tocar o café. Engravada ao lado do terreiro, perto dos pés de mamão, laranja, limão cravo, abacate e da casa de boneca das filhas da ex-patroa. Pareiava com o quartinho que guardava as foices, o rastelo e a vaca, o rodo que espalhava o

café no terreirão. Na casa dos patrões a luz malemá clareava e vinha da Usina Velha. Lá em casa, a gente usava lampião a querosene e, como a tapera ficava quase de frente para a casa dos patrões, da varanda não tiravam os olhos de nós.

A família cresceu bastante, ao sairmos da fazenda do Sr. Ramiro.

— Hélio, essa parte das andanças do pai eu recordo bem...

Ao chegar na Fazenda do Brejãozinho, na divisa de Minas com São Paulo, eu, Maria, o Homero e o Francisco já tínhamos nascido, tudo de parteira. Com dois aninhos, o Chico se apegou pelas filhas do patrão, a Rosa e a Ana Emília, duas moças lindas, pareciam princesas. Aí tivemos que mudar para o Brejão, ficou desconfiado. Ele morria por aquelas meninas e o pai quase voltou para trás para não perder o filho. Em plena mudança, o Sr. Olívio chegou de caminhão com duas moças claras de olhos azuis e Chico pensou que fossem Rosa e Ana Emília, se entreteu com as meninas e sarou.

— Hélio, você lembra quando a morte deu descanso para o Zé Vitor?

— Lembro direitinho! O pai saía gritando pelos matos que nem porco.

O José Vitor, por ser o primeiro filho, sofreu as agruras em vida, o pai sempre foi ignorante nos afetos. Estava na minha criancice, na roça a parte da manhã escorria feito sabão, não dava tempo de fazer nada. Enquanto a mãe fazia o almoço para o pai e os camaradas, eu lavava os garfos. Com a bóia pronta, pusemos a comida ligeiro nas marmitas para não esfriar, couve, torresmo, viradinho de feijão e angu de fubá. Ela embalou tudo num pedaço de pano e rumou para a roça. Pediu que ajeitasse a cozinha e as camas. De repente, vi o Zé Vitor de pé ao lado da cama, fiquei presa no seu olhar. A mãe chegou, a louça por lavar, chamou minha atenção:

— Maria, deixa de ser preguiçosa e escandalosa.

— Mãe, o Zé tá lá no quarto.

Eu adoeci de olhar pro Zé todo santo dia.

Fui entrando para dentro...

Até o pai me perceber, e falar com a mãe:

— Olinta, a Maria não está bem, tem alguma coisa aborrecendo ela.

Como ele tinha uma coisa de intuição, subiu na mula e fomos lá pras bandas da serrinha, atrás da Dona Porcena. E, assim como a morte deu sossego para o Zé,

a benzedeira com palavras de travar a língua libertou a nossa alma. Nossa despedida se deu ali, perdi treze quilos, e nunca mais vi o Zé Vitor.

— Nossa, Hélio, durante tanto tempo só fomos nós três, eu, você e o Homero.

— Tempos bons né, Maria!

— Ô, se é...

Sabe que eu tô há dias para te perguntar uma coisa.

— O quê?

Aqueles trabalhos que o pai fazia lá na fazenda.

— O que é que tem?

Era uma coisa meio estranha, quase não vê mais essas coisas...

— Era um negócio de santo, tinha aquelas roupas com enfeite de santo.

Vela preta, vela vermelha.

— Cruz-credo, arrepiei!

Você não deve lembrar, mas tinham uns homens que viviam lá em casa e umas par de vezes vi o pai tomado, esquisito, via que a prosa não era dele, tinha uns espíritos que eram alcoólicos e davam grito. Tinha que segurar umas pessoas...

— O pai bebia quando tava assim?

— Ele, no natural dele, nunca vi tomar pinga. Nesses ajuntamentos tinham umas cinco, seis pessoas. Você não lembra?

— Pouco...

— Sabe que a gente acompanhou muito tempo, mas não achava justo.

E o pai recebia uns espíritos que eram sempre acomodados, mas tinham os espíritos mal que baixavam. Quase todo mundo recebia. E como o sonho do pai era ser fiscal de fazenda, ele corria atrás dessas coisas para arrumar.

Todos os encontros aconteceram nas fazendas do Brejão e do Diamante.

Café em flor

Os galos cantavam por volta de três horas da madrugada quando eu, Hélio, Homero e Chico acordamos para mais um dia na lida da roça, antes do piar da coruja e sem o cheiro de café que a mãe costumava preparar. Sabíamos que a peleja seria em jejum, e, se tivéssemos a sorte de encontrar no caminho uns pés de tomate lá no meio da roça, ou um cacho de bananas maduras, comeríamos alguma coisa antes das dez e meia da manhã. Morávamos em uma das trinta casas de

colônia da Fazenda do Brejão, e os irmãos trabalhavam juntos. Eu dormia de roupa e tudo para suportar o frio; levantei ligeiro, coloquei o vestido por cima da calça, peguei o chapéu, amarrei um pano e pus o tem-dó.

A sirene tocou, a roupa clara já tava marrom de barro e sangue, eu sangrava sem parar. O que era aquilo? Catei uns pedaços de trapos dentro do borná do Chico, fiz tipo um amontoado de pano para me forrar, coloquei entre as pernas. Olhei para o céu e o sangue descia, não era pouco, pensei: “onde machuquei?”

Se trabalhar deixasse rica, não saberia onde colocar o dinheiro. Começamos o dia na arruação do nosso taião de café, vencidas as capinas daria para começar a colheita do ano. Por volta de mais ou menos treze mil pés de café, o que daria umas duzentas sacas... É café para burro e o Chico na empreitada, como era pequeno, valia meia enxada.

O sol a pino, nós com sede e sem água no garrafão, só havia um jeito de beber: lá pelas curvas de nível onde irrigava o cafezal. A boca ficava ruim só de imaginar os mosquitinhos dançando em cima da água verdinha. A gente bebia água de girino, se esquivando como podia do mosquito. E para piorar o sangue escorria pelas pernas e regava a terra. Sem ninguém botar reparo, enterrei os trapos ensopados de sangue nas eiras do café. Eis a vida da mulher menstruada no cafezal da fazenda.

Depois do almoço, a gente bebia um gole de café mais frio que quente, com bolo de fubá feito na panela do fogão a lenha. O bolo ameaçava cair no estômago e subia a queimação, saía fogo pelo nariz, e o jeito era ir atrás do marroio. Dava o que fazer para achar a florzinha roxa, arrancava o mato sem lavar, macetava as folhas dentro da canequinha de massa de tomate que ia passando de mão em mão e bebia água para cortar a gastura. Por isso, toda família operou de úlcera.

Quando penso naquela vida, lembro o tanto que o pai castigou de mim na roça... Sabe que a primeira vez que fui estudar tinha oito anos de idade, e um bloqueio: sentava na carteira e sabia tudo, mas, se a professora chamava na lousa, esquecia tudo. A escola era fora da Fazenda do Brejão, longe demais, como se fosse da Fazenda do Córrego das Pedras até a represa do Bortolan, e eu tinha que ir a pé...

Eu fiquei três anos na segunda série com autoestima baixa, e toda vez que ia ler e escrever a minha vista embaçava, fazia força para ler, caíam lágrimas na folha.

Errava muito, apagava e rasgava o papel do caderno. A professora, ao invés de me ajudar, enviou um bilhete para o pai, pedindo para ele me levar num médico de vista. Só que entregou o aviso para o Zezinho, filho do administrador da Fazenda. Não prestou...

Pisei em casa, o pai com o olho arregalado, falou:

— As guias de café você enxerga muito bem.

No outro dia, me tirou da escola, fui para a roça e virei “homem de verdade”, apanhava café por cinco marmanjos por não conseguir desembaraçar a palavra dentro de mim.

De cavucar, crioula de cavucar

A mãe romântica zelava pelos filhos igual coruja gabando o toco. De luto pelo José Vitor e pela Maria Aparecida, aprendeu a estender a dor no sol.

A vida só lhe deu sossego na zona rural de São Paulo, melhorou um cadinho. Na casa “nova”, um pouco maior que as outras, a mãe varou dias e dias regando o chão dos cômodos para nivelar o piso com a água do ribeirão. Depois de socar bem socadinho com o tampo da enxada, o chão deslizava feito sabão. Com a sua delicadeza rotineira, pintou as paredes com barro branco que cavucou do fundo do riacho. Antes de secar, corria para o quintal, catava o mato cariru, torcia bem e modelava os nossos azulejos com as mãos. O pai fabricou as camas com quatro estacas, fincava as forquilhas de arbusto na terra, esticava um pedaço de pau na cabeceira e outro nos pés da cama para não balançar. Recheava o colchão de saco de estopa com capim seco de palha de milho e rebarbas de pano que também faziam vestidos e calcinhas. O estrado da cama vinha do bambu do canavial, e os percevejos e pulgas davam sopa.

Tardão da noite a mãe fez a janta, sopa de mingau de fubá com ovo, uma delícia! Fervia a água no fogão a lenha enquanto a gente tomava banho de bacia; nós conhecemos o chuveiro elétrico em 1974, na cidade.

Após a feitura das camas, animado o pai começou a prostrar, verdadeiro milagre:

— Já contei a história do lobo Adriano?

Sem titubear, respondi com a cabeça que sim! Só que não adiantou nada...

— Vou contar de novo.

O defeito do Adriano era a bebedeira, montava no cavalo e esquecia da vida. Numa noite clarinha igual a essa, chegou em casa e deixou o cavalo no pasto, e sua mãe pediu:

— Fiô, desarreia o animal, trata bem dele e vem jantar.

— Não desarreio porque vou para o baile.

Enquanto tomava banho, a mãe soltou o cavalo e levou para a cocheira. Depois da janta, ele foi pegar o animal e desconfiou que a mãe tinha desarriado o bicho. Sem pensar, vestiu a sela na própria mãe, saiu a cavalgar e a lua testemunhou tudo. Menos de um minuto virou o lobo Adriano. Sabe a Fazenda da Cachoeira?

— Sei...

— A casa dele está lá ainda.

O povo dizia que ele ficou culpado com o que fez com a própria mãe e Deus o castigou. Lá no armazém do Zé de Fate, teve uma roda de conversa, e do nada chegou de mansinho um cachorro que parecia mais um bezerro. A rapaziada da colônia já amarrava um fogo de tanto beber pinga. E o Valdeci cheio de coragem saiu correndo atrás do bicho-bezerro pelos morros da colônia, ele virou pneu e desceu rodopiando pelo morro. E quem alcança pneu?

— Só que o pior ainda está por vir...

Um dia desses a tia Lita também viu o lobo Adriano. Ela tomava banho de bacia e pediu ao tio Vitor para enxaguar as costas para tirar o suor da roça. Ao abrir a cortina, jogou a água suja fora e viu o lobo sentadinho no terreirão de café encarando ela, deu um berro!

— Cruz-credo, Maria!

— E tem mais: o lobo Adriano correu para a serrinha com um chapeuzinho na cabeça.

Foi só os meus irmãos começarem a rir, o pai emendou...

— Lá na Fazenda Barreiro, quando morria gente nas fazendas de trás, o defunto passava em frente de casa dando tchauzinho com o pé, de tão mole que tava, porque antigamente não tinha caixão. Para dar conta de carregar o morto, amarravam o lençol em dois paus firmes que não morgavam de jeito maneira. Em cada trecho, uns dez homens revezavam, bebiam o defunto e até chegar no cemitério o morto já tinha subido. É tanta mironga...

O pai tinha o dom de prosperar com a terra, uma vez enfrentamos uma terra muito difícil, infestada de picuío, capim que arrancava num dia e crescia no outro. Com paciência virou a terra ao longo de três anos e depois de cinco meses de plantio ficou fértil. No mês seguinte, arrancaram dezenove sacas de batata, é batata a perder de vista. Eu e o Hélio ficamos pasmos com os cinco caminhões que saíram da fazenda, a lágrima desceu. Com a renda da colheita abundante, uns cento e sessenta mil réis, os pais reformaram a casa, compraram roupas para todos os filhos, e o Jair da venda em Botelhos guardou o que sobrou, viajamos para a Nossa Senhora Aparecida.

Pouco depois mudamos para uma colônia nova que os proprietários fizeram lá no Brejãozinho com várias casas de alvenaria para os colonos, pintadas de branco e com janela azul, iguaizinhas à dos fazendeiros.

O casamento

Caprichosa que só ela, a mãe costurou uma camisola simples, de algodãozinho, bordada com florzinhas cor-de-rosa bem miudinhas, e me presenteou antes do meu casamento; agradeçi:

— Mãe, fala para mim como é a vida de casada?

O que eu tenho que fazer?

— Maria, estou te dando essa camisola para você vestir, no momento certo você saberá fazer uso dela...E para de sem-graceira!

O ponto final da conversa foi pelo olhar, sem chance de especular sobre a vida a dois. Guardei a camisola com jeitinho para usar na noite de núpcias, mas, assim como a mãe, não casei com o meu grande amor. Do contrário do casamento da prima Helena com o Ormino, que foram e voltaram de pé da igreja. No meu, em São Sebastião da Grama, a família foi montada na boléia do caminhão até a cidade. Embora não casasse com o amor da juventude, fazia muito gosto do Jair, homem de respeito, virtudes e fé.

O dia da noiva foi na casa da costureira que alugava um quartinho onde se arrumavam para sair para a igreja.

Meu vestido era tão chique, cintura baixa com detalhes de renda e gola alta. Sempre tive bom gosto desde mocinha. Fiquei linda e fui andando até o civil para casar:

— Mãe, cadê o pai?

— Suverteu, filha...

Entrei sozinha na igreja, o meu pai só apareceu lá na lanchonete reservada para celebrar o casamento antes de montarmos no caminhão de volta para a Fazenda Diamante. Depois da lanchonete, os convidados subiram no baú do caminhão, eu e o Jair fomos na frente com o motorista. Para a festa os irmãos já tinham armado o barracão de pano para picar o forró noite adentro.

Muitos anos depois, a filha Marcilene perguntou por que não tenho álbum de casamento com o vestido de noiva.

Finalmente acomodamos para deitar. Eu nunca fui acostumada a rezar, só que o Jair, na primeira noite de núpcias, se afastou, espiava ele benzer o corpo, fazia o sinal da cruz, e eu matutava: "Jesus, onde eu fui meter meus burros?"

A memória não morre: não fiz fotografia vestida de noiva, talvez pelo sumiço repentino do pai, que não me levou para o altar. Vai saber se não foi por isso que tirei o seu sobrenome da minha identidade.

E teve um dia que o pai me pegou para bater com rabo de tatu, e falei para ele:

— Hoje você pode matar de me bater que eu não vou chorar!

Ele me bateu quinze minutos com rabo de tatu de virar a correia, pegar a argola, feriu tudo as minhas nádegas e as costas. Fiquei quinze dias sem sentar e fez feridas nas costas.

E a mãe falou assim:

— Você vai matar ela de bater porque ela não vai chorar, ela é sua filha, igual a você.

Aí ele parou.

O rabo de tatu era de couro cru e na ponta tinha uma argola de metal. E desse dia em diante a lágrima secou. E peitei o pai e disse umas palavras bem duras para ele:

— Sabe por que eu quero bem o senhor e por que eu perdoo você? Porque você não tem amor para dar para nós, porque o seu pai não te deu.

Aí a lágrima desceu, e ele chorou.

*Da língua cortada,
digo tudo
amasso o silêncio
e no farfalhar do meio som
solto o grito do grito do grito
e encontro a fala anterior
aquela que emudecida,
conservou a voz e os sentidos
nos labirintos da lembrança.*

Conceição Evaristo

Chiquinho

Eu sou a quinta filha da Olinta e do Juvenal; antes de mim, veio a Maria Aparecida, que partiu sem dar explicação...

Nasci de parteira em casa de pau a pique no último dia de abril de 1951, na fazenda do Sr. Horacinho, nos cafundós do sul de Minas. A mãe vivia no silêncio, e a timidez a engolia com o passar dos dias. Quando desceu a minha primeira menstruação, lá no cafezal, fiquei agoniada, não tinha pra quem contar. E, ao chegar em casa, vi a mãe catando a roupa na cerca, me aproximei, e antes do mosquito ouvir ela sussurrou:

— Nessa sua idade conheci o meu amor, o Arozimbo.

Maria, agora começa a sua vida de mulher.

Franzi a testa, e conformei que jamais a consolaria do amor partido.

Nas terras de Botelhos, os frutos não foram bons por se nascer na terra do outro, do branco. E a vida só prosperou um pouco nas roças de São Paulo, que mesmo não sendo nossas havia pagamento pelos serviços no cafezal. A terra tinha afeição por nós, tudo que semeava, brotava! E a fome deu uma trégua, quer dizer, ela comia junto com a gente: feijão, milho, maxixe, batata, e assim a terra entendeu que éramos gente. E o pai com a mão boa atraía o dinheiro.

E lá, a mãe deitou de tanto parir, chegaram a Fate, o João, a Maura, ela começou a derrubar a asa depois que o Pedrinho nasceu, aos quarenta e oito anos de idade. Do lado de cá, o povo já falava mais que do lado de lá de Minas.

O Pedro foi a rapa do tacho, o doutor recomendou pra mãe não arrumar mais filhos por causa da idade. A sua comadre, a Doca, moça solteira, vivida, decifrava as letras. Depois que a mãe quase morreu no parto do Pedro, começou a tomar uns comprimidos grandes que a comadre arranjava lá em Vargem Grande. Não falhava nenhum dia! E de quinze em quinze dias a Doca trazia mais pílulas. Graças a esse remédio ela deixou de parir criança.

O contentamento que tive na minha infância foi a chegada da minha irmã, a Fate. No dia do seu nascimento não deu tempo nem de chamar a parteira. A mãe colhendo arroz na Fazenda do Brejão, começou a regar a terra com água morna, se ajeitou no arrozal, agachou e fez com as mãos o próprio parto. Forrou o balaio com mato seco, cobriu a Fátima com o cisco do arroz e lambeu a cria. Não sai da mente

o choro grosso da minha irmã, o suor, o cheiro da mãe e a terra comendo tudo que saía da vagina.

A Fate alegrou a minha criança, eu fugia da lida para brincarmos no paiol com as bonecas de todo tipo: ruiva, preta, loira, cabeluda, careca, todas de sabugo de milho. Lá ninguém encontrava a gente. Se eu tiver boa de conta, Fate nasceu quando eu tinha sete anos; com o passar do tempo, o seu gênio se assemelhava com o temperamento do pai, e a coisa foi enroscando entre eles. A Fate saiu de casa ainda menina, encarava o Juvenal de peito aberto e, assim como o meu irmão Chico, não entregava o seu dinheiro nas mãos do pai. Tenho orgulho dessa minha irmã, que se tornou uma mulher de caráter.

Um dia desses, no princípio da tarde, dei um pulo na casa da Fate, levei um bolo de fubá cremoso. Fiquei de queixo caído com a sua flor de maio, nunca tinha visto com flor branca. Quase pedi uma muda, mas lembrei da avó Luiza, que aconselhava - na floração não se arranca muda de flor porque ela resente.

Deus a tenha!

Desci a rampa da sala, sentei no sofá e fiquei...

Depois que o Jair foi diagnosticado com a doença do esquecer, a vida ficou atribulada e, pra não enlouquecer, vez ou outra eu passava a tarde com ela. A Fate tinha o costume de moer os grãos de café no liquidificador, porque o moedor ficou nas fazendas. Os brancos é que têm essa mania de moer café no moinho, a gente que pelejou uma vida inteira na terra dos outros gosta é mesmo do café coado e olhe lá.

Aquele cheiro do café passado me carregou para o colo da mãe. A Fate ofereceu uma xícara e comeu um pedaço do bolo:

— Dhia do céu, que bolo mais gostoso!

Eu ri, tem coisa mais boa do que comer? Se tem, ainda não vi...

— Ô Fate, não vim atrapalhar sua tarde, não?

— De jeito maneira, e o Jair?

— Cada dia esquece um pouco...

— É Fate, aqui tá gelado, vamos pro sol!

Levantei devagar e reparei duas fotografias no cantinho do espelho da penteadeira da Fate. Na primeira foto, o pai está de mãos dadas com a Juliana e a

Aline, e com a cabeça abaixada, não dá pra ver o seu rosto. E quase caí para trás ao ver a segunda foto, do Francisco com um troféu nas mãos.

— Fate do céu, que foto é essa do Chico?

— É a revelação da revelação.

— Nossa! Sorriso lindo.

Cruzamos a cozinha e desci os degraus da escada que ligava ao quintal dos fundos. Peguei um latão de tinta velho encostado no canto do muro e sentei para esquentar no sol. A minha irmã acendeu um cigarro, sentou na escada de cimento e, de olhar pra ela, percebi que ficou mexida:

— Às vezes a dor vira terra úmida que custa a secar.

— Se a minha palavra pode te alegrar, a mãe, ao falar do Chico, a boca aguava... E no dia de sua nascença o céu soltava faísca. A parteira dele foi a tia Josefa, parente da mãe, que jurava de pé junto que o Chico nasceu de espirro.

— Fomos unha e carne.

Uma vez sonhei com ele, um sonho nítido até hoje: ele tinha caído no Bortolan, cataram ele dentro da represa e despertei com os homens carregando o Chiquinho no ar. Lá se vão dois anos, e um ar triste bateu na nossa porta: “O Chiquinho tá caído lá no córrego...”

O Chico me protegia, grudava que nem carrapato e não queria que fumasse e bebesse. Morria de ciúmes dos meus namorados. E, se não fosse a visão pra frente do Chico, sabe-se lá onde estaríamos hoje. E na Fazenda Água Limpa a terra deu o fruto merecido.

— Você lembra da mudança pra cidade?

— Ô se alembro, meu primeiro banho de chuveiro!

Ganhamos uma renda muito boa dessa panha de café na Água Limpa. O Chico chegou em casa rindo de orelha a orelha com o nosso pagamento. Antes do pai pedir o dinheiro, o Francisco tomou coragem: “Num vai torrar esse dinheiro à toa!”

E, por milagre, dessa vez o pai não deu uma palavra de volta pro Chico.

Com a bufunfa nos bolsos, os dois foram para Poços, atrás da nossa morada. Só que o dinheiro não dava para pagar tudo de uma vez, porque custava quarenta e cinco mil cruzeiros. Sobrou para o Jair, que emprestou seis mil e nunca mais viu a cor do dinheiro.

Daí então, o pai e o Chico deram uma entrada de vinte e seis mil cruzeiros na casa e o restante no carnê. No aprontar da mudança da fazenda para cidade, o pai tratou com um conhecido fazendeiro do Córrego das Pedras, o Paulo Sérgio Carvalho Dias. E mandou a filha caçula, Maura, trabalhar como empregada doméstica no apartamento de sua irmã, a Sra. Mariângela, na Avenida Paulista, em São Paulo. Nossa irmã trabalhou por quatro anos para ajudar a inteirar as parcelas do carnê, que era da grossura de uma Bíblia.

Em 74, pela primeira vez saímos de mudança da Fazenda Diamante para morar em Poços de Caldas.

Morávamos todos amontoados na casa da Vila Cruz, nosso Deus, não sei como cabia tanta gente naquela casa de dois quartos, um banheiro, sala, cozinha e aquela escadaria enorme para subir. Éramos a Fate, a Maura, o Chico, o João, o Pedrinho, a mãe, o pai, a Maria, o Jair, a Marlene, a Marcilene, e mais dois primos. Um mundaréu de gente, doze pessoas. E o pai, naquela fuçança, encasquetou de construir dois cômodos por cima da casa, e nesse puxadinho que você, Maria, e o Jair foram morar com as suas filhas, não foi isso?

— Isso mesmo.

Só que o pai começou a desrespeitar o Jair, por causa daquele episódio com o primo Davi. Já te contei?

— Não recordo...

— O pai sempre foi fuçado com essa coisa de candomblé, e um dia ele inventou de levar o Jair no primo Davi, lá no bairro da Cascatinha. Só que o Jair pensou que seria uma visita normal de parente. E como era quarta-feira, não pude acompanhar eles, quando o Jair chegou lá no primo é que viu do que se tratava. Era dia do pai receber os guias. Na volta, o Jair chegou em casa cuspidando marimbondo.

E no outro dia conversou sério com o pai: “Ô Juvenal, eu respeito muito o senhor, mas não me chama mais para ir lá no Davi, que eu não gosto disso.”

Nessa época o Jair era católico apostólico romano, rezador de terço, não havia se convertido para a Congregação. Diferente do pai, ele não dava tiro para todo lado, não. E como o Juvenal sempre foi envolvido com essas coisas, o Jair deixou de acompanhar ele. E, por causa disso, o pai cismou com ele. E galo de briga você já viu, bastou olhar de rasto que tá pronto pra brigar. Daí o pai começou a desrespeitar ele e, como o Jair tinha recém conseguido um emprego nos Togni,

saímos da casa do pai e fomos morar lá na Gama Cruz. E escuta para você ver, antes da gente sair com a mudança o pai vendeu a casa da Vila Cruz com a gente dentro. Ficamos no relento, sem eira nem beira...

Quando a gente morava ainda nas fazendas, lembro ainda do pai indo também no Domiriciano, lá na Ponte Preta, ele era um pai de santo bem forte que as pessoas procuravam. Queriam fazer um negócio, encontrar uma luz, uma direção, procuravam o Domiriciano. E faziam tanto o bem como o mal. E o meu pai levava barrigada de porco, barrigada de boi, e foi a vida inteira assim.

O Juvenal não parava quieto. Depois do transe do João, encasquetou de sair da Vila Cruz. Em dois meses, estávamos outra vez na boleia do caminhão rumo ao Jardim Country Club. A casa nova ainda no reboco, sem chapisco nas paredes, o chão de vermelhão e o pai fascinado com o tamanho do terreno, que media uns trezentos e sessenta metros quadrados. Ele queria viver bem.

Àquela altura, o bairro parecia mais uma favela. Nessa casa a vida rastejou pra trás. E o pai e o Chico descombinavam e logo vieram as desavenças.

— E você, Maria, ficou com o Jair e as meninas na Vila Cruz...

— Verdade!

A casa ficava no meio do matagal, sem muro, e, como juntei um dinheiro porque morava com a patroa, resolvi construir o muro.

E o seu porto seguro era o Chiquinho, né, Fate?

— Sim, uma amizade bonita de irmão.

Sem estudo nenhum, vieram as dificuldades pro Chico arranjar trabalho na cidade. Não sei como o pai conseguiu comprar uma perua-kombi. Emprestou pro filho levantar um dinheirinho. Fazia carreto na semana, e sábado e domingo bebia todo o ganho na maldita da cachaça, e o pai pressentiu: “Qualquer hora o Chico não volta mais...”

Finalzinho da tarde, cansada do trabalho, a casa num breu danado, a mãe tinha ido congregiar, e o pai também não estava em casa. E da porta vi o Chico caído na cama:

— Chico, Chico, Chico...

Silêncio.

Cheguei de pertinho, o cutuquei, ele virou pro meu lado com o rosto desfigurado, a cara inchada, eu quase não entendia o que ele falava: “Quebraram meus dentes a tijolada.”

A minha vista embaçou: quando a gente precisa de ajuda, grita, gritaa, gritaaa, gritaaaa pra Deus ouvir.

Desci correndo uma estradinha de terra que dava pra Rua João de Parolis e pedi ajuda pra minha cunhada, a Ilda. Voltamos para casa, pegamos o Chico no muque, demos um banho ligeiro nele e o sangue escorria... Não reconhecia o meu irmão, chamei um taxista que ficava na esquina da venda do Divino, e corre pro médico. O doutor costurou o rosto, estancou o sangue e o Chico saiu tudo remendado.

Poucos dias depois, o Chiquinho tomou uma facada nas costas... E assim colecionava um montão de gente que não gostava dele. Se ele tivesse namorado, talvez adoçasse um tanto a vida. Tem vezes que a revolta é incurável.

— Tem razão...

Fate, não conhecia essa foto do Francisco.

— É do campeonato em que ele ganhou o troféu de melhor jogador no Country Club.

Negrão de respeito, onde punha a mão prosperava, se saímos da condição de miséria foi graças ao Chico.

E eu, Maria, eu nunca esqueci do sonho na represa do Bortolan. A história que contaram para nós foi que o Chiquinho caiu no córrego onde ele passava todo santo dia. Acontece que na véspera de feriado a coisa encardiu pro seu lado. Ninguém me tira da cabeça que armaram uma tocaia. Quando ele passou, deram uma machadada na cabeça e ele caiu no córrego.

Ficou como afogamento, mas o Francisco morreu de morte matada.

Nunca aceitei a sua morte. No enterro do Chiquinho, os coveiros chegaram com o carrinho de mão coberto de terra, o desespero tomou conta de mim. Ao jogarem a pá de terra em cima do caixão dele, só griteiiiiii! Quanto mais terra jogavam, mais eu gritava, gritavaa, gritavaaa, gritavaaaa.

Na hora da família se despedir, você lembra?

— Duro esquecer.

— Pulei por cima da terra, pulava, pulava sem parar, abriu um buraco no chão e afundei na sua cova.

Queria ser enterrada com o Chiquinho...

A Dona Elza, irmã da Madalena, espichou a saia, entrou na cova, segurou os meus braços e disse: “Fate, seu irmão tá morto.”

Cheguei em casa, sentei na cisterna, o Gero, nosso cachorro pastor-alemão se aproximou de mim e lambeu as minhas lágrimas.

Nossa, a vida não foi fácil no Jardim Country Club.

Sabe que tornei a sonhar com o Chico, mas não do jeito como ele era. No sonho, havia uma valeta entre nós. Ele do lado de lá, eu de cá. A gente só se via, e de repente ele disse: “Estou bem.”

A sina do Chico foi a mágoa que carregou do pai; não deu conta de dar a volta por cima e entregou os pontos...

Ele vivia pros irmãos. Ainda criança, quando íamos pra roça, o Chiquinho catava sozinho uns sete mil pés de café pra ele e pra nós; se o pai descobrisse que a gente não trabalhava, a pisa era certa. Uma semana antes dele morrer, encontrei com o Chico perto do supermercado dos Irmãos Almeida; estávamos de mal, mas ele sorriu pra mim.

Durante muitos anos fiquei com o seu sorriso na memória. O Francisco morreu aos trinta e três anos, na sexta-feira véspera de feriado de Nossa Senhora Aparecida, em 1984.

Um dia desses, vi o homem de quem eu desconfiava, ele morreu essa semana...

— Fate, se servir de consolo, vou te contar uma passagem que vivi com a mãe...

Todo domingo visitava a mãe, ela também sonhava muito com ele. Sempre a ouvia. No dia em que Dona Olinta veio contente narrar o sonho, eu interrompi: “Hoje eu não quero saber do Chico!”

Na vida a gente faz tudo certo e, na última hora, tudo errado.

A mãe insistia em falar do Francisco, e olha como a gente é egoísta, seria tão simples escutá-la, mas nesse dia não consegui.

No fundo, a minha mãe sempre foi doente, só que ninguém enxergava. Ninguém enxergava ela, porque naquela época as dores que ela sentia diziam que era reumatismo, e o reumatismo não sarava, já era o câncer.

— Ô, Dhia!

Sabe que eu fico me questionando se foram os abortos ou partos lá pro meio do mato que provocaram o câncer da mãe...

— Acho que foi uma sucessão de coisas mal cuidadas.

— O câncer de mama e útero é que matou a mãe. Tomou conta, depois ela tirou o seio...

Foram uns dois anos de tratamento em Belo Horizonte.

Eu lembro que nós ia tudo sozinha revezando com ela...

E como a Fátima era solteira, ela ia mais vezes. Saíamos daqui de Poços, a perua da Prefeitura com várias mulheres, para ir à Belo Horizonte fazer a quimioterapia; às vezes íamos de ônibus.

Teve uma vez em que nós perdemos o ônibus e ficamos quatro dias em Belo Horizonte com pouquíssimo dinheiro. A gente deixava de comer para dar comida para a mãe, que falava assim:

— Você não está com fome?

— Não, mãe, estou cheia e com azia.

Na verdade, estava morrendo de fome, mas ela sempre deixava um golinho de suco para a gente, ela sabia que estávamos famintos. E lembro que, na última sessão de quimioterapia em Belo Horizonte, a médica perguntou:

— Tudo bem, Dona Olinta?

— Não estou, doutora, perdi um filho de acidente faz seis meses e não estou nada bem.

Que mãe fica bem depois que enterra um filho? Desse dia em diante, ela começou a sentir uma dor na perna...

Quando voltamos de Belo Horizonte, levei ela ao médico, no doutor Morales, boliviano, que pediu um tanto de exames; no retorno da consulta, entreguei a ele os resultados. Ele olhou, ficou em silêncio e pediu que minha mãe saísse do consultório para conversar sozinho com a Fate. O diagnóstico apontara câncer avançado, e não tinha oração, macumba ou espírito que curasse ela.

E aí o médico disse:

— Sua mãe tem dois anos de vida com ou sem cirurgia. A cirurgia vai aliviar a dor.

Os irmãos juntaram então um dinheiro e a mãe fez a cirurgia. Ela aguentou um tempo bom... Morreu de câncer com sessenta e um anos.

E depois da morte da mãe, veio a morte do pai.

A casa do Jardim Country Club, vendemos, e com o dinheiro em mãos repartimos entre todos os irmãos, cada um ficou com um pouco. O único que conseguiu torrar o dinheiro de uma vez foi o Pedrinho, evaporou! Ele ajudou a Ilda a construir a casa lá no fundo da casa da dona Reni, para morar com os filhos, e o resto gastou tudo numa noite lá na Jovita.

A Jovita era uma casa de prostituição aqui em Poços. Lá perto do Jardim Country Club. Jovita não, Cacilda. A Jovita era em outro bairro. Numa noite só ele gastou tudo. Aí vendeu a casa...

Dona Porcena

A nossa maior perturbação na roça é a fome, a falta de tudo, tudo mesmo... Nas casas de colônia das fazendas de Minas, a miséria batia na porta. Entretemos a morte o tempo todo. Ela enrabichava atrás de nós, por sorte que a gente a distraía, e cinco dos nossos tios não sobreviveram à labuta na terra dos Almeida, se enforcaram na mata ainda prematuros. Não receberam o chamado divino, partiram por conta própria. Descontando os parentes que viviam mortos de pé.

A escuridão descia no coaxar dos sapos que anunciava o fim de mais um dia. Pairava um ar deserto; na gangorra da vida, a morte me abraçou sorrateiramente.

Na Fazenda Sertãozinho, os irmãos lavraram como meeiros de batata e necas da terra frutificar. O intuito do pai com essa safra foi quitar a dívida de oitocentos contos dos alimentos que a mãe pegava fiado todo mês no armazém.

Nem a terra escapou da fome, e as lombrigas faziam a festa. Não podia ver um barranco, que cutucava e comia, por isso a família toda operou de úlcera, de tanto comer terra.

Assim desorientada, sem horizonte, resolvi dar fim na vida. Tomei os remédios do pai, tênsil e gardenal. Que ele comprava de bastante pra durar meses. De uma vez só engoli uns quarenta comprimidos de tênsil e quinze de gardenal, deixei alguns pro pai não dar falta.

Amanheceu, eu, o Hélio e o Homero debandamos pra roça, na Fazenda Diamante.

Sacudia a peneira do café, tonteei, a vista escureceu. Escutei de longe a voz do meu irmão Homero, que veio em tempo de me acudir, percebeu a minha esquisitice, chamou o nosso irmão mais velho:

— Ô Hélio, corre aqui.

A Maria não está bem, não consegue nem segurar o pano do café.

O Hélio pressentiu a morte à espreita e chamou o Chico:

— Leva a Maria pra não cair nos corgos...

Da plantação da Fazenda Diamante até o Sertãozinho, contavam três córregos, e se errasse os passos para pular a pinguela caía no aguaceiro e vinha a óbito.

Atravessamos os três corgos, e o Chico falou pra mim:

— Agora dá para você ir?

Se não der, não tem problema porque tá perto da casa da Dona Porcena.

Descendo o morro da Serrinha, sabia que a casa da Porcena tava por perto, só deu tempo de chamá-la:

— Dona Porcena?

— Ôie fia,

respondeu ressabiada...

— Fez bobagem, né?

Apressada a Dona Porcena me deitou numa caminha acolchoada de remendo e saiu atrás de mato pra cortar o efeito do remédio no sangue. Ferveu aquela chazada, benzeu, cochichou no meu ouvido e apaguei das dez e meia da manhã até umas três e meia da tarde.

Acordei com ela rezando:

— Agora dá para você ir?

Eu já estava bem mais nítida, sabe?

— Dá para ir.

Na volta, desci em ziguezague sem nenhum riozinho pra pular, tinha só trio de terra. Cheguei em casa, e o pai sentado na taipa do fogão olhou feio pra mim:

— Essa hora em casa?

— Eu não tô bem...

Esquivei da segunda pergunta, entrei pro quarto e dormi quatro dias sem acordar. Mesmo a morte me puxando o pé, despertei! Desesperada tentei o suicídio aos dezesseis anos.

A Dona Porcena foi uma mulher de importância na minha vida. Me libertou de ver o Zé Vitor perambulando em casa, salvou dessa tentativa de suicídio. A gente vai pulando a história e vai lembrando depois. Ela também curou essa perna direita, certa vez um mosquitinho que não dava sossego picou a minha canela e eu, como vivia com a unha suja de barro, cocei, cocei, cocei tanto que inflamou e criou ferida. A pele descamou, o olho do furúnculo estourou e ficou na carne viva. O jeito foi recorrer à Dona Porcena.

Toda miudinha com a sua pituquinha na cabeça, lá vinha ela arrastando o chinelo com o sorriso no olhar:

— Você de novo, Maria?

Sabia que gostava de um cigarrinho de palha, levei de agrado meio rolo de fumo que catei escondido do pai. Sentei no beiral da porta e descia aquele líquido fedido e amarelo; na mesma hora, ela arrancou do seu quintal uma planta comprida de folha miudinha, parente do trevo:

— Que planta é essa?

— Fedegoso!

Não sei o que os pintinhos pensavam da vida. Toda vez que a Dona Porcena colocava a compressa quente com o fedegoso diminuía a ferida. Perto de sarar, espichei as canelas pra secar no sol, desapercibida, e veio um pintinho sem-vergonha e bicou dentro do machucado, o sangue escorria vivinho.

E o chá de alecrim da Dona Porcena me acalmou.

Amansador de cavalo

O pai enxergava a aura do animal, possuía a sabedoria de conversar com os cavalos e mulas. Entrava na mente do bicho com uma oração que ninguém entendia. Eu ficava toda boba vendo ele domar o burro. O seu apelido era Nanã.

Nos fins de semana, na colônia, o pai construía uma arena com tora de bambu e se divertia amansando os cavalos dos fazendeiros. Nessa hora, ele sorria! Recordo o dia em que amansou uma égua de dois metros de altura e ganhou até roupa nova do fazendeiro. Sua verdadeira paixão eram os cavalos.

O tio Geraldo vivia dizendo que se raspar a carcaça do adulto vem a criança. Com os bichos, a criança do Juvenal vinha para brincar.

Na Fazenda do Córrego das Pedras, os colonos assistiam à montaria do pai. As éguas não conheciam arreio e de longe não se sabia quem estava no ar. Para domar um animal desses, a pessoa tem que ser mais brava que o bicho. O pai calçava bota sem esporas pra não ferir a barriga do animal, só que em casa agredia nós. E podia contar nos dedos: dali a trinta dias a égua fazia o que ele queria.

Para resguardar os filhos, o Juvenal ensinava umas rezas para nós.

A minha irmã, Fate, tremia de medo de vaca. Certo dia vinha descendo a estrada ladeirosa da Fazenda Recreio; no caminho deparou com um bando de vacas, fechou os olhos e soltou a ladainha:

“São Bento de Água Benta

Jesus Cristo no altar

Bicho bravo abaixa a cabeça

Deixa filhinha de Deus passar...”

E assim, o boi ignorou ela.

Com o amor que o pai venerava pelos bichos, juntou uma dinheirama para comprar uma mula. E o Juvenal nem perguntava a opinião da mãe, fazia do jeito dele. E a comunicação do pai comigo se dava pelo assobio:

— Fiu, fiu, ô, fiá, acorda!

Antes do segundo assobio, ainda deitada, pensei: não é possível que não vou ter sossego na vida:

— Oi, pai?

Dormindo em pé, abri os olhos e não acreditei nos punhados de dinheiro que saíam dos bolsos do pai. Seria verdade?

— Maria, esquento o ferro e passa essas notinhas pra mim.

Soprei as faíscas do fogão, que reacenderam as brasas, pus dentro do ferro, e passei notinha por notinha, tinha de cor: azul, abóbora, amarela e verde.

— Fia, faz montinhos de dez em dez.

O pai riscava uns pauzinhos na parede de barro branco com o carvão da brasa, empilhava os montinhos que somaram mil réis. Devolvi na sua mão, e o Juvenal enfiou chumaço por chumaço do dinheiro em volta de sua guaiaca.

— Pai, pra que isso?

O pai, alinhado com o seu terno bege, vestiu as botas e saiu sem dar satisfação, com a cintura entupida de dinheiro. O meu irmão, saindo do quarto, pronto para ir pro cafezal, perguntou:

— Uai, Maria, acordou cedo?

— Acordei!

O Hélio, pensativo, bebeu um gole de café, pitou o cigarro e baforou:

— Já sei!

O pai tá indo pra Serra da Paulista, em São Roque, buscar a mula de um sitiante, se não tô enganado, o Beto do Acácio. Essa mula é conhecida na região porque é um denço da moda, você enxerga o pretume dela de longe. É bonita pra diacho e custa o olho da cara.

— É isso!

O dia tardou a passar...

A noite deitava com o *uuh, uuh* da coruja:

— Fiu, fiu.

Reconheci o assobio do pai. Saímos eu e a mãe pra fora, ele vinha cavalgando com o rei na barriga:

— Comprei a Guarani por noventa contos de réis.

A mãe bambeou as pernas e segurei no seu braço.

O pai apiou da mula, todo faceiro, trazendo nas mãos um saco com guaraná.

Quase caímos para trás.

Entramos pra dentro, jantamos, e no dia seguinte o Beto do Acácio deu as caras lá em casa, parou um Ford velho no portão, puxou um dedo de prosa com a mãe, que estendia o lençol na cerca de arame:

— Sra. Olinta, o Juvenal tá gostando da mula?

A mãe respondeu que sim com a cabeça.

— O Juvenal comprou com dinheiro vivo!

— Foi?

A mãe sorriu sem graça para o Acácio, engoliu seco as vaidades do pai e resmungou:

— Onde já se viu gastar dinheiro com outra mula?

Foi nessas atitudes que entendi as extravagâncias do Juvenal.

Na Fazenda Água Limpa, a única casa da colônia com televisão era a nossa. Ah, o Zezinho lá de baixo também tinha. Aparecia uma renca de gente para assistir televisão. A turma sentava na sala e na cozinha. A minha irmã, Fate, melosa, assistia à novela “Irmãos Coragem” e “Heróis do Sertão”. Eu assistia “O Direito de Nascer”, e o povo era tão bobo que quatro horas da tarde ficava de boca aberta chorando por causa das novelas. Quando começava o meu programa favorito do Flávio Cavalcanti, esquecia do mundo, entretia e nem lembrava das minhas filhas e do marido. À noitinha o pai chegou variando as pernas, olhou para a televisão de tubo e, rindo sem parar, perguntou:

— Maria, aquele homem na televisão é preto ou verde?

Rachamos de rir.

Rodar a roda

A violência do homem nas fazendas sempre foi o nosso maior medo. A mãe vivia pedindo em oração: “Deus, guarda a filha do homem mau”, e “homem mau” era o estupro. Eu pedia pra ser uma mulher honrada e de respeito aqui na terra, não queria dar decepção pros pais. As mulheres viviam muito desamparadas, nosso pavor era virar mulher da vida. A mãe não conversava com as filhas, e por isso eu mesma não me abria. E ela, sem brilho nos olhos, não conseguia ajudar. Se abrisse a boca, o pai falava:

— Fica quieta, Olinta!

Meu primeiro amor chegou na mocidade. No casamento do primo Joaquim, nos Botelinhos, eu e meu noivo escondemos atrás de uma casa pra namorar, e as mãos e os beijos rolavam solto.

Mas meu amor não me respeitava, queria o sexo, imagina se escorregasse no desejo, eu e a mãe apanharíamos, as duas. Foi por ele não esperar o casamento que desmanchei o noivado, com muito sentimento. E, pra piorar, o pai espezinhou na minha dor, e feito marimbondo cuspiu o seu ferrão em mim:

— Você é a menina mais feia da colônia!

Ele não tinha um pingão de respeito por nós e suas palavras soavam piores que fel. E, mesmo depois de casada, o pai insistia em dar ordens na minha casa. Como o Jair não sabia dizer não, o Juvenal o arrastava para beber na venda do Córrego das Pedras.

Enquanto isso, passei ligeiro na casa da mãe pra pegar sabão que ela fazia com as cinzas da lenha e o sebo do porco, que usava para lavar as roupas das minhas crianças, a Marlene e a Marcilene. Fui num pé e voltei noutro, preparei a janta, um ensopado de chuchu com galinha caipira, e nada do Jair aparecer... Dali a pouco, ouço o assobio do pai, saio no portão e vejo o Jair escorado no ombro dele. O beijo tremia de ver os dois inundados de pinga. Da porta da sala, gritei:

— Ô Jair, abre bem esse ouvido, não casei com um homem pingaiada.

O pai saiu de fininho e caçou o prumo de casa.

No dia seguinte, estendi as fraldas para quarar no sol. O pai, montado na Guarani, passou por mim, deu meia-volta e parou no portão de casa:

— Ô fia, tudo bem com você e o Jair?

— Tudo, por quê?

— Vim falar umas coisas para você.

Onde já se viu a mulher passar sabão no marido e chamar ele de sem-vergonha e coisa à toa?

— E se ele for sem-vergonha?

— Você precisa mudar o seu jeito, se o Jair te largar nem adianta aparecer em casa com as crianças nos braços, ouviu?

— Casei nova porque não aguentava mais o senhor!

A mãe atura suas marmotices com outras mulheres, chega mijado, sai no meio da semana e só dá as caras no domingo. É a última vez que o senhor vem passar mandamento na minha vida.

O pai enfiou a mão no bolso, subiu na Guarani e desembestou pra casa.

Conta a mãe que ele chegou bufando:

— Ô, Olinta, a filha não é igual a você!

— Disso eu sabia.

Irmãos Domingos

O Juvenal nunca falou sobre o seu pai, sabia que o nome dele era Francisco, e o da vó, Placedina. Ninguém sabia das origens, parecia gente parida ao vento...

Houve um administrador da fazenda que errou o nome do meio do pai, colocou Juvenal Machado, sobrenome da família da minha mãe, na sua carteira de trabalho. Ele enguiçou com o nome errado no documento:

— Casca fora daqui e dá um jeito de consertar o nome no título.

O Juvenal se orgulhava do sobrenome Domingos que vinha do seu avô, o Domingos Francisco Calixto.

No Barreiro, o tio Geraldo contou que existia um livro escondido com os escritos de toda a nossa família, na sede da fazenda. Quem falou isso pra ele na colônia foi a Dona Lourdes, sua única professora e irmã do fazendeiro Alfredinho de Almeida.

Apesar do seu gênio forte, o pai, homem de confiança dos fazendeiros e fiscais da fazenda, sempre foi requisitado em época de eleição. Iam atrás dele porque a gente sabia rasgar a sanfona em cima do caminhão dos candidatos. Ele chegou até a montar um time, o Futebol Clube Fazenda Sertãozinho. Os melhores torneios de várzea da região foram no Brejão e, desse modo, ele fazia um dinheirinho por fora. No final da partida, costumava fazer um pão com carne moída pra moçada da colônia.

De tanto falar na cabeça do administrador, meses depois ele reapareceu lá em casa com um jeitão debochado:

— Juvenal, o sobrenome não tem a menor importância!

Na lata o pai respondeu:

— Cê não aparece mais aqui pra pedir voto.

O administrador entregou o título de eleitor com o nome certo, Juvenal Domingos.

O pai sonhava ter uma orquestra, e aos poucos formou o nosso conjunto Irmãos Domingos. Ele fazia rolo com os colonos, trocou até um canivete por uma sanfona. Por não saber tocar quis vender a sanfona, mas o meu irmão Hélio, pra alegrar o pai, o convenceu do contrário.

No principiar da noite, o Hélio abraçou a sanfona. Passaram dois meses, nada de música, e o Juvenal, sem paciência, embirrou de vez:

— Dá essa sanfona pra cá.

— Não, pai!

E o outro irmão, o Homero, se intrometeu no meio dos dois, arrancou a sanfona das mãos do Hélio:

— Deixa que eu toco.

No terceiro dia, o Homero acarinhou o acordeon, saiu um som.

Com tino musical, bem cedinho, o pai ouvia um rádio velho de corda, que foi nossa escola.

Nosso ouvido era esclarecido e devagar as letras entravam na cabeça. Nos bailes do Córrego das Pedras, o Homero arriscava umas músicas de Mário Zan, Zé Bettio, Tonico e Tinoco, Tião Carreiro e Pardinho. E, da sanfona, veio o tamborim e depois o pandeiro.

O Hélio plantou umas ideias na cabeça do pai:

— Se o senhor vender a nossa vaca de leite, dá pra comprar uma bateria!

E o Juvenal, que nunca dava resposta de prontidão, matutou, colocou o fumo na palha, enrolou o cigarrinho, deu uns tragos e silenciou. Em dois tempos vendeu a nossa única vaca pra comprar a bateria pro Hélio. A casa virou guarda-roupa de instrumentos.

A primeira apresentação do conjunto Irmãos Domingos foi no casamento do filho do tio Dito, irmão do pai. Após assistir às bodas na igreja, tocamos no baile para uma muntuera de gente, esse foi o nosso presente para o primo Joaquim.

Na formação do conjunto estava o Homero no acordeon, o Hélio na bateria e o Chico no pandeiro. O João aprendeu com o Hélio a tocar bateria, e mesmo molecotes os Irmãos Domingos viravam noites tocando na Fazenda Diamante. Quando o Hélio casou com a Dulce, perdeu o dom de tocar. O único músico de fora foi o Moacir, nosso vizinho, que gostava do cavaquinho. O pai prometeu que, se os amigos ajudassem no conjunto, não pagavam para entrar no baile. Entusiasmado, ele trocou a primeira bateria e comprou uma maior com o Tizil, um primo nosso que tocava nos bailes do Palace Cassino em Poços de Caldas.

Audacioso, Juvenal passou o mel no dono da Rádio Difusora para anunciar todo sábado os bailes nos vilarejos. A ferverça acontecia num barracão no tempo em chão de terra batida e, para não ficar exposto ao sereno, o povo improvisava o teto com pano de saco de café. A colônia ia em peso, e o Juvenal desarmava todo mundo que chegava. Ele batia o pé para deixarem o "três oitentão" em cima da mesa, e no fim do baile devolvia as garruchas. E subia na mesa para discursar:

“Moça e moço não pode dar tapa,

a moça não pode dar taboa no homem.

Não pode dançar apertado,

tem que dançar com todo mundo, até mesmo com bêbado”.

Eu e minhas irmãs, Fate e Maura, não perdíamos nenhum baile. O chato é que no caminho uns engraçadinhos falavam umas tontices desagradáveis e sem cabimento, chamavam a gente de negrinha fedida, cabelo de bombрил, carrapiço, palha de aço, gordinha e por aí vai... Eu pegava uns pedaços de pau e tacava nos meninos.

Zelosa, toda vida a mãe penteava nosso cabelo pra ir ao baile, porque se não arrumasse éramos consideradas loucas varridas pelos colonos. E teve aquele dia em que a Maura inventou de alisar o cabelo com pente de ferro quente, e o João fez pouco caso dela:

— Ô Maura, porque você não passa graxa no cabelo?

— Graxa alisa?

— Não, mas dá um brilhoooooooooo!

O João saiu rindo, e a Maura ficou tão sentida que não foi pro baile.

Sábado a gente vestia a roupa “de ver Deus”... Saíamos bonitas pra bailar e picávamos o couro a noite inteirinha. No amanhecer, o cabelo já tinha engruvinhado, a canela russa de tanta poeira assentada por causa do óleo e do pó, e o sol desadormecia com nós.

Festeiro por demais, o pai pegava alvará por seis meses, e durante doze anos os Irmãos Domingos tocaram na maioria dos bailes das fazendas.

Festa de São Benedito

Gosto de assuntar a vida dos meus irmãos. Tem uns par de dias que estive com o João. Cheguei na sua casa, no São Bento, sem avisar, apertei a campainha, bati palmas e nada; chamei em voz alta:

— Ô João? Ô João?

A tramela abriu, veio a minha sobrinha Dayana, filha do João e da Célia.

— Que surpresa boa, tia!

— Visita de parente não costuma avisar.

Subi uma escadaria lisa, parei um instantinho para respirar na varanda e as lembranças vieram junto das nuvens carregadas de mais chuva.

— Ê, Maria, tá pensando na Marlene?

— Tô!

O silêncio pairou...

Antes da chuva cair, a Dayana mostrou o seu canteiro de plantas no corredor de entrada da cozinha, e a minha cunhada, Célia, pediu a benção:

— A paz de Deus, tia?

— Paz de Deus, Célia!

Sentei na cadeira da cozinha com o meu bumbum empinadinho, que de uns tempos para cá dá o que fazer para acomodar. E o João, com roupa de time, chegou:

— Tô na flor da idade, voltei a jogar bola!

— Uai, onde?

— Com os irmãos da igreja, na divisa de Andradas.

João, lembra daquele dia em que você jogou bola lá na Fazenda Recreio?

— Vixe, passei uma vergonha danada com o pai. Era lateral direito, o Juvenal me escalou pra jogar e deixou avisado: “Vou te colocar; agora, se não jogar bem, te tiro do time.”

Ainda no primeiro tempo a bola veio vindo do alto e, ao invés de tirar de cabeça, bati o joelho no nariz, que sangrou, e o pai me tirou na hora. Agora, o futebol é com o Pedrinho, que passou na peneira de goleiro da Caldense. A cidade corria atrás dele, no gol catava tudo, flutuava no ar. Saudade do meu irmão, vivíamos um pelo outro. Nos jogos de rua, jogávamos em lados diferentes, em times rivais, e cinco minutos depois de brigar a gente se abraçava e conquistava o coração das meninas.

— Ô João, e aquela história que o pai amansava cavalo com macumba?

Um dia desses a Fate veio com uma conversa meio estranha pro meu lado, dizendo que o pai amansava os cavalos com macumba para domar os bichos, tem fundamento isso?

— Toda vez a Fátima confunde macumba com o toquinho de Jurema...

A nossa irmã sempre foi medrosa, se ouvisse um assobio já virava um corisco dentro de casa. E um dia o pai chegou com um senhor que morava na cidade, sabe-se lá como eles se conheceram. Esse senhor saía lá da cidade para fazer uns encontros de passe lá na casa da mãe, só não tô recordando o nome dele, e aconteceu por vezes os ajuntamentos lá em casa, e daí vinha a cantoria:

“O pai Jacó...

O toquinho de jurema tem dois castiçais

Tem três menininhos juntando juremais”

Esse trecho nunca saiu da cabeça, quem sabe mais dessa história do ajuntamento lá em casa é o Hélio.

E das recordações que trago, o único embaraço da vida foi aquele, né, Maria?

— O filme tá passando nas vistas...

Na roça a vida era limonada e na cidade, o próprio limão.

— Aos dezoito anos deslumbrei com as pessoas, todo mundo dizia ser amigo. E desenvolvi o gosto pela pinguinha nos barris lá de casa. Na cidade experimentei a tal ervinha e não fez efeito, larguei de mão. Na Vila Cruz, conheci o Vitoliguti que mexia com os Caiapós da festa de São Benedito, e que me fez um desafio inesperado:

— Ô neguinho, vamos dançar Caiapó?

— Uai, vamos!

Passada uma semana, o Liguti chegou no portão de casa com um saco de estopa que parecia cartola de mágico. Pediu pra fechar os olhos, colocou uma coroa de penas de galinha na minha cabeça; ao abrir os olhos, senti que a dança dos Caiapó era coisa séria. O Liguti tirou a minha camiseta e vestiu o manto de penas:

— Atchim, atchim, atchim.

Espirrei umas dez vezes.

O Liguti continuava sério, preendi o riso. Em seguida amarrou cipó na altura do meu umbigo com um nó cego naquele saião de capim seco que encobria mais da metade da perna:

— Tá pronto, neguinho!

Agora você é um Caiapó.

Bem-apegoado por causa da vestimenta, me senti importante com a coroa que dava um ar de poder. Saí para comprar um chinelo de dedo para dançar Caiapó.

O Vitoliguti explicou por cima a tradição dos Caiapós em Poços. Eu precisava ficar vestido com o manto de pena de galinha do dia primeiro ao treze de maio. Os componentes mais antigos saíam com arco e flecha, tambor e viola, porque para dançar carecia de música.

Rapaz gente fina o mestre Bucha, que sabe tudo da história dos Caiapós. Explicou que os índios moravam na Serra de São Domingos. Com a fulga dos

nossos irmãos negros da escravidão nas fazendas de café, sem eira nem beira, os Caiapós cuidaram deles.

A única recomendação que o mestre passou foi que não podia falar com ninguém, só entre nós. E podia beber à vontade; aproveitei o embalo e bebi igual canarinho.

Às sete horas da manhã o primeiro gole de pinga era no boteco de esquina da Rua Champagnat. Os Caiapós podiam beber de graça e lá pelas três horas da tarde não aguentava parar de pé. Quantas e quantas vezes deitei no banco da Praça dos Macacos, antigo bairro Vai e Volta e Quilombo Botafogo. A noite vinha chegando e o pé ficou inchado igual ferroada de marimbondo, de tanto dançar pelas ruas da cidade.

Na madrugada do dia doze para o dia treze, dormimos dentro da mata.

Chegou o treze de maio, dia de São Benedito, feriado em Poços de Caldas. Saímos da mata, e na Fonte dos Amores vinham umas mulheres pretas de saias de renda branca, com uns pretos elegantes vestindo capas de gorgorão azul, espadas e coroas.

Fiquei arrepiado com o encontro dos Caiapós com as Congadas, só tinha preto!

Os negros moçambiques chacoalhavam as pulseiras do calcanhar. Do topo da Rua São Paulo, começou a procissão na capela de São Benedito.

Cheguei em casa de madrugada, hora de desfazer da coroa e do manto, bateu a tristeza da vivência e os ensinamentos dos Caiapós.

Fui tomar banho, tirei a coroa e o manto de pena, por último o saião de capim, cortei no dente o cipó amarrado na cintura. A veste ficou do lado de fora do banheiro. Liguei o registro do chuveiro, comecei a passar o sabonete nos braços e nascia pena, penaa, penaaa, penaaaa, penaaaaa... Onde eu passava a mão, nasciam mais penas. Desliguei o chuveiro, desembacei o espelho; tinha pena da cabeça aos pés.

Acordei ruim do estômago, o corpo doía. Chamei a mãe, ela percebeu que algo tinha me pegado. Preocupada com o meu estado, buscou a Célia, o meu amor de ontem e de hoje.

No banco de trás do táxi, deitei no colo da mãe e só deu tempo de ver a placa ao chegar no Hospital da Santa Casa. O enfermeiro me colocou numa cadeira de rodas, reparei no médico que indagou para Célia:

— Ele bebe?

— Todas, doutor!

Não deu tempo nem do “ai”, o médico enfiou a injeção sem dó e apaguei.

Todo dia vinha uma enxurrada de revelações.

Cada vez que o pai e a mãe iam ao hospital, caíam no choro. Eu ouvia tudo, mas não conseguia me comunicar.

No décimo dia, o médico meio desesperançoso soltou uma besteira pra mãe:

— Dona Olinta, se o seu filho viver, vai flutuar na cama.

Vai falar besteira lá adiante, deu gastura, subiu o sangue pela cabeça, estremeci na maca e caí. Nem gritar conseguia, as enfermeiras amarraram os meus pés e as mãos, e dá-lhe injeção!

O engraçado do coma é que você ouve tudo e não fala nada. Me dei conta que o Caiapó encarnou em mim, e cá com os meus botões, pensava:

— Não posso morrer nessa situação.

Depois da queda da maca, perdi os movimentos das pernas e dos braços. A única parte que funcionava era a cabeça, estava tinindo.

E nenhum dos amigos Caiapós fizeram uma visitinha.

Qualquer pessoa que chegasse no quarto eu adivinhava; ouvi uma conversa sem base nenhuma:

— Dr. Osvaldo, vou avisar à família sobre o desligamento do seu paciente.

Fiquei agitado na maca e naquele instante perceberam que eu reagia às coisas ditas. O ignorante do médico queria me matar vivo.

E você, Maria, conversava direto comigo: “João do céu, acorda meu irmão!”

Bem que tentava, fazia força para abrir os olhos, só que não obedeciam.

Ouçõ novamente a voz do Dr. Osvaldo, falando com a Maria:

— Qual sua graça?

— Maria.

— Avisa aos seus pais que daqui a três dias é para vir a família toda para se despedir do paciente.

O coração congelou, e o médico, não satisfeito, jogou querosene no fogaréu:

— E diz para ninguém criar expectativa porque não vai viver.

A mãe, convertida na Congregação Cristã, pediu para o Levi buscar o nosso irmão Homero, que pregava em Campinas.

Trinta e um de maio, abriram a porta do quarto e o ar soprou nos ouvidos:

— É hoje!

Há quinze dias que não comia, não abria os olhos, não falava, mas ouvia todo mundo.

O Dr. Osvaldo chegou com o enfermeiro que sempre fazia carinho na minha testa, o José Maria, que deu a sentença:

— Não adianta mais nada.

Não há expectativa de vida para o Sr. João. Se viver, vai ficar ruim da cabeça.

Eis que chega o Homero mais o Levi, e pedem licença pro médico:

— Podemos fazer uma oração?

E o Dr. Osvaldo, resmungando:

— Vocês crentes têm mania de oração, o rapaz não ouve nada, reza rápido!

Os dois irmãos de fé pregaram a palavra do senhor, o lençol voou para cima de mim, coisa do sobrenatural. Todos se despediram do João Negrão. Só ele que não!

Eu queria sarar sem envolver o nome de Deus na minha vida. Na verdade, não queria a libertação, pra não ter que virar crente de jeito maneira. Nisso, o médico entra para dar a última injeção e desligar os aparelhos.

Abri os olhos, o Dr. Osvaldo se espantou. O enfermeiro, José Maria, acendeu a lanterna e mirou nas pupilas:

— Você está aí irmão, sarou?

— Sarei!

Pasmo, o Dr. Osvaldo pediu para o José Maria desamarrar os meus pés e mãos. A coluna despregou da cama, sentei, estiquei as pernas, pus o pé no chão e deu um estalo. Andei devagar com o soro no braço, abri a porta do banheiro, ajoelhei e chorei de soluçar:

— Senhor, eu nunca mais coloco uma gota de pinga na boca.

A enfermeira trouxe a papelada da alta:

— João, você está liberado!

Ninguém sabia que eu tinha acordado do coma. Saí do hospital, andei uns nove quarteirões até chegar no bar da Rua Champagnat. Pedi um pedaço de bolo de fubá com guaraná caçulinha, matei a saudade de comer.

Despedida do amor

Aos dezenove anos o amor se mostrou pra mim. Pari a minha primeira filha, Marlene, em 28 de dezembro de 1970, ano que o Brasil ganhou a Copa do Mundo. Demorou quarenta e oito horas pra Marlene, nascer, sofri um bocado.

A memória não esquece das contrações que vinham pela madrugada no hospital, escondia a dor da enfermeira para não dar trabalho. O tempo de nascença da Marlene voou que nem um cometa, e assim passaram duas semanas do parto.

Na segunda noite no hospital Santa Lucia, a enfermeira entrou no quarto, debruçou por cima do barrigão. Eu pensava, pai eterno o que essa moça tá pensando da vida, vai nos matar. O obstetra entrou, jogou a enfermeira pro lado e gritou:

— Seus urubus!

Se não dá conta do serviço, chama o médico!

O Dr. Megale pegou tipo uma tesoura, mais tarde descobri que era o fórceps, abriu a vagina no máximo, enfiou aquele troço devagarzinho e me rasgou feito couro velho.

Gritei!

Minha filha não chorou, nasceu sem atitude. Eu não queria perder o amor recém-chegado. Essa dor eu conhecia, lembrei do sentimento que a mãe ficou quando perdeu os cinco filhos, José Vitor, Maria Aparecida, Francisco, e dois outros que não tiveram tempo de receber nome.

Como a Fazenda Água Limpa ficava longe da cidade, trouxe um par de roupas para minha filha, mas não sabia se ela iria usar... A enfermeira colocou a neném embrulhada no cueiro, dei de mamar e notei um sinal de ferro na sua cabeça, do fórceps que o doutor enfiou e machucou nós duas. A alta veio no dia seguinte, voltamos para casa na fazenda, e a mãe não me saía do pensamento; quem iria preparar os meus banhos com as raízes que o pai catava pra ela? O Jair tinha outras sabedorias, mas o conhecimento das ervas, só o meu pai.

A Marlene sempre foi calma, boazinha, mas explodia com facilidade. Lembro que aos treze anos de idade ela teve uma explosão de hormônios, cresceu tudo nela, parecia que tinha dezoito anos com treze. Esse crescimento fora do normal, da noite pro dia, gerou uma coisa negativa nela, abandonou a escola... e eu não insisti para continuar.

Na mudança pra cidade, assim como meus irmãos, também me converti para a Congregação Cristã, e nesse lugar de Deus, quem diria, a Marlene sofreu rejeição. Ela sofria em silêncio, não costumava falar sobre isso. Lia no seu olhar a admiração pelas irmãzinhas brancas, transparentes, de cabelo amarelo e liso. Naquele ambiente da igreja, não havia espaço para minhas filhas, de longe dava para ouvir o mal-estar dos irmãos:

— Onde já se viu, duas negrinhas entre nós...

Assim mesmo, eu queria impor a minha crença. Para irmos ao culto, só comprava saias, pra mim e pra elas, saias de todos os tipos - menos curtas. O armário estava abarrotado de saias.

Num sábado saí mais cedo do serviço, aproveitei que estava na cidade e fui pagar umas contas. Resolvi passar no centro. Muito que bem, quitei a conta de água na lotérica. E, para não perder o ônibus, cortei o caminho pela Rua Junqueira, quebrei à direita para a Rua Assis, enxerguei uma mocinha e pensei: “Uai, tá parecendo a Márcia”. Estranhei, fui pela sombra, cheguei por trás e reconheci a minha filha. Estava bem vestida, mas de calça comprida:

— Ô Márcia, onde você arrumou essa roupa?

— O pai me deu o dinheiro e comprei.

Dei meia-volta para trás e compreendi uma coisa: se o meu marido, um homem convertido, deu o dinheiro para ela comprar as roupas que queria, quem era eu para impor as minhas vontades à minha filha? Cheguei em casa remoendo o ódio e fui tirar satisfação com ela:

— Por que da malcriação na rua?

— Mãe, pra você é Deus no céu, e os patrões na terra.

Você não tem tempo para nós. É tudo pra eles.

Uma mãe ouvir isso é faca no peito...

Sabe que na vida eu queimei a língua umas par de vezes... Tem um fato que aconteceu comigo e com a minha mãe, a Dona Olinta, lá na fazenda.

Muito a contragosto a mãe acompanhava o pai nos terreiros que tinha por perto; no Brejão, havia uma maneduta onde ficava o centro de terreiro. E a Dona Porcena também frequentava... A mãe dizia que ela recebia guias e nesse ponto ela ajudou muito a gente lá em casa, quando precisava de uma luz. Hoje se dá nome pra tudo, mas o pai era praticante do Candombré, que a gente chamava centro de macumba. O pai, sempre envolvido com isso, mas para essas coisas os olhos da mãe não brilhavam. Aliás, a Olinta era uma pessoa desligada deste mundo de matéria e os raros momentos que a via com luz própria é quando se arrumava para ir ao culto. Como ela deixou de acompanhar o pai lá no picadão do terreiro, ela me chamava para fazer companhia para ela no culto. Essa parte do evangelho acendia uma luz no sentido da vida dela. Nesse tempo, eu fazia uns bicos na casa da Dona Laura, e a mãe tinha a expectativa de me casar com o Vicente Emídio, vivia dizendo:

— Maria, com o Vicente Emídio dá um bom casamento e quem sabe você não pode se converter...

Antes dela continuar a frase seguinte, eu interrompia:

— Mãe, escuta bem, eu acompanho a senhora até a porteira, mas é só para abrir, não vem com as ideias de me casar com Emídio e nem de me converter.

Só que o trinco da porteira enguiçou, a Dona Laura passou por debaixo dos arames e a mãe, como sempre foi rechonchuda, na vez dela passar furou a perna no arame, começou a espirrar sangue para todo lado. Eu e ela entramos no desespero porque nós duas tínhamos ido pro culto escondidas do pai. Vieram os pensamentos negativos, mas mesmo assim a mãe enrolou um pano na batata da perna e não teve jeito, tive que acompanhar ela no culto. Eu não consegui me concentrar no culto com a mãe machucada, fomos então escondidas no culto e a aflição acelerou o meu coração porque nós contrariamos o pai. E só pensava que a mãe ficaria empalamada numa cama. Nesse dia nós duas chegamos de madrugada em casa e a Dona Laura ajudou a deitar a mãe na cama sem acordar o Juvenal. O pai não acordou por misericórdia... Deitei, respirei e do nada escutei uma voz vindo do fundo:

— Olinta, Olinta, Olinta...

Levantei ligeiro, sai no dedinho do pé pra não acordar o pai e perguntei pro Zé:

— Que que foi?

A mulher do Zé tinha entrado em trabalho de parto e a minha mãe tinha combinado de ficar com ela até a parteira chegar. Começava ali o calvário, toca eu acordar a mãe com aquela perna toda machucada...

— Ô mãe, ô mãe, acorda!

Ela acordou e falei baixinho no seu ouvido:

— A senhora desce com a perna boa no chão, escora em mim, e devagar vai colocando a perna ruim aos pouquinhos no chão.

Ela desceu o corpo aos poucos escorando em cima de mim e saímos devagarinho. O segundo milagre aconteceu, o pai tinha um sono leve igual a uma paina, mas nessa noite não acordou.

A mãe deu cinco passos arrastando a perna, mas quando ela pôs o peso do corpo em cima do machucado aí que percebeu o milagre de verdade. A ferida tinha sumido da perna, tava cicatrizadinha. Ela acompanhou a Divina até que a parteira chegasse. Esse dia marcou muito em mim porque nossa vida começou a entrar um pouco no eixo. Mudamos então para a Fazenda Diamante, onde eu me casei. Moramos uns cinco anos lá e só depois nos mudamos para Poços.

O que mais me fascinou na cidade, em 1974, foi a elegância das mulheres e o jeito de conversar das pessoas, não comiam as palavras, diziam o português certo. E na roça fomos ensinados a servir ao trabalho e aos patrões.

A primeira patroa em Poços de Caldas foi a Dona Léa Togni; quando a conheci, não olhava nos olhos dela, nem nos de ninguém, falava pra dentro, conversava com a cabeça baixa. E numa manhã ela me pegou distraída fazendo a cesta do almoço:

— Maria, por que você conversa comigo com a cabeça abaixada?

Não soube responder...

Não erguia a cabeça e não encarava as pessoas no olhar porque essa foi a educação que tive.

Tinha vergonha de conversar com a patroa, a Dona Léa, moça fina. Nessa família de brancos encontrei a vida que queria ter tido quando criança. Nunca fui tão abraçada como eles me abraçaram. A Léa tinha dois moços e uma moça, o Marcus Togni com dezoito anos, o Fabinho e a Olívia com nove anos.

Era uma mulher de fibra, se divorciou mesmo tendo três filhos, o que não era visto com bons olhos pela sociedade. Era dona de um hotel próprio que se chamava

Aurora, onde eu passava as roupas de cama e banho. Deixava a casa super organizada, casa grande, e tinha uma serviçaria brava, sem muito luxo; eu ainda não cozinhava.

Encontrei na família dessa patroa a minha, olha como a gente era carente, as minhas filhas viviam reclamando que eu dava mais importância para essa família do que para elas.

Com a morte da Léa passei a cozinhar para o Marcus, o filho mais novo, para não passar necessidade. Modéstia à parte, a minha comida sempre foi muito boa desde pequena. Aliás, quem experimentou o meu tempero pela primeira vez foi o pai.

Numa manhã, a mãe acordou do avesso por causa das varizes. O pai, antes de sair, recomendou ao Chico que falasse com a tia Lita, para fazer o almoço. O Chico foi, mas voltou pra casa meio cabisbaixo:

- A tia Lita tá ardendo em febre.
- Nossa, Chico, e agora? Quem vai fazer o almoço?
- Você!

Eu nunca havia pegado as panelas da mãe pra cozinhar, ela fazia tudo com capricho.

Sem titubear, subi num banquinho para alcançar o fogão, coloquei a chaleira com água para ferver, escolhi o feijão e descasquei o chuchu. A banha de porco derretia perfumando a cozinha.

Aos sete anos de idade, fiz nosso almoço: arroz, feijão, chuchu e carne de porco na gordura.

Eu e Francisco almoçamos em casa, depois preparamos onze marmitas pra levar aos camaradas no cafezal. De merenda, fiz bolão de fubá na panela, de tanto observar a mãe. Só que tinha uma preocupação, o medo de não tá bom. A mãe chegou do hospital com a perna enfaixada, se deitou na cama, o pai entrou pra cozinha e fez um pratão de comida:

- Quem fez o almoço?
- Gaguejando, respondi:
- Eu!
 - E a Lita?
 - A tia está doente.

— Filha de Deus, tá muito gostoso o seu almoço, tá de parabéns!

Ufa, o pai gostou da comida, ganhei o dia.

Esse foi o único elogio que recebi do Juvenal durante a vida. A ponto de ter dia que o pai dizia assim para mãe:

— Olinta, deixa a filha cozinhar, você está cansada...

O pai amava o meu tempero e nessa parte ele teve grande participação no meu querer cozinhar.

Se fizerem as contas, trabalhei por volta de quarenta anos como cozinheira e empregada doméstica na casa da falecida Dona Léa.

O único dia em que senti vergonha de Deus, meio que uma bronca, meio que fiquei confusa, meio sem saber o que eu fazia, foi quando vi a minha filha no caixão. Olhava para Marlene e uma coisa muito feia invadia sem permissão meu coração. Vi tudo cinza, preto, tudo escuro, sem luz nem clareira. Eu não via fundamento naquele cálice que eu estava tomando, amargava demais a boca. A minha vida parecia roda gigante, girava, girava e parava no mesmo ponto.

Um redemoinho, virou tudo de cabeça para baixo, um emaranhado que não tinha ponta. A despedida da minha filha doeu na alma.

Às vezes eu derrubo a asa um pouco, mas nunca deixo o lado ruim sobressair, sempre falo: sai para lá.

*Regressa às raízes e descobre-te, estuda-te.
Quantos escravos foram vendidos e para onde
foram?
Não sabes? E por que não procuras saber?
Espera que os agressores te deem
informação?
E como te darão se não lhes convém?*

*Procura-te
À tua música chamam folclore e à arte,
artesanato
Ao teu religioso, superstição e ao teu sagrado,
diabólico
Tira as mordagens com que te animalizam.
Conhece-te*

Paulina Chiziane

Doce de abóbora

— Ô Fate, traz o facão pra cá!

Num vai cortar o dedão do pé.

— A tua horta deu uns abobrão bonito.

É bom pra fazer doce!

Sabe que o doce de abóbora da mãe ficou guardado bem no fundo da memória da infância...

— Trago um punhado de lembranças da Dona Olinta.

Nossa, mãe!

...Das calcinhas de saco de sal.

Que abóbora bitela! Traz o machadinho para cortar.

...Da macarronada de domingo.

Não entra na cabeça, o silêncio da mãe com o pai...

— Tá louco, o machado tá cego de tudo!

O Juvenal e a Olinta não combinavam. O pai era bom do jeito dele, e a mãe, boa do jeito dela.

— Arruma uma faca que corta pra mim!

E por essa razão havia tantas desavenças em casa.

— Uma abóbora rende quantos doces?

— Hum, nunca contei. Sempre fiz duas receitas, uma é pouca.

... Vai saber por que o pai nunca bateu na Maura e no Pedrinho.

— Cuida com cobra,

Tão tudo camuflada no meio das abóboras...

No andar da carruagem entendi um pouco a fúria do pai, quem vai amar morto-vivo?

— Vi outra abóbora...

Fate, posso te perguntar uma coisa?

— Pode, sô!

— Cê tem orgulho dos seus escritos da vida?

— Tenho, sim.

Não de todas as páginas...

Faz bem passar a limpo os pedacinhos que a gente passou por cima da gente.

— Ali, ó!

— Onde?

— Num tá vendo?

— Enrolada na rama da abóbora.

— Nosso, pai!

— Te falei, a tal da cobra não pode ver a abóbora que já enrosca.

Corre lá em casa, que atrás da porta tem um rastelo, que é uma beleza pra espantar boca-de-sapo.

— Vou levar essa abóbora para inteirar o doce.

Juntando as duas, dá um pirex grande.

E as partidas de futebol no quintal da mãe, cê lembra? O João fazia aquelas bolas de meia, de papel, bola do que fosse, porque a bola mesmo não existia.

— O ruim é que não tinha lugar pra nós.

— Ah, Dhia!

— Tenho engasgo da infância...

A minha alegria de meninice foi a escola.

O pai queria que a gente só trabalhasse, só trabalho, trabalho e mais trabalho.

Adorava pôr o uniforme, saia preta pregueada, meia branca, calçar o tem-dó e o gosto do lanche da escola na Fazenda do Córrego das Pedras. A mãe nunca acertou a receita de mingau de maizena da cor rosada, que a tia servia antes do recreio. A minha primeira professora, a Lazineira, de rosto fino, loira, alta, perna grossa e amorosa com a gente. Estudei a primeira e a segunda série com ela, depois veio a professora de nome engraçado, a Cleonice. E toda sexta a ladainha do Hino Nacional, difícil adivinhar o dia da aparecência do inspetor.

A Cleonice também te deu aula?

— O pai me tirou bem antes...

Com essas duas abóboras dá pra fazer uns quatro pratos fundo de doce.

— Tem açúcar de sobra?

— Tem.

— A chuva engrossou, busca ligeiro a sombrinha que não guento correr...

— Tó, Maria!

Vê se não estabaca nos degraus.

— Quando o pai te tirou da escola foi na mudança da fazenda velha para a Água Limpa.

Ali que virei homem, apanhava café por seis, um dia enfezei com a enxada. Eu e o Chico vinha voltando pra casa e as perturbações na cabeça, quando tive uma síncope. O sangue taizou e joguei a enxada dentro do rio que cortava a Fazenda Recreio. O Chico desesperou de um tanto:

— Maria, quequi deu em você?

O Chico apavorou:

— Maria onde já se viu isso, jogar a única enxada fora?

— Chico, você não vai catar a enxada no rio!

— Mais Mariaaa...

— Nem mais e nem menos.

— O pai vai bater em nós!

— “Deixa que mata”, eu falei. Ô, Fate!

Você não tem aí um creme para maciar a mão? Tá áspera pra dedéu!

Nesse meio tempo viramos meeiros de café, isso aconteceu antes de você ir para a terceira série.

A escola, de casa até o Brejão, uma lonjura brava. A professora Cleonice lecionava pras quatro séries.

— E a enxada?

— Nadou no rio.

A mãe, sempre prestimosa, deixava a roupa da escola perfumada de sabão de cinza. De uniforme, me sentia uma rainha.

— A gente é tão bobo para umas coisas, né?

— Põe bobo nisso.

Fate, arruma um prato fundo para medir.

— Esse serve?

— Dá pro gasto!

Corta meio a meio a abóbora, se cortar grande não pega gosto.

Sabe o panelão de fazer pamonha?

— Sei!

— Enche um litro d'água e põe no fogo.

— Pronto.

— Na sala da Cleonice, se não entendia a lição, desenhava árvore, peixe, folha, e um dia a professora pediu para escrever uma redação sobre o que a gente queria ser, e eu escrevi: “empregada doméstica”.

E qual a outra opção?

Silêncio...

— Eu tenho essa bronca do pai ter tirado a gente da escola.

— Tem fundamento, mas o Juvenal nem na escola pisou, escrevia o nome com o dedão e tinta. A vida bateu bem nele...

— Eu sei, Maria!

— Você quer laranja?

— Não! Quero dois dedos de café. Tem?

— De cedo, serve?

— Se não tem outro...

— Só que no florir da adolescência, ele fez mal uso das palavras: “Fate, você é feia, respondona e bruta. Olha pra você: nunca vai arrumar marido.”

O pai terminou os desaforos, e respondi na lata: “Você nunca foi amado.”

Tomei uma coça de fazer xixi na roupa. A mãe entrou pro meio, apartou e você riu, por quê? Ia chorar?

— Maria, a água tá fervendo! E agora?

— Você mede e coloca os quadradinhos de abóbora dentro de quatro pratos fundos e ferventa junto com seis cravos para ir curtindo.

— E o açúcar?

— Vai umas horas ainda...

— Maria, a pisa foi a gota d'água. Na primeira oportunidade, com dezesseis anos, juntei os panos velhos e piquei a mula para trabalhar na cidade, na casa dos donos da Fazenda Água Limpa, o Sr. Paulo Sérgio Carvalho Dias e sua esposa, a Sra. Lígia. Mudei de casa e os patrões continuavam os mesmos. Em Poços, comecei a refazer a vida, ganhar o meu dinheiro e ajudar em casa.

Na casa da cidade, trabalhei feito louca.

— No dia que você foi embora não deu tempo de chorar.

Todo finzinho de tarde chegava da roça, e encontrava Dona Olinta com as mãos na cerca, chorando quietinha na imensidão da capoeira, inconformada com a sua partida.

— Maria, pra mim a vida amargou um bocado. Se bem que na casa da Dona Lígia houvesse paz, o serviço era um colosso. Davam comida, salário e um quartinho nos fundos. A única parte negativa é que a patroa só instruía a fazer curso de corte e costura e, na verdade, eu queria mesmo era terminar a terceira série.

Ah, a Dona Lígia consertou o documento do meu nascimento.

— Como assim, Fate?

— Você não sabe?

— Não.

— Para me registrar de funcionária na carteira de trabalho, eu precisava da certidão de nascimento. Na ocasião, expliquei para a Dona Lígia que eu não possuía nenhum documento. Fomos então para São Sebastião da Gramma pra tirar uma nova certidão de nascimento, porque a da mãe tinha sumido.

No cartório, vi no papel que o meu nome, Aparecida de Fátima, tava certo, mas o nascimento errado, estranhei:

— Moço, a data do meu nascimento tá errada!

E o rapazinho retrucou:

— Você tem certeza?

Sem paciência, respondi de pronto:

— Nasci no dia 15 de junho de 1957.

— Como assim?

— Já viu mãe errar o dia de nascença de um filho?

— Não!

— “Pois, então! Me registraram com a data errada. Não nasci no dia 15 de setembro”, eu falei. Você sabe, Maria, o povo de casa não sabia ler documento, então às vezes não viram que o nascimento estava fora da data.

— Nosso Deus!

Quanta história mal contada...

E quando foi isso?

— Eu tinha dezoito anos quando dei entrada nos documentos para tirar a identidade.

— Nossa, irmã, tô vendo o dia em que você chegou nessa terra, cercada pelo arrozal, num inverno... A vida encheu de sentido.

— Muitas vezes não vale o que está escrito no papel, e graças à Dona Lígia tenho a certidão de nascimento ajeitada. Só não desfiz a confusão da data na mente dos meus irmãos que ligam até hoje para me cumprimentar no dia 15 de setembro.

Morei com os patrões por doze anos até a família se mudar para a cidade.

— Ô Fate, peraí um instantinho, deixa ver se a água do doce tá secando.

— Passa um garfo pra espetar a abóbora.

Nossa Maria! Tá maciozinho!

— Cozidinha.

— Você vai jogar essa água fora?

— De jeito nenhum!

É nessa água que o doce vai curar. Separa o açúcar!

— Refinado ou cristal?

— Cristal!

— Guenta um pouco que vou pegar no armário.

Quanto que põe?

— Dois pratos fundos de açúcar.

— E agora?

— Coloca dentro da panela.

Ah, não!

Peraí, não coloca não...

Desliga o fogo pra misgaiar a abóbora com o garfo. Só depois de misgaiar esmagadinho a abóbora é que acrescenta o açúcar.

— Quer ajuda?

— Quero!

— Nossa, tá queimando os dedos...

Assopra, assopra, assopra...

— Deixa esfriar.

Ô Fate, a primeira vez que você voltou pra roça não te reconheci, pensei: "a negrinha voltou metida!"

— Uai, vocês pegavam no meu pé sem motivo.

— Um sábado você chegou carregadinha de sacola na casa da mãe, com tudo dentro: roupa, pano de prato, roupa de cama, sapato tem-dó e calcinha de algodão. Você se expressava esquisito, lembra?

— Maria, onde já se viu vocês falarem “memo”, “ocê”, “óia”, “peixe”?

— Na época eu pensei cá comigo: “A Fate aprendeu a falar!”

Você pronunciava tudo bonito: “mesmo”, “você”, “olha”, “peixe”. Nessas partes eu sinto muito não ter estudado, passou despercebido, e o estudo é uma cultura que ninguém te rouba. Só que a cultura maior é a vida, e essa eu tenho de punhado. Posso não ter a sabedoria da letra, mas a da matéria escorre pelos dedos...

— Dhia, você fala tão bonito!

Jamais vou conseguir falar desse jeito, nunquinha.

Risos de satisfação.

— Deve ter esfriado a abóbora, vamos terminar misgaiar ela.

O nosso tendão do calcanhar foi o Juvenal, sempre indiferente, tanto fazia o filho homem como a mulher. Ele sofreu com a sua partida, mas o arrogante não deu o braço a torcer. E ainda teve o episódio com o nosso irmão, o Homero.

— Maria, tá na hora de pôr o açúcar?

— Tá!

Liga o fogo baixinho e começa a mexer sem parar.

Naquele dia no campo de futebol o pai destemperou de vez, teve uma discussão com o Homero, e ele deu aquele tapão na cara do nosso irmão no meio da rapaziada. Li a decepção no rosto dele quando foi embora para Assis no Paraná e nunca mais voltou. E assim a mãe sofreu por mais um filho fora de casa.

A vida é osso.

Quer laranja?

— Nesse frio?

— Tá docinha!

— Não.

Vem cá, cadê o Eduardo, tá trabalhando na Van?

— Nem procuro saber o que o Eduardo tá fazendo.

— Maria, queria tanto que o pai me reconhecesse como filha. Todos os irmãos falam que o meu gênio é parente do dele, e pergunto: será que a gente aprendeu a amar? Sonhava em ser uma mulher amada, desejada, respeitada, e olha só o calvário com os homens.

O único com quem me senti amada foi o Antônio Carlos. Na roça, o primeiro amor se chamava Zé Rovilson, da Fazenda Água Limpa, me paquerava de longe porque já tinha aquela coisa de preconceito porque ele era filho de italiano.

Ainda mais morando na Água Limpa, preta não podia namorar branco. A solução foi namorar de longe e sem toque. E Deus me livre se os pais do Zé descobrissem que estávamos namorando, me amarravam no tronco. Essa fazenda só tinha italiano, e só nós de negros. Ah, tinha também um outro negrão, o Noel, camarada do Nelson. Tempos depois, descobri que o Rovilson casou com uma mulher branca...

E tinha uns rapazinhos brancos que a gente olhava para eles, mas nem no sonho a gente sabia que não iria ter nada...

Sabe como que o povo branco falava: “Não quero ver mosquito no leite, não...”

O mosquito era nós...

Assim que cheguei em Poços, conheci o Paulo, negrão de parar o trânsito, amor à primeira vista e engatilhamos um romance. O véu de moça perdi com ele aos vinte anos. Aconteceu tudo rápido, estranhei essa primeira vez porque na roça esse sentimento de desejo não existia. E com o passar dos dias fui entendendo o jeitão do homem na cidade, e o Paulo se afastava de mim.

Dali a uns dias descobri que o Paulo tinha outra mulher e um filho. Aquilo repugnou de um tanto. E você, Maria, não deu espaço pra dividir a aflição do meu peito. Te respeitava demais para contar que perdi a virgindade antes do casamento.

— Ô Fate, também já fui ignorante nos afetos.

— Já te desculpei, fica em paz!

Ai, ai, ai!

— Que que foi?

— O doce! Tá espirrando no meu braço.

— É assim mesmo, o segredo do doce de abóbora é o tempo de espirro do doce. Bastou espirrar feito sabão, daqui a um pouco começa a apurar.

Você prefere doce de colher ou durinho por fora e molinho por dentro?

— Hummm, a segunda opção.

— O doce de abóbora de corte requer mais umas horas...

— Não tem problema, hoje tô de folga!

Outra alegria da mocidade foram os bailes no Chico Rei. Batia o ponto toda sexta-feira no Country Club, e tinha o Quilombo dos Palmares que antigamente ficava na esquina do Jacks. Tocava todo tipo de música: Agepê e minhas rodas de samba favoritas; e só frequentava a negrada.

— Nesses tempos só embalava crianças.

Risos, risos, risos...

— Na capoeira do Chico Rei, conheci um jogador que tinha ginga... Nossa senhora, esse sim, foi paixão!

— Do capoeirista, fazia gosto; te respeitou, pediu a sua mão em namoro pra mãe e pro pai.

— Homem simples, na mesma estatura social que a nossa.

— Por que será que não deu certo?

— O pai fazia mal dele porque não tinha dinheiro, e a mãe bem que aconselhou: “Fia, quando o rapaz da capoeira vier em casa, diz que é filho de gente importante...”

Ele me tratava como mulher, chegava no Chico Rei e me apresentava como namorada para quem fosse. A primeira vez que pus os pés no cinema foi com ele. Sabe qual o filme que assistimos?

— Hummmm?

— A Lagoa Azul!

Chegou na parte da menina ganhar o neném perdi o fôlego. Aquilo era uma história de amor. Durante os dois anos de namoro e noivado, fui a mulher mais admirada e amada da face da terra.

— Tá cansada de mexer o doce?

— Tô!

— Troca comigo...

Tá vendo que a água incorporou na abóbora e o açúcar brilhando? Mais meia hora vai desgrudar por si só do fundo da panela.

— Haja braço...

— Aí desliga o fogo e sova até ficar quase transparente.

No seu noivado com o capoeirista, o destino já traçou o caminho de vocês dois quando a mãe dele chegou em casa. Eu percebi a afeição nos olhos da Elvira e do pai. A mãe do Antônio, de uma beleza de curvar no chão, além de ser uma

mulher de fibra, mulatona, trabalhava fora. O pai admirou a mulher dela, e os dois viveram um romance às escondidas na Vila Cruz. Tudo isso debaixo do nariz da nossa mãe, que não fazia nada. E o Juvenal não valia uma picada de fumo.

— E por esse motivo o meu noivo se afastou de mim. Acredito que tenha sido isso, vai saber... Fui colecionando frustrações, e nessa o Eduardo me pegou desprevenida nos sentimentos.

Aconteceu quando eu trabalhava por conta própria na lanchonete da esquina da Rua São José, ao lado da Circulare. E o Eduardo era mecânico dessa empresa de ônibus. Sempre com a expressão séria, sem amostrar os dentes, ria com a bochecha. Todo dia aparecia para tomar café e comer pão na manteiga. Dizia que o meu café fazia carinho nele de tão doce. Desde lá mentia com convicção. O Eduardo nunca gostou de açúcar no café. E, na ausência do Chiquinho, fui afeiçoando na pessoa dele e caí na lábia do negrão:

— Vamos sair um dia desses?

— Onde?

— Na pracinha da Vila Cruz...

— Em frente à Paróquia de São Sebastião?

Em cinco meses, namoramos, noivamos, casamos e nos separamos.

— Bem que eu tentei evitar...

— É verdade, Maria!

— Tentei anular o seu casamento no dia 11 de junho de 1988.

Aliás, sempre olhei o seu casamento com desconfiança, pois em cinco meses vocês casaram e descasaram. No seu casamento no civil eu via o seu desespero em curar o amor plantado pelo outro e a ferida em carne viva deixada pelo Chiquinho. E você não deu conta que o buraco era profundo demais para tapar só com piche.

Na manhã seguinte, levantei com dois quentes e três fervendo, pus um saião de linho, ajoelhei no chão do quarto e em comunhão com Deus, orei: “Dê força para intervir nesse casamento em tempo do leite não entornar.”

Desci no ônibus da circular e cheguei no cartório antes de abrir. O sol esquentava a cabeça e nada do moço aparecer. Fui tomar uma água no posto de gasolina em frente do Registro. Na volta, um senhor abriu a porta e puxei assunto:

— O senhor sabe me dizer se anula casamento?

Nem confiança deu... Chacoalhou a cabeça como se não entendesse a pergunta, mas digo que entendeu. Entrei, sentei no banco e chegou um moço apessoado:

— Posso ajudar?

— Pode!

Antes dele perguntar través:

— Vim cancelar o casamento da minha irmã!

— Você é parente?

— Sou a irmã da noiva!

— Certo.

O moço entrou para falar com o tabelião, e voltou:

— Qual o seu nome?

— Maria das Graças!

— Dona Maria...

— Olha, rapaz, desculpe a interrupção, mas a Fate não tem condições de continuar casada.

— Como eu ia dizendo: não dá mais tempo de anular porque passaram três dias das regras do cartório.

Saí cuspidando fogo e proseei com Deus: “Dessa vez você cochilou!”

E assim você vive casada no faz-de-conta.

— Vem ver se o doce tá no ponto!

— Tá vendo que não desgrudou do fundo da panela?

— Tô.

— Mexe mais um pouquinho...

— Ô, Maria, sonhei que o Homero tinha morrido. Dizem que o sonho é um desenho animado.

— É o inverso: quando sonha que morreu, vai viver.

— Depois da separação a vergonha virou minha companheira. Como morava com o pai no Jardim Country, seus olhares de reprovação me definharam. E remói. Depois de tanta luta, encontrei um homem que queria casar comigo, mas tinha o defeito do pai: mulherengo. Veio um sentimento de rejeição, trocada, senti a pior mulher da face da terra. Emagreci onze quilos, saí da casa do pai e mudei para o

bairro da Santa Rosália. De emprego novo, consegui erguer a cabeça e passei a frequentar os cultos na Congregação Cristã.

No dia do meu batizado, o Eduardo, com a cara mais lavada do mundo bateu no portão de casa: “Fátima, volta comigo?”

Respirei fundo...

Em comunhão com o Senhor, busquei uma palavra com Deus. Se falasse volta, voltava. Se dissesse que não, deixava para lá. E na crença limitante, reatei o casamento com o Eduardo e pago um preço alto por essa escolha.

Na Congregação se via obrigada a mostrar o que é uma irmã fiel, que não erra nunca e dá exemplo. Desde os onze anos ia na sede da Igreja e, com a mãe, íamos na Fazenda Capetinga. E o pai no futebol, baile, festa e na sanfona. Se tivesse seguido os ensinamentos dele, talvez não tivesse convertido. Aliás, o pai só ia nessa igreja pra vestir o terno de linho.

Vaidoso por si só, aparecia para chamar atenção dos irmãos com a sua altivez.

Quando chegamos em Poços, nós não conhecíamos ninguém da Congregação. Só que a Fate um dia estava na casa da irmã Maria Aparecida, e nesse dia ela estava se preparando para batizar. E a minha irmã namorava o Davi, filho da Maria Aparecida. Com a nossa mãe Olinta, gostava muito de ir na igreja. A Fate arrumou um jeito dela ir para o culto junto com a Maria Aparecida. E depois de tempos, aceitou Jesus e passou pelas águas na Congregação Cristã. Daí que começou a jornada no evangelho da minha mãe. Que começou o processo com a família inteira, e o meu pai batia cabeça depois que se converteu.

— Não aguento mais mexer esse doce...

— Deixa ver se tá assentando.

Que belezura, tá quase no ponto! Tem uma forma grande?

— Tenho.

— Vou despejar o doce pra terminar de enxugar o restinho de água que tem dentro dele.

— Será que fica pronto hoje?

— Talvez não, amanhã depois que acordar você corta ele.

— Tá bom.

— Tem coco ralado?

— Vou ver na despensa.

Meio saco, dá?

— Dá!

O doce tá molinho, vou polvilhar o coco por cima e deixar descansar até o corte.

— Deu água na boca.

No convívio da Congregação, a minha cabeça estava lavadinha de ouvir os conselhos dos irmãos da igreja. Tudo representava o capeta, ligava a televisão e diziam que o diabo saía de dentro dela (risos), sentia medo. Só que eu raciocinava: se Deus é amor, por que ele castiga tanto? Entendi que o castigo quem faz é a gente. Garrei uma irritação nos irmãozinhos que são certinhos da boca para fora.

— Fate, você superou as dores vindas lá de casa?

— As dores... Curei!

Agora, superar, superar, são outros quinhentos...

De onde vem todo o espírito de briga dos irmãos? Trouxemos a brabeza da colônia. Mas não é só por isso. Reconheço que bati nos meus filhos e hoje sinto vergonha disso. Pelejei longos meses para engravidar, tomando uma remedeira danada e injeção na veia e finalmente engravidei. Que dádiva a vinda do Carlos Eduardo, nosso Dudu, o filho da promessa.

No tempo do ronca, no puxadinho de casa, eu mexia com pizza para vender no final de semana, e quarta-feira chegava a farinha de trigo. Enquanto preparava as massas para assar na sexta em diante subiu um barulho vindo lá de casa. Desci ligeiro, abri a porta e: pá, pá, pá, pá...

Olhei no chão e tinha caco de louça na cozinha inteira... O Dudu e o João discutiam um com o outro e não me davam ouvidos. Voltei pra cozinha da mãe e assisti o pai jogando o prato de comida na parede e o ovo escorrendo... Entrei no meio do Dudu e do João e comecei a quebrar os pratos e os copos junto com os meus filhos.

— Três crianças, né?

— Entrei no surto deles e o Dudu olhou para o João: “A mãe tá louca!”

Gritei: “Estou!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!”

Descontrolada, perguntava pra eles: “Vocês estão vendo essa cena? Vocês estão vendo essa cena?”

Eles não moviam um músculo.

“Eu cresci nela!”, eu gritei.

Um vento entrou pela janela da cozinha e o assobio do pai quase estourou os tímpanos. Despertei do transe.

O João tinha cinco anos, e o Dudu nove. De repente, três crianças chorando, só que eu, adulta.

“Chega de briga!”

Não sobrou trem nenhum pra contar a história.

Desse dia em diante, a conexão entre nós três mudou, passei a conversar mais com os meus filhos. Outros dias amanheceram, houve uns puxão de orelha daqui e dali, mas aquela humilhação, nunca mais.

A cena aterrorizante de quebrar tudo veio da casa da mãe, eu repeti.

Hoje, resolvemos o embaraço daquela quarta-feira, pedi desculpas pra eles.

— Desculpa faz um bem danado.

— E tenho um perdão em suspenso com o nosso falecido pai...

Às cinco da tarde estava eu aguardando a linha Jardim Country Club no terminal de ônibus no centro de Poços. Antes de passar a roleta, já tomei um susto ao ver o pai bêbado dormindo na cadeira do ônibus. Envergonhada, sentava na frente do ônibus e fingia que não o conhecia. Doía muito, dói. Que sentimento horrível, você entende?

— Sim.

Só que penso diferente, dá tempo desse acerto de contas com o Juvenal.

— De que jeito?

— Telepatia!

Risos, risos, risos.

— E o doce, já tá bom para cortar?

— Nessa chuva, só dá pra cortar amanhã!

— E o Dudu que encasquetou de fazer computação... Sempre segurei as pontas de casa, em tudo, e dia desses ele chegou da escola e emendou: “Mãe, quero aprender computação.”

“Onde você ouviu isso?”, perguntei.

E corri atrás do dinheiro, matriculei o Dudu na aula de informática da Microlins do centro. Ele sempre foi um cisquinho de gente e cresceu pouco. Durante o dia não

podia levar porque trabalhava na casa dos outros, então coloquei no curso da noite. Quem cuidava dele eram as meninas da computação; terminava o curso, colocavam ele dentro do ônibus e ele vinha embora sozinho. Às vezes uma amiga via ele no terminal e trazia de carona até o portão de casa. Minhas amigas achavam que soltei ele muito pequeno, e penso que não, pois ele fez o curso de computação que queria e dei condições pra isso. Aos quatorze anos o meu filho se tornou fera no computador e peguei no seu pé então, para arrumar serviço. Ele entrava às oito da manhã e saía às nove da noite do trabalho. E um dia chegou em casa visivelmente cansado, abriu as palmas da mão e aproximou do meu rosto:

— Mãe, eu não me vejo no futuro com as mãos sujas de graxa.

Silêncio...

— Você me vê assim?

Nosso Deus!

Pensa uma mãe ouvir essas palavras de um filho? Ele queria uma resposta minha:

— Então meu filho, se você não se vê assim, foca no que você se vê.

E vai de lá, vai de cá, não fiquei parada olhando pro céu pra ver se vinha chuva, arregacei as mangas e corri atrás de outro serviço. No ponto de ônibus, encontrei com uma amiga, e o filho dela, o Nildes, que trabalhava numa multinacional, a Alcoa. Com a cara e a coragem, indaguei:

— Oi, será que o Nildes não pode dar uma força pro Dudu?

— Tem o currículo dele?

Na mesma hora, voltei pra casa, liguei pra patroa do orelhão, perdi esse dia de trabalho. A manhã toda o Dudu escreveu a mão o currículo, com destaque para o curso de computação. Depois do almoço, levamos o papel escrito, e a atendente de um supermercado que tinha no Esperança digitou letra a letra o currículo e, no final, imprimiu pra gente por quinze centavos. Antes da janta, entreguei na mão do Nildes o envelope com o currículo do Dudu. E, assim, meu filho conseguiu uma vaga de aprendiz na Alcoa. Recém completou dezoito anos e foi promovido a encarregado dessa firma. Cheio de responsabilidade, cuidava dos cartões dos funcionários, mas eu não sei o que houve para ficar revoltado e sair da firma.

Desde bebê o Dudu tinha saúde frágil, coloquei na creche pra conseguir trabalhar, ele chorava sem parar...

Quando eu chegava do serviço, lá tava o Dudu na janela chorando, as tias falavam para mim:

— Dona Fátima, ele não dorme, não come, só faz xixi na roupa...

Elas agradavam, brincavam, e o Dudu com opinião desde pequenininho falava:

— Estou esperando a minha mãe.

Ele adoeceu, tirei da creche, paguei uma moça para olhar e para eu poder trabalhar. Depois de tanta luta, consegui esse terreno com uma inscrição que abriu na prefeitura de Poços de Caldas.

E digo mais, as pedras da base dessa casa foram tiradas desse chão de terra, não gastei um centavo com pedra bruta. Compramos os materiais da construção com muito sacrifício e humildade.

E vai, vai, vai ainda construindo a casa, faziam três meses da assinatura da papelada na Prefeitura, engravidei do João Augusto.

O João veio com o vendaval, foi um susto quando descobri a gravidez. Não tinha condições de parar a construção da nossa casa e, com cinco dias pro João nascer, estava eu prena em cima da laje. O meu irmão Pedrinho jogava a telha com as mãos, eu pegava no ar, e por cima das ripas de madeira assentava telha por telha. A bolsa rompeu ali mesmo, esguichou uma cachoeira pelas pernas abaixo, e veio a primeira figada, a segunda, na terceira o João já tava apontando, e mal deu tempo de falar:

— Pedrinho do céu, liga para o Eduardo, senão o João vai nascer de cabeça para baixo.

Cheguei no hospital da Santa Casa às cinco e vinte da tarde, de carona com o marido da Sônia, nossa vizinha. Às sete e vinte da noite o Joãozinho nasceu, de cesárea, com três quilos e setecentas gramas. Seus olhos brilhavam na intensidade do fogo da vela.

Nessa casa precária, na época de inverno, o João, com apenas nove meses, pegou uma pneumonia dupla por conta da umidade. Ele ficou mais de quinze dias internado, e ainda hoje é alérgico, tem dermatite atópica.

E meu casamento com o Eduardo resistiu, pela necessidade de manter um pai na vida dos meus filhos. Fui uma mulher muito revoltada, resolvia tudo no grito, tudo na brabeza. Não estou dando uma de vítima, de coitadinha, mas a minha

história é essa, eu lutei muito para mudar ela, eu sobrevivi. Nesses últimos anos evoluí bastante, comecei a fazer aula de direção, pois sempre tive vontade de dirigir, desde solteira. O meu irmão, o Pedrinho, tentou ensinar, só que tinha tanta atribulação na cabeça, e falta de dinheiro. E estou no curso, passei em todas as provas, só falta a de direção. O meu hobby predileto é a horta e a piscina quente. Eu tenho amor pela terra, sempre tive admiração pelo tanto que ela fez na nossa vida. É uma admiração mútua, porque ela também corresponde.

— Fate, e terra foi generosa com a gente.

— Foi, irmã!

E o doce, será que tá bom pra cortar?

— Ô Fate, vou te confessar uma coisa, eu sei que você não gosta de ser chamada de valente, mas você foi. E essa angústia que você carrega no seu peito não é sementeira sua.

O doce tá morno ainda...

— Maria, será que fiz sentido na vida das pessoas, na vida amorosa, principalmente do homem?

— Minha irmã, se conselho fosse bom ninguém pedia. Por mim, você é amada!

E vou passar outro mandamento: sei que você ainda tá no ritmo da saia, mas se liberta dos irmãos da igreja.

— Já me libertei das obrigações; onde preciso ir de calça, eu vou. Vou na praia, coloco o meu short, e tomo a minha cervejinha sagrada.

Embora o pai tenha me tirado da escola ainda na terceira série, eu voltei pra sala de aula para ajudar o meu filho, João, que encontrava muita dificuldade no aprendizado. Trinta anos depois de chegar na cidade, finalmente concluí a terceira e a quarta série.

E o doce, endureceu?

— Ainda não, quem sabe no dia de São Nunca ele fica no ponto...

Epílogo

...ô vida atribulada:
sou apaixonada nela;
de onça
virei moça,
namorei, noivei,
casei,
o sortudo, o Jair!
Minha criança
tornou a mulher de hoje;
se o tempo desse trégua
teria estudado;
a sabedoria
aprendi na escola da terra;
aos cinco anos
senti, Deus!
O pai batia no gato,
cachorro, filhos, na mãe,
menos nos cavalos.
eu nadava com os lambaris,
amei o Juvenal e a Olinta,
e amei mais ainda
a MARLENE
um sopro de vida,
Te amo, filha!
Do sangue da Marcilene
chegaram os meus netos,
Isabela, Isadora que lê lábios
e o esperto, Isaac.
Da fazenda, da colônia, da panha e da enxada
não tenho saudades;
o café,

só um gole!
Tinha medo da morte,
assobiava nos ouvidos com intensidade,
esquivamos dela...
A minha cor negra
nunca tive dificuldade;
trabalhei quarenta anos
de empregada doméstica,
venci na vida com os meus temperos...
Adocei o mal com mel,
não entendia as palavras;
o patrão
me prestou homenagem no Dia da Mulher,
ganhei até plaquinha,
a conquista não é muita,
para mim: tão grande, vindo de onde vim...
SOBREVIVI
com a morte da patroa,
a Léa,
guardei suas revistas de romances,
a vida apertou e com o dinheiro
vesti o telhado da minha casa.
Tive restaurante,
o Maria de Minas
perdi a Marlene,
amargou, sofri, chorei,
e renasço todo dia;
tô reconciliando com a outra filha,
a história deitou na minha vida,
o Alzheimer
cochilou o meu marido
e antes do fim,
meu primeiro amor

pediu desculpas na lotérica do Esperança:

desculpei!

Assassinaram o meu irmão, Chico.

Não enlouqueci

e a Juliana,

com nó nas tripas

curou,

eu e ela,

e sossegou nossos mortos...

Sonho, dia sim, e o outro também...

Aprendi a estender a dor no sol.

Maria das Graças Eloy (Domingues)

4. Análises das Narrativas

4.1.1 Sabedoria da matéria

O desafio de desvendar o universo de Maria e suas *memórias subterrâneas*¹⁸, exigiu da pesquisadora uma articulação de sentidos, aparentemente desconexos, e um diálogo entre esta e a narradora norteado pela busca de vínculos entre elas, além de traços fundadores de uma genealogia singular. A seu modo “mineirês”, os relatos de Maria revelam o percurso afirmativo de porta-vozes de uma família, que se reinventa quando fala de si e entre si.

A sua expressão de memória oral extrapola o padrão normativo da língua portuguesa e evidencia uma singularidade na linguagem ao descrever o seu cotidiano modesto nas veredas e encruzilhadas da roça, que sintetiza o Brasil. Assim sendo, a protagonista, expõe um repertório de inusitadas significâncias, sugerindo construções poéticas inundadas de múltiplos sentidos onde o *analfabetismo*¹⁹, ao invés de comprometer a sintaxe, oferece percepções originais diante do mundo. A construção criativa de Maria proporciona ao leitor um mundaréu próprio de palavras: *misgaiar, picuios, feijão pagão, sapaiada, empalamada, paina, cambetando, marroio, necas* e tantas outras. No trecho abaixo, nota-se algumas palavras que merecem atenção especial:

Lá na Fazenda Barreiro, quando morria gente nas fazendas de trás, o defunto passava em frente de casa dando tchauzinho com o pé, de tão mole que tava, porque antigamente não tinha caixão. Para dar conta de carregar o morto, amarravam o lençol em dois paus firmes que não morgavam de jeito maneira. Em cada trecho, uns dez homens revezavam, bebiam o defunto e até chegar no cemitério o morto já tinha subido. É tanta **mironga**²⁰...

¹⁸ A memória subterrânea é aquela que não faz parte da narrativa hegemônica promovida pelo Estado ou por grupos sociais dominantes. Sobre esse tópico, ver “Memória, esquecimento, silêncio”, de Michael Pollak, V. 2, n. 3, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf Acesso em: 06 de set. 2023.

¹⁹ Nas palavras de Gadotti (1995, p. 28 apud TEIXEIRA, R. N., 2016, p. 51) sobre o pensamento de Paulo Freire: “[...] o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo sem combater suas causas.”

²⁰ Ver “Palavra banto em Minas”, de Sônia Queiroz. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/xmznq/pdf/queiroz-9786580010035.pdf> Acesso em: 06 de set. 2023.

Muito a contragosto a mãe acompanhava o pai nos terreiros que tinha por perto; no Brejão, havia uma **maneduta** onde ficava o centro de terreiro. E a Dona Porcena também frequentava... A mãe dizia que ela recebia guias e nesse ponto ela ajudou muito a gente lá em casa, quando precisava de uma luz. Hoje se dá nome pra tudo, mas o pai era praticante do **Candombré**²¹, que a gente chamava centro de macumba.

Embora a casa da Helena e do Ormino tivesse mais pra lá que pra cá, continuava de pé, só não voava porque era de tijolo. Nem reboco tinha, a única da colônia com dois quartos, cozinha e o banheiro no matão. O curioso é que a cozinha era igual à da mãe no Brejão, não tinha pia, então se lavavam os cacos de louças no bacião com a água do ribeirão. A sujeira ia para o quintal, ficava uma **nhaca**²². Ô coisa boa a cama da prima feita de estaleiro de pau e colchão com palha de milho, bem maciazinha, não dava vontade de levantar.

A narração latente de Maria, repleta de desvios, permite leituras acentuadas pela “errância” de sua fala, como é o caso da palavra “Candombré²³”, reelaborada pela sua memória, correspondendo assim ao que a conterrânea mineira, a filósofa Lélia Gonzalez denomina como o “pretuguês”:

Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse “r” no lugar do “l”, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o “l” inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, 1984, p. 238).

²¹ Candomblé é o nome dado na Bahia às cerimônias africanas. Ele representa, para seus adeptos, as tradições dos antepassados vindos para o Brasil. Sobre esse tópico, ver “Notas sobre o Culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos”, de Pierre Verger.

²² O termo “nhaca”, de origem banto “Nyaka ou “Yaka”, é o nome de uma ilha em Moçambique, onde vivem até hoje os povos Nhaca, um povo Ban. No Brasil-Colônia a palavra assumiu uma conotação racista por associar o odor do africano recém-chegado nos navios ao mau-cheiro. Outros estudiosos dizem que a gênese dessa palavra está na língua tupi: ‘yákwa’, significando “que exala odor”. Ver “Etimologia, sociedade, desconhecimento e preconceito”, de Ana Lúcia Gosling. Disponível em: <http://artecult.com/etimologia-sociedade-desconhecimento-e-preconceito/> Acesso em: 06 de set. 2023.

²³ A terminologia “candomblé” provém da fusão de duas palavras de origens distintas: *Candombe* (de origem bantu) e *ilé* (de origem yorubá). Ver “Roger Bastide e a Identidade Nagocêntrica”, de Arilson de Oliveira. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/88732/91628/126128> Acesso em: 11 de set. 2023.

E na conversa entre Maria e sua irmã Fátima, a narradora enfatiza o valor de sua vivência em relação ao que lhe foi subtraído na escola:

Maria

— Um sábado você chegou carregadinha de sacola na casa da mãe, com tudo dentro: roupa, pano de prato, roupa de cama, sapato tem-dó e calcinha de algodão. Você se expressava esquisito, lembra?

Fátima

— Maria, onde já se viu vocês falarem “memo”, “ocê”, “oia”, “peixe”?

Maria

— Na época eu pensei cá comigo: “A Fate aprendeu a falar!”
Você pronunciava tudo bonito: “mesmo”, “você”, “olha”, “peixe”. Nessas partes eu sinto muito não ter estudado, passou despercebido, e o estudo é uma cultura que ninguém te rouba. Só que a cultura maior é a vida, e essa eu tenho de punhado. Posso não ter a sabedoria da letra, mas a da matéria escorre pelos dedos...

Destacamos um trecho de sua narrativa, em que Maria, de forma compensatória, reafirma a riqueza de sua vivência, que “escorre pelos dedos”, denotando os saberes adquiridos ao longo de uma vida. Em sua narrativa, Maria dá a entender que o seu linguajar próprio é tão legítimo quanto o de sua irmã, que ao visitar a família na roça demonstrou maior facilidade em assimilar a pronúncia correta das palavras, nos moldes da norma culta. A narradora não se diminui perante o português correto, ainda que reconhecendo a importância do estudo, e partilha os seus saberes com a irmã.

A dificuldade de manutenção do vínculo entre a escola e as crianças que crescem nas circunscrita na lógica de dominação do outro, ou seja, na lógica do poder do fazendeiro, proprietário de terras, que mantém a família negra dentro de uma mentalidade colonial de submissão e exploração. Nessa dinâmica, a terra funciona como um instrumento intermediário de barganha para a sobrevivência dos empregados. Afinal, se não se come, não se vive. Conforme assinala o filósofo Frantz Fanon: “O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado” (FANON, 1968, p. 28). Assim, Maria estabelece um diálogo com o pensador Frantz Fanon, ao narrar a sua experiência no campo:

A nossa maior perturbação na roça é a fome, a falta de tudo, tudo mesmo... Nas casas de colônia das fazendas de Minas, a miséria batia na porta. Entretemos a morte o tempo todo. Ela enrabichava atrás de nós, por sorte que a gente a distraía, e cinco dos nossos tios não sobreviveram à labuta na terra dos Almeida, se enforcaram na mata ainda prematuros. Não receberam o chamado divino, partiram por conta própria. Descontando os parentes que viviam mortos de pé.

E o pensador ilumina a narrativa de Maria ao lançar, em seu livro *Condenados da Terra*, um olhar para o sobrevivente da terra: "Para a população colonizada o valor mais essencial, por ser o mais concreto, é em primeiro lugar a terra, a terra que deve assegurar o pão e, evidentemente, a dignidade. Mas a dignidade nada tem que ver com a dignidade da 'pessoa humana'" (FANON, 1968, p. 33).

O latifundiário, ao "ceder" a casa para a família morar, dissimula o mecanismo de dominação, exigindo em troca alta produtividade no cultivo do café, que os moradores trabalhadores devem oferecer mesmo em condições miseráveis de trabalho. Em sua perambulação nas plantações de café, a narradora foi colecionando estratégias de sobrevivência, conscientes e não-conscientes que permeiam seu discurso sobre a ordem social imposta pelo latifundiário:

Morávamos em uma das trinta casas de colônia da Fazenda do Brejão, e os irmãos trabalhavam juntos. Eu dormia de roupa e tudo para suportar o frio; levantei ligeiro, coloquei o vestido por cima da calça, peguei o chapéu, amarrei um pano e pus o tem-dó.

Outro trecho interessante para a reflexão sobre a educação dos colonos no contexto social do campo diz respeito à continuidade da criança na escola, e em particular da vivência de Maria:

Sabe que a primeira vez que fui estudar tinha oito anos de idade, e um bloqueio: sentava na carteira e sabia tudo, mas, se a professora chamava na lousa, esquecia tudo. A escola era fora da Fazenda do Brejão, longe demais, como se fosse da Fazenda do Córrego das Pedras até a represa do Bortolan, e eu tinha que ir a pé...

Eu fiquei três anos na segunda série com autoestima baixa, e toda vez que ia ler e escrever a minha vista embaçava, fazia força para ler, caíam lágrimas na folha. Errava muito, apagava e rasgava o papel do caderno.

No relato acima, Maria, situa a sua condição de criança numa escola rural fora da Fazenda do Brejão, lugar onde sua família vivia e trabalhava. E ao mencionar o seu bloqueio em relação ao estudo, pensamos, inevitavelmente, no abandono dessa criança, que, sem o devido acolhimento por parte da professora, passa três anos sem compreender as próprias dificuldades para passar para a segunda série.

Nesse ambiente rural, a professora reproduz, de certo modo, a ausência do Estado, ao não proporcionar o instrumental necessário para a alfabetização infantil dos filhos dos colonos, que em geral interrompiam os estudos por falta de incentivo e pela disparidade social. A postura omissa da professora nesse processo educacional contrapõe-se ao enunciado da “Pedagogia do Oprimido”, elaborada pelo professor Paulo Freire, que busca em seu livro homônimo “compreender as formas de ser e comportar-se dos oprimidos, que refletem em momentos diversos, a estrutura da dominação” (FREIRE, 1974, p. 31). A estatura social de Maria, uma criança, negra e vulnerável, submetida à autoridade da professora, não lhe proporciona uma “segunda chance” para se alfabetizar.

A professora ao invés de me ajudar, enviou um bilhete para o pai, pedindo para ele me levar num médico de vista. Só que entregou o aviso para o Zezinho, filho do administrador da fazenda. Não prestou...

Nessa lúcida e concisa narrativa, Maria ressalta a atitude arbitrária da professora, que, ao descartar o diálogo entre pai e filha, transfere para as mãos do filho do administrador da fazenda o poder de influenciar no destino da aluna, interferindo diretamente sobre seu futuro. Afinal, Juvenal, pai de Maria, na sua condição de também “analfabeto”, jamais leria o referido bilhete, recebendo da boca do administrador da fazenda a sentença para sua filha. A professora comporta-se como uma “intermediária do poder” para empregar “uma linguagem de pura violência”, na concepção de Fanon. Essa atitude transforma Maria, como ela mesma descreve, numa “espécie de máquina”, com a vida exposta, dali em diante, à intensa

exploração do trabalho infantil no cafezal. “O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação” (FANON, 1968, p. 28).

Pisei em casa, o pai, com o olho arregalado, falou:

— As guias de café você enxerga muito bem.

No outro dia, me tirou da escola, fui para a roça e virei “homem de verdade”; apanhava café por cinco marmanjos por não conseguir desembaraçar a palavra dentro de mim.

Em sua fala assertiva, Maria identifica a mudança precoce em sua vida de criança, quando é praticamente expulsa da escola para virar “homem de verdade” na roça. Nessa observação, ela própria se destitui de sua condição de mulher.

No transcorrer das entrevistas, Maria se apropria cada vez mais de sua narrativa, articulando seu raciocínio de forma abrangente na medida em que dialoga com sua irmã Fátima sobre a “culpa” do pai na saída de ambas da escola. Maria hoje relativiza o fato:

Fátima

— Eu tenho essa bronca do pai ter tirado a gente da escola.

Maria

— Tem fundamento, mas o Juvenal nem na escola pisou, escrevia o nome com o dedão e tinta. A vida bateu bem nele...

A partir dessa conversa entre as duas irmãs, percebe-se uma discussão importante: a fala de Fátima denota ressentimento em relação ao pai, por ele ter rompido o vínculo dos filhos com a escola; Maria concorda, mas pondera, afirmando que o pai “nem na escola pisou”. Com essa reflexão, Maria reconhece a atitude de seu pai, Juvenal, mas não atribui o erro completamente a ele. Nota-se nessas entrelinhas que Maria busca compreender o lugar social dessa família, reconhecendo que a “vida bateu bem nele...” A partir desse diálogo direto, curto e pleno de significância, rememoro um ensaio de Carolina Maria de Jesus, conhecido como *O Sócrates africano*. Nesse texto a autora fala da convivência com o seu avô Benedito José da Silva, e com imenso orgulho o descreve:

E queria ficar perto do vovô para ouvi-lo falar.

Os homens ricos iam visitá-los, e ficavam horas e horas ouvindo-o. E saiam dizendo: – foi uma pena não educar este homem. Se ele soubesse ler, ele seria o homem. Que preto inteligente. Se este homem soubesse ler poderia se o nosso Sócrates africano (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 191).

A análise de Maria sobre o episódio conflitante da escola transcende o fato em si e se potencializa nas entrelinhas de sua fala, no interdito de sua expressão: “Não consegui desembaraçar a palavra dentro de mim”.

4.1.2 Partos e abortos

A escolha do poema *É Amor*, de Maya Angelou, como epígrafe do primeiro capítulo desta dissertação só reafirma o quão potente é a narrativa de Maria quando descreve o parto de sua mãe, Dona Olinta:

O contentamento que tive na minha infância foi a chegada da minha irmã, a Fate. No dia do seu nascimento não deu tempo nem de chamar a parteira. A mãe, colhendo arroz na Fazenda do Brejão, começou a regar a terra com água morna, se ajeitou no arrozal, agachou e fez com as mãos o próprio parto. Forrou o balaio com mato seco, cobriu a Fátima com o cisco do arroz e lambeu a cria.

O parto natural de Aparecida de Fátima, assistido pela irmã Maria, representa um autêntico festejo de linguagem pela natureza barroca da narrativa, plena de contornos, não-ditos e imagens comoventes.

Ao começar a sua fala pela palavra “contentamento”, a narradora enuncia o encontro com sua irmã com extrema afeição, realçando que o primeiro contato de ambas se dá ali em meio ao arrozal. A imagem com que Maria nos contempla apresenta a mãe, Olinta, entregue plenamente à natureza de seu corpo e ao seu instinto fêmea, ritualizando o protagonismo da nascença de sua filha na condição ativa de mulher senhora do próprio parto.

Vale destacar que, nos murmúrios de Olinta, a filha Maria atesta a potência de sua mãe no ato de parir. O gesto afetivo da mãe para com a filha, que Maria descreve como o ato de “lamber a cria”, é visto, na medicina ocidental, como

“impregnados de opiáceos”²⁴, substâncias que induzem a um estado de dependência. Segundo os estudos apontam, esse “olho no olho” é o que caracteriza o vínculo do relacionamento entre humanos, e que nas palavras de Maria ganham uma lúdica conotação: “A mãe romântica zelava pelos filhos igual coruja gabando o toco.”

E a pergunta que não sai da cabeça é de onde vem afinal a sabedoria em parir uma criança sem parteira? Da convivência com outras parteiras? Nota-se que nesse ato de parir, assistido pela filha, há uma transmissão de um saber, não estritamente do ponto de vista da expressão oral, mas sim da vivência em si.

Através de outros dizeres de Maria, deduz-se que o colo de sua mãe será o dela. O curioso é que o que não está dito no discurso de Maria, e suscita inúmeras interpretações tais como, quem cortou o cordão umbilical? O que fizeram com a placenta? A dimensão simbólica de um parto, no que diz respeito tanto a dor física quanto ao êxtase da gestação, nos remete a um poema de Maya Angelou que espelha a narrativa de Maria, tratando a vida como “uma provação”:

Parteiras e lençóis enrolados
sabem que parir é difícil
que morrer é cruel
e que viver é uma provação ali no meio

Por que nós fazemos essa jornada,
murmurando
como rumores entre as estrelas
Há alguma dimensão perdida?
Seria o amor?
(ANGELOU, 2020, p. 242)

Durante as múltiplas entrevistas realizadas com a *narradora plena*, o parto e o aborto surgiram como temas recorrentes e relevantes de sua história de vida. Essas temáticas possibilitaram uma abordagem abrangente dos eventos relatados, que vão desde a vivência de sua mãe Olinta como mulher e dona de seu corpo, até a sua própria experiência materna, quando descreve o nascimento de sua filha Marlene.

²⁴ Ver “Reflexões sobre o resgate do parto natural na era da tecnologia”, de Petronila Libana Cechin. Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/reben/a/SN9J6x5bDRtCXJQZQtCLKd/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 11 de set. 2023.

A jornada do nascimento de Marlene, a primogênita de Maria, foi completamente oposta à vivência dos partos de sua mãe Olinta:

Na segunda noite no hospital Santa Lucia, a enfermeira entrou no quarto, debruçou por cima do barrigão. Eu pensava, pai eterno o que essa moça tá pensando da vida, vai nos matar. O obstetra entrou, jogou a enfermeira pro lado e gritou:

— Seus urubus!

Se não dá conta do serviço, chama o médico!

Quando ocorreu o primeiro parto de Maria, ela morava na Fazenda Água Limpa, no estado de São Paulo. Durante toda a sua gestação não houve um único acompanhamento médico do tipo pré-natal - segundo a narradora, o “tempo de nascença voou que nem cometa”, e assim passaram duas semanas a mais do tempo de parto esperado para o nascimento de Marlene. Após perceber que algo havia acontecido, Maria, se deslocou com o Jair, seu marido, para a cidade de Poços de Caldas. A distância da fazenda até o hospital mais próximo era de cerca de vinte e seis quilômetros, em estrada de terra, perfazendo um percurso de mais ou menos uma hora. A narradora deu entrada no hospital, e ainda esperou dois dias para que os médicos iniciassem o seu trabalho de parto. Ao contrário de Olinta, o corpo de Maria ficou em condição “passiva”:

O Dr. Megale pegou tipo uma tesoura, que mais tarde descobri que era o fórceps, abriu a vagina no máximo, enfiou aquele troço devagarzinho e me rasgou feito couro velho.

O livre arbítrio tanto das enfermeiras quanto do médico exerceu no corpo dessa mulher negra uma série de abusos “legitimados” pela medicina. Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS, esse gesto da enfermeira que “debruçou por cima do barrigão” é classificado como a *manobra de Kristeller*²⁵, “uma técnica agressiva, que consiste em pressionar a parte superior do útero para acelerar a

²⁵ Ver “Manobra de Kristeller: uma violência obstétrica”, de Ketre Manos Nascimento et al. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/27710> Acesso em: 11 de set. 2023.

saída do bebê, o que pode causar lesões graves.” A manobra é entendida como *violência obstétrica*²⁶. E Maria nos conta mais:

Gritei!

Minha filha não chorou, nasceu sem atitude. Eu não queria perder o amor recém-chegado. Essa dor eu conhecia, lembrei do sentimento que a mãe ficou quando perdeu os cinco filhos, José Vitor, Maria Aparecida, Francisco, e dois outros que não tiveram tempo de receber nome.

Como a Fazenda Água Limpa ficava longe da cidade, trouxe um par de roupas para minha filha, mas não sabia se ela iria usar... A enfermeira colocou a neném embrulhada no cueiro, dei de mamar e notei um sinal de ferro na sua cabeça, do fórceps que o doutor enfiou e machucou nós duas. A alta veio no dia seguinte, voltamos para casa na fazenda, e a mãe não me saía do pensamento; quem iria preparar os meus banhos com as raízes que o pai catava pra ela? O Jair tinha outras sabedorias, mas o conhecimento das ervas, só o meu pai.

Ao traçarmos uma análise dos dois partos narrados por Maria das Graças, o de sua mãe e o dela, observamos o quanto a sua vivência foi traumática e seu corpo foi condicionado dentro de uma lógica de dominação do outro, encarnado pela enfermeira e pelo médico que ditam as regras do que se pode ou não fazer sobre mãe e filhos na hora do nascimento. Estudos recentes apresentam conclusões estarrecedoras da violência obstétrica praticada “livremente” sobre o corpo da mulher negra. O objetivo desta breve análise é identificar na *memória de expressão oral*²⁷ de Maria passagens marcantes de sua caminhada, como o seu parto e o de Olinta. A jornada de *parturição* do corpo negro da narradora, onde nem os murmúrios eram “autorizados”, é marcada pela violência, solidão e invisibilidade, assim como ocorre desde o período colonial: “A memória não esquece das contrações que vinham pela madrugada no hospital, escondia a dor da enfermeira para não dar trabalho.”

²⁶ A expressão “violência obstétrica”, de acordo com Tesser et al (2015), é utilizada para descrever diferentes formas de violência durante a prática obstétrica profissional. Agrupa, portanto, maus tratos físico, psicológico e verbal, assim como procedimentos desnecessários e danosos como a episiotomia, restrição ao leito no pré-parto, clister, tricotomia, ocitocina de rotina, ausência de acompanhante e a rotineira manobra de Kristeller.

²⁷ “A memória de expressão oral se manifesta, nesse caso, por diálogos planejados e gravados na chave da história oral” (MEIHY; LEANDRO, 2021, p. 61).

Nas intempéries da natureza, a mãe de Maria paria os filhos no terreiro de café, arrozal, ou debulhando o milho, na roça e entre inúmeras viradas de lua. Olinta, no seu lugar de mulher da “roça”, tinha a liberdade e o direito pleno de gerar sua prole sem intervenções, uma vez que o seu acompanhamento gestacional vinha dos saberes adquiridos de suas parteiras, e de sua experiência própria quando a primeira faltava. No primor das narrativas de Maria, ela expõe a outra face do parto de sua mãe:

Mulher fértil, a mãe.

De ano em ano paria, criou mais de uma dúzia de filhos, vingou doze, nasciam onde dava, teve uma vez que o tempo falhou. Deu à luz na minha frente, debulhando o feijão, espirrou aquela água nas minhas pernas, ela só sentou e olhou para mim sem graça. Sem tempo de acudir, gritei ao pai. A parteira chegou, abriu suas pernas, a criança não saiu e aí a coisa enroscou, pois nem lençol tinha para cobrir. Corre daqui e dali para conseguir um caminhão-jardineira para levá-la ao hospital. Só deu tempo da curetagem. Amuado, o pai contou que a criança de sete meses nem chorou.

O segundo aborto da mãe foi no terreiro de café.

A narrativa crua de Maria desvela que nos dois partos de sua mãe, sobretudo o primeiro, rico de detalhes - por vezes, imprecisos - “a coisa enroscou”. Talvez porque o bebê já estivesse em situação delicada tanto pela demora da parteira quanto pela dificuldade de se conseguir, a tempo, um caminhão-jardineira, o que pode ter levado a criança a óbito. Nessa entrevista, Maria não situa o local da fazenda e qual o hospital mais próximo em que se realiza a “tal da curetagem”. Nas inúmeras possibilidades de leituras e interpretações desse fato, talvez, se Olinta tivesse sido acompanhada de um pré-natal, talvez a morte da criança pudesse ser evitada diante do embaraço do tempo.

E mesmo com a dor do luto ao perder um filho, Olinta encontrava cumplicidade com Juvenal, seu marido, que, segundo a *narradora plena*, achava o pai digno:

Toda vez que a mãe ficava grávida, o pai caminhava pelos matos atrás de rama e erva para preparar a remediada pra mãe. Tinha os nenéns, o pai fervia as raízes nos caldeirões e a banhava. Só ele sabia a planta certa,

uma ciência danada. Ainda por cima, tomava pinga com arruda para cicatrizar as feridas do parto. Naquela vez do aborto, a mãe ficou quarenta e um dias de resguardo, como se a criança tivesse viva. Não podia pegar resfriado, tomar vento, senão estuporava, virava a cara para trás, tipo uma paralisia de sair do quente para o frio, falava assim:

Nossa, ela estuporou!

Ela recaía...

E tinha doença de papo, que hoje é tireoide, dando a sensação de dois pescoços, a minha irmã Maria Aparecida, antes de morrer, sofria disso. E da moda do outro, se tivesse gerando filho aleijado, nascia aleijado, se tivesse gerando duas crianças emendadas, nascia emendada, porque não havia acompanhamento médico. A cada filho que nascia o pai fazia um ritual, a única vez que ele sabia cuidar da gente. Até frango com sopa de farinha de milho ele fazia.

O que de fato sobressai nesta passagem de Maria é o vestígio de um saber dos antepassados de seu pai, que detinha, em suas palavras, “uma ciência danada”, ou seja, um conhecimento profundo de ramas e ervas no pós-parto e resguardo de sua mãe. Mesmo com o pesar da morte desse filho, Juvenal e Olinta mantiveram o ritual do resguardo no período de quarenta e um dias de luto.

O ato de separar ramas e ervas é provavelmente um conhecimento adquirido de seu pai, ou do pai do seu pai, a saber... O que pretende-se analisar aqui são os indícios dessa cultura passada de geração a geração, manifestados por exemplo no banho de assento de Olinta para a cicatrização do parto. Nas várias entrevistas, Maria não conseguiu precisar exatamente quais seriam os nomes das ervas e ramas, mas um detalhe em especial chamou a atenção: “Ainda por cima, tomava pinga com arruda para cicatrizar as feridas do parto”. Há várias versões sobre o uso medicinal do chá de pinga com arruda, e com base nos relatos dela é possível estabelecer duas aproximações com as técnicas utilizadas pelas parteiras Tupinikim. Nesta etnia indígena, é comum o resguardo ao parto pelo período de trinta e quatro dias; guardadas as diferenças temporais, existe toda uma simbologia similar do que se deve ou não fazer.

Outro aspecto considerável sobre essa ancestralidade indígena é que a comida que Juvenal preparava para Olinta durante o parto assemelha-se àquela preparada pela etnia Tupinikim no pós-parto das mulheres da aldeia.

Na receita de Juvenal, prepara-se uma sopa de frango com milho, e entre os Tupinikim a família toma a "sopa branca de galinha (pirão), ou seja, caldo de galinha com farinha de mandioca, com bastante pimenta do reino, temperado apenas com alho e sal" (OLIVEIRA, 2014, p. 35), cujo intuito principal é garantir a plena recuperação da mulher.

Na rotina do pós-parto de Olinta, o chá de pinga preparado por Juvenal tinha a função de ajudar na cicatrização do parto. Na cultura indígena Tupinikim²⁸, por outro lado, este mesmo chá é utilizado para combater os males quando se quebra o resguardo, servindo para evitar o inchaço da barriga, a diarreia e até a morte.

De todos os filhos paridos e partidos de Olinta, com exceção do último, apenas o Pedrinho nasceu no hospital, pois todos os outros nasceram de parto natural em casa. Maria e Fátima, filhas de Olinta, tem duas versões das causas da morte da mãe:

Fátima

— Ô, Dhia!

Sabe que eu fico me questionando se foram os abortos ou partos lá pro meio do mato que provocou o câncer da mãe...

Maria

— Acho que foram uma sucessão de coisas malcuidadas.

Fátima

— O câncer de mama e útero é que matou a mãe. Tomou conta, depois ela tirou o seio...

4.1.3 Congregando o Candomblé

No andamento da pesquisa de campo, a cada encontro me surpreendia com a memória da *narradora plena*, Maria das Graças, cuja profusão de detalhes nos relatos compõe uma história de vida pujante. A narradora raramente titubeia frente aos estímulos provocados pelas entrevistas, desde a primeira até a última, e em muitas delas acompanhada de sua *rede de colaboradores*²⁹. O espaçamento da

²⁸ Ver "Saberes e Práticas das Parteiras Tupinikim", de Vilma Benedito de Oliveira. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10812/1/2014_VilmaBeneditodeOliveira.pdf Acesso em: 11 de set. 2023. Ver ainda "Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras", de Kelly Diogo de Lima, Camila Pimentel e Tereza Maciel Lyra. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26suppl3/4909-4918/> Acesso em: 11 de set. 2023.

²⁹ "As redes devem ser sempre plurais porque nas diferenças internas aos diversos grupos residem disputas ou marcas alternativas que justificam comportamento no interior de um mesmo plano organizativo" (MEIHY; LEANDRO, 2021, p. 101).

primeira à terceira entrevista possibilita-nos tirar algumas reflexões acerca das lembranças que a sua memória “escondeu, apagou, ou talvez esqueceu” de contar...

A primeira entrevista em questão aconteceu na casa de Maria (2019) junto à sua rede, a irmã Fátima, em Poços de Caldas; a segunda foi em São Sebastião da Gramma, estado de São Paulo, na casa de sua tia Manoela de Jesus Domingues, conhecida como Lita, e na presença de sua irmã Fátima. Para completar o ciclo dessas três primeiras entrevistas que pretendemos analisar, destaco que a terceira entrevista ocorreu em Poços de Caldas, na casa do irmão de Maria, conhecido como João Donizetti Domingos, e foi também acompanhada de sua irmã Fátima. Nas duas primeiras entrevistas, convém assinalar que nem a narradora tampouco suas colaboradoras Manoela e Fátima mencionaram qualquer palavra ou fato que pudessem ser associados à cultura da família negra, como por exemplo as palavras relacionadas à religiosidade como macumba, macumbeiro, terreiro e afins, que não constavam desses primeiros relatos familiares.

Nas primeiras abordagens, apesar das expectativas geradas pelos estímulos lançados pelo método da história oral, não houve nenhuma alusão sequer a signos que remetessem ao universo matricial africano.

“Entenda-se estímulos como um conjunto amplo de questões que se abrem para que o colaborador exerça seu papel de narrador, dono da própria história”. (MEIHY; LEANDRO, 2021, p. 63).

Partindo do pressuposto que a memória individual é seletiva, constatamos que a narradora Maria não faz, a princípio, qualquer menção à tradição da cultura negra no que refere-se à religiosidade de sua família. Alusões aos traços de uma possível ancestralidade desse tipo são feitas de maneira superficial nos primeiros encontros. Se considerarmos a dinâmica da memória em relação aos bloqueios ocasionados pelos preconceitos raciais sofridos pela família Domingos/Domingues, repara-se ao longo dos encontros com a *narradora plena* e seus colaboradores. Talvez haja nas narrativas de Maria uma estratégia pessoal de regular a memória, e no confronto entre ela e seus irmãos soa quase como uma auto-censura, resultante de um processo de apagamento que encontra raízes na *violência doméstica*³⁰ a qual

³⁰ “O termo violência doméstica contra crianças e adolescentes é todo ato e/ou omissão praticado por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que – sendo capaz de causar

foram submetidos. Na medida em que a narradora expõe lacunas de seu pensamento, o caráter prospectivo da memória se impõe, e Maria passa a reconhecer, sem filtros, as manifestações de beleza na perambulação da família, sejam nos ritos cotidianos, nas estratégias de sobrevivência como na própria afirmação de sua linguagem.

Os vínculos entre memória e oralidade, na compreensão de Meihy, correspondem à afirmação da subjetividade que é priorizada pela dissertação, que incorpora indícios de parcialidade e seletividade comuns neste processo: “É exatamente pela combinação das escolhas de narrativas em contraste com o esquecimento (e com o apagamento, distorção, deformações) que se justifica a subjetividade buscada pela história oral.”

É plausível que nas duas primeiras sondagens, a narradora não se sentisse ainda segura ou confortável o suficiente para revisitar sua cultura de ascendência negra. Na terceira entrevista, contudo, desta vez com a presença de seus irmãos João e Fátima, Maria enfim concede as primeiras manifestações de palavras que podem se associar à cultura negra, e que ao longo do trabalho ganha corpo:

Ô João, e aquela história que o pai amansava cavalo com macumba?

Um dia desses a Fate veio com uma conversa meio estranha pro meu lado, dizendo que o pai amansava os cavalos com macumba para domar os bichos, tem fundamento isso?

Toda vez a Fátima confunde macumba com o toquinho de Jurema...

A nossa irmã sempre foi medrosa, se ouvisse um assobio já virava um corisco dentro de casa. E um dia o pai chegou com um senhor que morava na cidade sabe-se lá como eles se conheceram. Esse senhor saía lá da cidade para fazer uns encontro de passe lá na casa da mãe, só não tô recordando o nome dele, e aconteceu por vezes os ajuntamentos lá em casa e daí vinha a cantoria:

“O pai Jacó...

“O toquinho de jurema tem dois castiçais
tem três menininhos juntando juremais”

dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma ‘coisificação’ da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p. 36).

Esse trecho nunca saiu da cabeça, quem sabe mais dessa história do ajuntamento lá em casa é o Hélio.

Neste trecho da conversa, o termo “macumba” dito por Fátima ao irmão aflora pela primeira vez e de forma casual, ao associar o estilo do pai de domar cavalos a um rito de origem africana. Daí em diante, desmistifica-se o tabu entre os irmãos convertidos, que passam a revelar outras conexões da família, sobretudo do pai Juvenal, com essas práticas de terreiros. Nesse diálogo é importante salientar que esse homem viveu mais de cinquenta anos na roça, trabalhando sobretudo nas plantações de café, e também com batata. É notório perceber que quando a palavra macumba desponta no contexto rural, inevitavelmente pensamos no artigo *Roger Bastide e a Identidade Nagocêntrica* de Arilson S. de Oliveira, onde o sociólogo discorre sobre a prática da macumba em regiões interioranas:

“No caso das macumbas rurais, estas teriam resultado da dispersão do negro na estrutura social agrária brasileira onde, pela falta de grupos estruturados, a memória coletiva não pôde funcionar, ocasionando a perda de rituais e a absorção da influência da cultura cabocla. Nestas condições, o culto se desenvolveu ao redor de certos indivíduos macumbeiros, curadores, benzedores e médiuns” (OLIVEIRA, 2008, p. 91).

No diálogo entre os irmãos, mesmo que a *memória coletiva* esteja estilhaçada, ainda assim, segundo o pensador Maurice Halbwachs (1968), as “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros.”

E outras recordações vão surgindo, como na situação em que João, irmão de Maria, vence o pudor e se sente à vontade para narrar um transe experimentado com os Caiapós:

Chegou o treze de maio, dia de São Benedito, feriado em Poços de Caldas. Saímos da mata, e na fonte dos Amores vinham umas mulheres pretas de saias de rendas brancas, com uns pretos elegantes com capa de gorgorão azul, espadas e coroas.

Fiquei arrepiado com o encontro dos Caiapós com as Congadas, só tinha preto!

Os negros moçambiques chacoalhavam as pulseiras do calcanhar e do topo da Rua São Paulo começou a procissão na capela de São Benedito.

Cheguei em casa de madrugada, hora de desfazer da coroa e do manto, bateu a tristeza da vivência e os ensinamentos dos Caiapós.

Fui tomar banho, tirei a coroa e o manto de pena, por último o saião de capim, cortei o cipó amarrado na cintura com o dente. A veste ficou do lado de fora do banheiro. Liguei o registro do chuveiro, comecei a passar o sabonete nos braços e nascia pena, penaa, penaaa, penaaaa, penaaaaa... Onde eu passava a mão, nasciam mais pena... Desliguei o chuveiro, desembacei o espelho e tinha pena da cabeça aos pés.

No desenrolar do trabalho, percebemos que a rede de colaboradores escolhida por Maria foi essencial tanto para o resultado da pesquisa como para o destravar de sua memória no que diz respeito às inibições de ordem moral ou dogmáticas que moldaram suas lembranças, afastando a família de sua herança africana.

Na medida em que Maria vai se apropriando da sua história, explicita-se no processo uma afinidade com uma premissa da história oral: “deve-se oferecer a chance de condução argumentativa para o convidado, que, cada vez mais, pode ser protagonista da própria narrativa” (MEIHY; LEANDRO, 2021, p. 63).

Verificamos que neste procedimento intensamente colaborativo, em que os irmãos partilham experiências pessoais, os informantes se sentiram autorizados a falar de tudo:

Eu queria sarar sem envolver o nome de Deus na minha vida. Na verdade, não queria a libertação pra não ter que virar crente de jeito maneira. Nisso, o médico entra para dar a última injeção e desligar os aparelhos.

Abrir os olhos, o Dr. Osvaldo, se espantou. O enfermeiro, José Maria, acendeu a lanterna e mirou nas pupilas:

— Você está aí irmão, sarou?

— Sarei!

Pasmo, o Dr. Osvaldo pediu para o José Maria desamarrar os meus pés e mãos. A coluna despregou da cama, sentei, estiquei as pernas, pus o pé no

chão e deu um estalo. Andei devagar com o soro no braço, abri a porta do banheiro, ajoelhei e chorei de soluçar:

— Senhor, eu nunca mais coloco uma gota de pinga na boca.

Ao descrever o transe no ritual dos Caiapós, o colaborador João, no descuido da memória deixa escapar que “queria sarar sem envolver o nome de Deus na minha vida. Na verdade não queria a libertação pra não ter que virar crente de jeito maneira.” No seu meticuloso relato, lemos nas entrelinhas que, embora João tenha entrado em transe pela alta ingestão de bebida alcoólica ao mesmo tempo, ele vinculou seu estado de “coma” à recusa em não aceitar a palavra de Deus.

No momento em que o irmão Homero, homem convertido na *Congregação Cristã do Brasil*³¹, entra no seu quarto para “libertar o irmão”, envolve-se a palavra de Deus, e quase sem saída, João, numa súplica da volta à vida, vai ao banheiro, ajoelha-se e soluça de choro: “Senhor, eu nunca mais coloco uma gota de pinga na boca”. Tempos depois João Donizetti Domingos se converte também à Congregação, religião de sua mãe, e de seus irmãos, Maria, Fátima, Homero, Maura e Pedro, e de toda a família que ingressou na Igreja Pentecostal quando migrou para a cidade.

As narrativas de Maria apontam, entretanto, para uma contradição relativa ao comportamento de seu pai Juvenal, que, segundo ela, seguiu o caminho de Olinta e também aderiu à Congregação Cristã, ao contrário do que diz sua irmã Fátima. Ao mesmo tempo em que narradora assegura a opção evangélica do pai, descreve como natural a vivência de seu pai, negro retinto no candomblé, como amansador de cavalos e cultuador de ervas medicinais. É quando a história oral nos presenteia com a matéria chamada memória que as pessoas se abrem aos paradoxos da vida, e ampliam a percepção da aventura humana.

A irmã Fátima, por sua vez, sustenta sua versão:

Fátima

— Na Congregação [a gente] se via obrigada a mostrar o que é uma irmã fiel, que não erra nunca, e dá exemplo. Desde os onze anos ia na sede da Igreja e, com a mãe, íamos na fazenda Capetinga. E o pai no futebol, baile,

³¹ Ver “O Protestantismo Pentecostal: um estudo sobre a Congregação Cristã no Brasil”, de Jezuino da Costa Soares. Disponível: <https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/JEZUINO-DA-COSTA-SOARES.pdf> Acesso em: 11 de set. 2023.

feita e na sanfona. Se tivesse seguido os ensinamentos dele talvez não tivesse convertido. Aliás, o pai só ia nessa Igreja pra vestir o terno de linho.

Maria

— Quando chegamos em Poços, nós não conhecíamos ninguém da Congregação. Só que a Fate, um dia estava na casa da irmã Maria Aparecida, e esse dia ela estava se preparando para batizar. E a minha irmã namorava o Davi, filho da Maria Aparecida. E com a nossa mãe Olinta, gostava muito de ir na Igreja, a Fate arrumou um jeito dela ir para o culto junto com a Maria Aparecida. E depois de tempos depois aceitou Jesus e passou pelas águas na Congregação Cristã. Daí que começou a jornada no Evangelho da minha mãe. Que começou o processo com a família inteira, e o meu pai batia cabeça, depois que se converteu.

No contraposição das falas entre as irmãs Fátima e Maria, o silêncio velado em torno das práticas do pai ao Candomblé e/ou na Umbanda é rompido no ato da verbalização de uma memória, que alinha novos vestígios que compõem o estado de espírito de Juvenal.

A menção do Candomblé no seio familiar volta à narrativa de Maria, ao contar uma frustrada experiência de seu marido, Jair, quando visita, em companhia de Juvenal, o primo Davi no terreiro do Bairro Cascatinha em Poços de Caldas:

O pai sempre foi fuçado com essa coisa de candomblé, e um dia ele inventou de levar o Jair no primo Davi da Cascatinha³². Só que o Jair achou que seria uma visita normal de parente. E como era quarta-feira, não acompanhei eles, e quando o Jair chegou lá no primo viu do que se tratava. Era dia de receber os guias do pai. O Jair chegou em casa cuspiendo marimbondo.

E no outro dia conversou sério com o pai:

— Ô Juvenal, eu respeito muito o senhor, mas não me chama mais para ir lá no Davi, que eu não gosto disso.

Nessa época o Jair era Católico Apostólico Romano, rezador de terço, não havia se convertido para a Congregação. Diferente do pai, ele não dava tiro para todo lado, não. E como o Juvenal sempre foi envolvido com essas coisas, o Jair deixou de acompanhar ele. E por causa disso, o pai cismou

³² Cascatinha é um bairro essencialmente negro da região central de Poços de Caldas.

com ele. E galo de briga você já viu, bastou olhar de rasto que tá pronto pra brigar. Daí o pai começou a desrespeitar ele, e como o Jair tinha recém conseguido um emprego nos Togni, saímos da casa do pai e fomos morar lá na Gama Cruz. E escuta para você ver, antes da gente sair com a mudança o pai vendeu a casa da Vila Cruz com a gente dentro. Ficamos no relento, sem eira nem beira...

A complexidade da vida religiosa familiar atravessou várias nuances, idas e vindas. Maria descreve que antes da conversão do marido, sua mãe Olinta frequentava o “terreiro” na fazenda junto com o seu pai Juvenal. Ela descreve:

Sabe que na vida eu queimei a língua umas par de vezes... Tem um fato que aconteceu comigo e com a minha mãe, a dona Olinta, lá na fazenda. Muito a contragosto a mãe acompanhava o pai nos terreiros que tinha por perto; no Brejão, havia uma maneduta onde ficava o centro de terreiro. E a dona Porcena, também frequentava... A mãe dizia que ela recebia guias e nesse ponto ela ajudou muito a gente lá em casa quando precisava de uma luz. Hoje se dá nome pra tudo, mas o pai era praticante do Candombré³³, que a gente chamava centro de macumba. O pai, sempre envolvido com isso, mas para essas coisas os olhos da mãe não brilhavam. Aliás a Olinta era uma pessoa desligada deste mundo de matéria e os raros momentos que a via com luz própria é quando se arrumava para ir no culto. Como ela deixou de acompanhar o pai lá no picadão do terreiro, ela me chamava para fazer companhia para ela no culto.

No vaivém das narrativas percebe-se como o silêncio tem voz e pode ser interpretado como um possível mecanismo de controle do poder dominante, conforme assinala o linguista Sidnei Nogueira:

Na sociedade do esquecimento e do apagamento, sobretudo de minorias e corpos pretos, mas também das próprias memórias e dos próprios corpos, é impensável a existência de uma religiosidade que retoma no tempo para se compreender e até para (re)existir (NOGUEIRA, 2020, p. 56).

As entrevistas que se desdobram a partir do terceiro encontro com a narradora Maria só reafirmam que toda a família tinha pleno conhecimento da

³³ Candomblé é o nome dado na Bahia às cerimônias africanas. Ele representa, para seus adeptos, as tradições dos antepassados vindos para o Brasil (VERGE, 2019, p. 24). Ver Notas sobre o Culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos.

vivência do pai, conforme relata o colaborador Hélio à irmã, com detalhes:

— Nossa, Hélio, durante tanto tempo só fomos nós três, eu, você e o Homero.

— Tempos bons né, Maria!

— Ô, se é...

Sabe que eu tô a dias para te perguntar uma coisa.

— Ô que?

Aqueles trabalhos que o pai fazia lá na fazenda.

— O que que tem?

Era uma coisa meio estranha, quase não vê mais essas coisas...

— Era um negócio de santo, tinha aquelas roupas com enfeite de santo.

Vela preta, vela vermelha.

— Cruz credo, arrepiei!

Você não deve lembrar, mas tinham uns homens que viviam lá em casa e umas par de vezes vi o pai tomado, esquisito, via que a prosa não era dele, tinha uns espíritos que eram alcoólicos e davam grito. Tinha que segurar umas pessoas...

— O pai bebia quando tava assim?

Ele no natural dele nunca vi ele tomar pinga nesses ajuntamentos tinham umas cinco, seis pessoas. Você não lembra?

Pouco...

— Sabe que a gente acompanhou muito tempo, mas não achava justo.

E o pai recebia uns espíritos que eram sempre acomodados, mas tinham os espíritos mal que baixavam. Quase todo mundo recebia. E como o sonho do pai era ser fiscal de fazenda, ele corria atrás dessas coisas para arrumar.

Essa outra versão dos “ajuntamentos” em sua casa de juventude aflorou em uma das últimas entrevistas com a *narradora plena* Maria, e a rede de colaboradores da pesquisa, os seus irmãos Hélio e Homero. Na reunião dos irmãos Domingos, Hélio, o primeiro filho de Juvenal com Olinta, contou com detalhes sobre as “estranhas” sessões que aconteciam com frequência na fazenda do Brejão e Diamante.

A despeito de não se tratar do objeto central da pesquisa, cabe indagar basicamente sobre alguns fatores que levaram à conversão de todos os filhos de Olinta à Congregação Cristã. E tentar fazer conexões com o sufocamento dessa tradição da qual não restou nenhum vestígio dos ritos. O babalorixá Sidnei Nogueira

de Xangô destaca a importância mítica dos terreiros como “espaços do sagrado negro” que representam *locus* enunciativos que operam na recomposição dos seres alterados pela violência colonial” (NOGUEIRA, 2020, p. 56).

Poderíamos ressaltar as inúmeras hipóteses sobre a intolerância religiosa, mas ao invés de aprofundar o assunto na dissertação optamos por suscitar novas discussões, contidas a rigor, na narrativa da conversão de Fátima:

Depois da separação, a vergonha virou minha companheira, como morava com o pai no Jardim Country, seus olhares de reprovação me definharam. E remói, depois de tanta luta, encontrei um homem que queria casar comigo, mas tinha o defeito do pai: mulherengo. Veio um sentimento de rejeição, trocada, senti a pior mulher da face da terra. Emagreci onze quilos, sai da casa do pai e mudei para o bairro da Santa Rosália. De emprego novo, consegui erguer a cabeça e passei a frequentar os cultos na Congregação Cristã.

A primeira separação de Aparecida de Fátima aconteceu cinco meses depois do casamento, quando ela e o marido moravam juntos com o seu pai Juvenal na casa do Jardim Country Club, em Poços de Caldas. Ao término do casamento, o ex-marido, Eduardo, foi embora e com a reprovação do seu pai, que não via com bons olhos o término do casamento, ela saiu de casa e foi morar em outro bairro, no Santa Rosália. É interessante entrever que a sua conversão se dá a partir de uma decepção amorosa.

Ao analisar atentamente o relato da colaboradora, podemos invocar novas reflexões de Lélia Gonzalez no que diz respeito a Igrejas protestantes:

“O negro evangélico”.

Esse negócio aqui é sério. De repente se percebe aquela velha história de busca, de saídas. Entendemos por que as pessoas se convertem etc. É uma busca de perspectiva. Entretanto, o que predomina nas diferentes denominações protestantes é justamente a negação da questão racial e um medo muito grande de colocar abertamente essa questão. Essas denominações foram criadas por quem? Por pastores americanos vindos do Sul dos Estados Unidos para cá. Só que não deu para fazer como aconteceu lá. Então aqui a negradinha fica por baixo, o que se reproduz é o esquemão da sociedade brasileira (GONZALEZ, 2018, p. 240).

Estabelecida a aproximação com o pensamento de Lélia, voltemos ao relato de Fátima, que admite, sem hesitações, os limites opressores da opção religiosa:

No dia do meu batizado, o Eduardo com a cara mais lavada do mundo bateu no portão de casa:

— Fátima volta comigo?

Respirei fundo...

Em comunhão com o Senhor, busquei uma palavra com Deus. Se falasse volta, voltava. Se dissesse que não, deixava para lá. E na crença limitante, reatei o casamento com o Eduardo e pago um preço alto por essa escolha.

No seu próprio relato, Fátima demonstra a noção de que a Igreja ocupa um espaço em sua vida que pode ser interpretado como um estado de alienação³⁴. Essa busca de identificação com os irmãos protestantes pode ser interpretada como um desespero, uma busca incessante para curar sua dor ocasionada pela separação de seu marido. Uma vez aceita como irmã da Igreja, ela narra outra vivência:

No convívio da Congregação, a minha cabeça estava lavadinha de ouvir os conselhos dos irmãos da Igreja. Tudo representava o capeta, ligava a televisão e diziam que o diabo saia de dentro dela (risos), sentia medo. Só que eu raciocinava, se Deus é amor porque ele castiga tanto, entendi que o castigo quem faz é a gente. Garrei uma irritação nos irmãozinhos que são certinhos da boca para fora.

Nesse tornar-se irmã da Igreja, haveria inconsciente uma “destituição de si”, ou de uma sua identidade negra que encontra respaldo no que Lélia Gonzalez diagnostica em sua construção do “negro evangélico”, cuja identidade negra sofre do preconceito disseminado pelos pentecostais:

“Crioulo vira protestante para chamar branco de irmão. Há uma necessidade de identificação com o branco de tal ordem, e essa identificação se faz, evidentemente via Jesus Cristo, via Evangelho, via Bíblia, faço está colocação com muita tranquilidade, porque também já passei por este processo (...)” (GONZALEZ, 2018, p. 242 e 243).

³⁴ “A desalienação dos negros: gostaríamos que eles sentissem que, toda vez que há incompreensão entre eles diante do branco, há ausência de discernimento” (FANON, 2008, p. 49).

A Congregação Cristã do Brasil é uma igreja fundada pelo Italiano conhecido como Louis Francescon, que chegou ao Brasil em 20 de abril de 1910, em Santo Antônio da Platina, Paraná. A contribuição de Fanon sobre a Igreja, mesmo tendo sido expressa em um contexto colonial, poderia se estender a esse relato:

“A igreja nas colônias é uma igreja de brancos, uma igreja de estrangeiros. Não chama o homem colonizado para a via de Deus mas para a via do Branco, a via do patrão, a via do opressor. E como sabemos, neste negócio são muitos os chamados e poucos os escolhidos” (FANON, 1968, p. 31).

Ao lembrar que ia com a mãe Olinta à Igreja, hoje com um maior distanciamento, Fátima tira suas próprias conclusões sobre o seu ato de conversão, revê sua escolha e se arrepende de não ouvir os ensinamentos do pai Juvenal:

Desde os onze anos ia na sede da Igreja e com a mãe, íamos na fazenda Capetinga. E o pai no futebol, baile, festa e na sanfona. Se tivesse seguido os ensinamentos dele, talvez não tivesse convertido.

Em sua revisão autocrítica da peregrinação dentro da Congregação, a colaboradora Fátima relaciona passado e presente com isenção, extraindo lições de vida.

Evidentemente que o pensamento de Lélia conceitua este fenômeno religioso calcada em sua própria vivência, mas da qual é possível, guardadas as proporções, estabelecer uma aproximação com a história de vida de Fátima, extensiva também a toda família. Tal reflexão, aliás, pode se aplicar a toda a família negra, “alienada”, conforme assinala Fanon, cujo anseio de identificação com o branco somente pode ser superada pela tomada ampla de consciência: “a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (FANON, 2008, p. 28).

A negação do Candomblé por parte da Congregação Cristã representa um processo de *violência simbólica*³⁵ que não é explicitada nas narrativas de Maria, Fátima e Hélio, sobretudo mascarando os motivos que levaram à conversão de toda a família. Historicamente, as religiões de matriz africana sempre foram vítimas de um

³⁵ Ver “A Dominação Masculina”, de Pierre Bourdieu. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1 Acesso em: 11 de set. 2023.

processo sistemático de apagamento no Brasil ao serem invariavelmente associadas às manifestações “simbólicas, de feitiçaria, do diabo”. A transmissão das práticas de herança africana sobreviveram apenas na figura do pai Juvenal, que nas entrelinhas dos relatos de Maria, e sobretudo na fala de Hélio liga essa participação aos rituais à busca objetiva de vantagens materiais:

Sabe que a gente acompanhou muito tempo, mas não achava justo.

E o pai recebia uns espíritos que estavam acomodados, mas tinham os espíritos mal que baixavam. Quase todo mundo recebia. E como o sonho do pai era ser fiscal de fazenda, ele corria atrás dessas coisas para arrumar isso.

Todos os encontros aconteceram nas fazendas do Brejão e no Diamante.

É intrigante observar que, na narrativa de Hélio, as pontuações do colaborador oscilam entre o julgamento moral, - “não achava justo” -, a excepcionalidade do pai - “recebia espíritos acomodados” - e um certo encantamento pelo privilégio de presenciar os rituais. Como não temos o relato do próprio Juvenal, as conclusões sobre os sentidos da experiência ficam abertas e suscetíveis às versões dos filhos.

Na encruzilhada de contradições, confluem as narrativas intermitentes dos irmãos, coadas, entretanto, pela retórica religiosa. Ao qualificar o pai de santo procurado por Juvenal entre as pessoas que “faziam tanto o bem como o mal”, a *narradora plena* reitera as ponderações morais do irmão Hélio:

Quando a gente morava ainda nas fazendas, lembro ainda do pai indo também no Domiciano lá na ponte preta, ele era um pai de santo bem forte que as pessoas procurava. Queriam fazer um negócio, encontrar uma luz, uma direção, procurava o Domiciano. E faziam tanto o bem como o mal. E o meu pai levava barrigada de porco, barrigada de boi, e foi a vida inteira assim.

No esforço de memória de Maria para descrever o que o pai costumava levar para o terreiro, ela demonstra, no início, uma indisfarçável inibição quando se refere sobretudo à *imolação do animal*³⁶, não sobre o ato em si, mas sim o que o pai

³⁶ “Imolar um animal na cultura dos CTTro significa oferta um animal para determinado deidade africana como um modo de agradecer àqueles que mantêm o povo do axé vivo. Trata-se sobretudo de manter a conexão com um mundo divino que está em todo o espaço e em toda a ação, inclusive

poderia fazer com a “barrigada de porco e barrigada de boi”. O fato dela dizer “que a vida inteira foi assim” só reforça o quanto foi significativo para Juvenal essa identidade religiosa, afro-brasileira, que apesar de relativizada, emerge aos poucos nas narrativas da família. Na leitura do Babalorixá Sidnei Nogueira “É na encruzilhada que podemos encontrar nossas origens ancestrais, a auto compensação, a restauração, a morte, o (re)nascimento e continuidades” (NOGUEIRA, 2020, p. 119).

Na dinâmica da pesquisa, a narradora Maria das Graças Eloy revê adiante seu percurso dentro da Congregação Cristã e, mesmo na posição de convertida, não poupa críticas ao ambiente excludente e de rejeição racial que afetou sua filha Marlene:

Na mudança pra cidade, assim como meus irmãos, também me converti para a Congregação Cristã, e nesse lugar de Deus, quem diria, a Marlene sofreu rejeição. Ela sofria em silêncio, não costumava falar sobre isso. Lia no seu olhar a admiração pelas irmãzinhas brancas, transparentes, de cabelo amarelo e liso. Naquele ambiente da Igreja, não havia espaço para minhas filhas, de longe dava para ouvir o mal-estar dos irmãos:

— Onde já se viu, duas negrinhas entre nós....

Assim mesmo, eu queria impor a minha crença. Para irmos ao culto, só comprava saias de todos os tipos pra mim e pra elas, menos curta. O armário estava abarrotado de saias.

Nesse relato, surgem enfim os primeiros indícios de conotação racista, legitimados por sua fala, contra a sua filha Marlene no interior da própria Congregação. Na interpretação de Maria, embora os irmãos não se manifestassem através de palavras, ela via, ouvia e sentia na pele o mal-estar dos congregados perante a cor negra e retinta de sua filha. Com seu “véu de aparências”, a Congregação não livrou a filha da *narradora plena*, e por conseguinte sua família, do racismo exercido pelos “irmãos” unidos num só espírito. A banalização do racismo na terra, por um subterfúgio espiritual, é dissecada pela filósofa e ativista negra Lélia Gonzalez, cuja enunciação irrompe da convivência com os protestantes:

nos gestos mais corriqueiros e aparentemente simples do cotidiano que são igualmente sagrados” (NOGUEIRA, 2020, p. 119).

Porque sendo só espírito, eu não via esse corpo preto, essa cara preta, esse cabelo que chamam de ruim, e esses lábios que chamaram de beijos, esse nariz que chamam de achatado, enfim, eu saía do mundo, ia lá para cima, virava um espírito. Maior barato ser espírito, aí não há problema (GONZALEZ, 2018, p. 243).

4.1.4 Um corpo negro tombado nas águas...

O extraordinário da história oral é que na “sua função contestadora” de fatos sociais do presente “cria-se condições para a escuta ativa do outro que nos conta diferentes versões de uma mesma história, que pressupõe-se camuflada por anos”.

No decorrer das entrevistas, o oralista assume seu projeto subjetivo, transcria e rompe a rígida hierarquia entre os tempos para conjugar o trabalho no tempo-presente. Assim sendo, a história oral recusa a neutralidade e na concepção do professor e orientador desta dissertação José Carlos Sebe Bom Meihy, emerge como alerta:

Não há como deixar de considerar o caráter afirmativo da história oral de grupos submissos. O compromisso, portanto, é a marca-mãe da história oral: compromisso de mudanças, reivindicações e alertas. Sem possibilidade de ser neutra ou distante, a história oral tem lados e visa pactos ou reformas. Nesta linha, não há como se recusar a vê-la como uma “contra-História” - entendendo-se aqui a História como fiscalizadora de posições (MEIHY, 2007, p. 20).

Chiquinho, como era conhecido, foi o sexto-filho de Juvenal e Olinta. Nas palavras de Maria sobre o irmão:

... A mãe ao falar do Chico, a boca aguava...E no dia de sua nascença, o céu soltava faísca. A parteira dele foi a tia Josefa, parente da mãe, que jurava de pé junto que o Chico nasceu de espirro.

No tempo presente, mais uma vez, a *narradora plena* nos conta a versão da história que a família ouviu e reproduziu sobre a morte de seu irmão Francisco:

A história que contaram para nós foi que o Chiquinho caiu no córrego onde ele passava todo santo dia. Acontece que na véspera de feriado a coisa encardiu pro seu lado. Ninguém me tira da cabeça que armaram uma

tocaia. Quando ele passou, deram uma machadada na cabeça e ele caiu no córrego.

Ficou como afogamento, mas o Francisco morreu de morte matada.

Durante anos, a versão transmitida por gerações sobre a morte de Francisco é que ele faleceu vítima de acidente causado por embriaguez. A sua irmã Maria conta que a versão oficial sobre a morte foi a de que Francisco vivia bêbado e que, em uma sexta-feira, ele caiu dentro de um pequeno córrego, bateu a cabeça e morreu afogado. Trata-se da versão que está no imaginário, inclusive, da autora deste projeto de dissertação, que ouviu esse relato por mais de trinta anos - que seu tio havia morrido nesta ponte em que ela passava com frequência ao ir à pé para a escola. E vez ou outra se perguntava: como ele morreu ali, naquele corguinho, que nunca chegou a ser um córrego...

O confronto de versões sobre a morte trágica de Francisco ganha novos contornos quando as narrativas das irmãs e da sobrinha se interpolam e se alimentam de outras percepções sobre o fato, observado no tempo presente com mais distância, dentro de uma perspectiva racial, ignorada durante o ocorrido, pela banalização do corpo negro tombado nas águas.

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 1968, p. 71).

A versão da causa-mortis de Chiquinho é questionada pela primeira vez, por ocasião da sexta entrevista com a narradora Maria e sua irmã-colaboradora, Fátima, no dia 5 de julho de 2021, no bairro Esperança em Poços de Caldas. No encontro, ao abordar este evento abortado da história e não assimilado pela família, Maria conclui seu relato assegurando que ao invés de “afogamento”, conforme o divulgado, Francisco “morreu de morte matada”, no que Fátima vai mais além, contextualizando o suposto assassinato que vitimou o irmão, e insinuando saber o nome do responsável:

Um dia desses vi o homem que eu desconfiava dele, ele morreu essa semana...

Na realidade a família nunca solicitou o atestado de óbito do irmão para saber ao certo as causas de sua morte, talvez pela vulnerabilidade do Chico, enquanto homem negro, de personalidade forte, mas sobretudo pela descrença na justiça, que por preconceito, tende sempre a punir a vítima. E no silêncio velado, depois de tantos anos, nessa sexta entrevista, as duas irmãs encaram os fatos e convivem com a hipótese do assassinato de Francisco.

Do ponto de vista legal, dificilmente haverá reparação deste episódio trágico, pois a família paralisada diante do “corpo tombado” também é vítima constante da violência racial.

No desenterrar dos mortos, a memória todavia ajusta contas com o passado, instabiliza a versão cristalizada no imaginário familiar e fiscaliza a história, reivindicando seu lugar no tempo-espaço simbólico.

No ensaio *Necropolítica*, o filósofo camaronês Achille Mbembe inaugura a discussão acadêmica sobre o conceito de política da morte, lançando várias questões a fim de confrontá-las: “*Se considerarmos a política a uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)?*” (MBEMBE, 2016, p. 124).

Dentre as indagações colocadas por Mbembe, soa quase como previsível o assassinato de Francisco nas circunstâncias relatadas por Maria e Fátima, considerando que o corpo negro como uma espécie de “morto-vivo”, destituído de subjetividade, é passível de ser morto sem questionamentos. Segundo o filósofo africano, “quem sentencia quem vai viver e morrer é o próprio Estado.” No contexto em que ocorreu o crime é justo questionar: qual foi a postura da ordem e do poder vigente em não abrir uma investigação sobre o que realmente aconteceu com Francisco? As narrativas da família certificam a omissão e a desimportância atribuída pelo estado ao corpo negro. Em casos equivalentes como os da morte de Chico, Mbembe expõe “a íntima relação que vinculou o nome ‘negro’ à morte, ao assassinato e ao sepultamento. E, óbvio, ao silêncio a que deveria necessariamente ser reduzida a coisa - a ordem de se calar e de não ser visto” (MBEMBE, 2018, p. 264).

4.1.5 O particular e o universal

Reconhecido como a figura representativa do poder, embora subordinado aos fazendeiros, Juvenal Domingos é tratado e aceito ao longo das narrativas de Maria e seus irmãos como o patriarca que provém e mantém severamente a ordem vigente no núcleo familiar.

Em seus relatos, os irmãos descrevem com minúcias as inúmeras cenas com rasgos de violência sofridas do pai, nas mais diversas situações. Sem muitas alternativas, os raros enfrentamentos dos irmãos à essa violência, exasperada em geral pela bebida, sempre foram vistos por Juvenal como algo desrespeitoso, uma afronta ao chefe da casa. A férrea moral imposta pelo pai e introjetada pelos filhos é examinada pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1998), que ilumina “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção.”

No enunciado de Maria e Fátima, elas contam dois momentos:

Maria

Voltando um pouco para trás, a dona Olinta, minha mãe, tinha um desejo de ficar nessa terra vivendo sem agressão, violência, só que não foi assim... Tinha um medo terrível de não ser alguém, não queria filha à toa, quer dizer, mulher da vida. Mulher cheia de vida, afetuosa, seu sonho era ficar viúva do pai para viver um conto de fadas com os filhos, **mas o Juvenal eliminou a mãe pouco a pouco...**

Fátima

A violência do homem nas fazendas sempre foi o nosso maior medo. A mãe vivia pedindo em oração: “Deus, guarda a filha do homem mau”, e “homem mau”, era o estupro. Eu pedia pra ser uma mulher honrada e de respeito aqui na terra, não queria dar decepção pros pais. As mulheres viviam muito desamparadas, nosso pavor era virar mulher da vida. **A mãe não conversava com as filhas**, e por isso não me abria. E ela sem brilho nos olhos não conseguia ajudar. **Se abrisse a boca, o pai falava:**

— **Fica quieta, Olinta!**

No decurso das narrativas de Maria e Fátima, confirma-se, a cada situação vivida pelas irmãs entre as fazendas e a cidade, a lógica de reprodução da “ordem social”, onde as mulheres da família são submetidas a cada gesto, ao gênero

dominante, ao homem que, no seu exercício de “autoridade”, jamais, aceita ser contrariado. Bourdieu, desvenda as ramificações e efeitos da dominação masculina:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres [...] (BOURDIEU, 1998, p. 18).

Os relatos de Maria e Fátima, sentenciam o silêncio dentro de casa, não somente da mãe Olinta, mas de todos os filhos submissos à figura paterna. Ambas reafirmam uma dificuldade imensa de não se conversar dentro de casa, de expor qualquer opinião que fosse divergente ao pai. E o contraditório é que Olinta se torna também uma figura avessa ao diálogo, como descreve Maria, ao indagar a mãe na véspera do casamento:

Caprichosa que só ela, a mãe costurou uma camisola simples, de algodãozinho, bordada com florzinhas cor de rosa bem miudinhas e me presenteou antes do meu casamento, agradecei:

— Mãe fala para mim como é a vida de casada?

O que eu tenho que fazer?

— Maria, estou te dando essa camisola para você vestir, no momento certo você saberá fazer uso dela... E para de sem graceira!

O ponto final da conversa foi pelo olhar e sem chance de especular sobre a vida a dois. Guardei a camisola com jeitinho para usar na noite de núpcias.

Nos vãos da narrativa, entrevemos que o silêncio de sua mãe se expressa como algo que viesse a protegê-la de uma violência ainda mais agressiva em relação ao desvelamento do pai. Tendo em vista o ambiente patriarcal da casa, não poderia este silêncio ser interpretado como ato de “sobrevivência”, e não de “submissão”? Pensando o silêncio como gesto de ruptura, encontramos na literatura da escritora afro-americana Audre Lorde uma passagem interessante, quando ela afirma que em nome do silêncio “fomos socializadas a respeitar mais o medo do que as próprias necessidades de linguagem, significação, enquanto esperávamos em

silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocava” (LORDE, 2019, p. 55).

Ao longo das entrevistas múltiplas com Maria, a narradora se abre, e confessa sua perplexidade pela postura passiva dos irmãos face aos desmandos do pai. Aos poucos sugere, que em diversas ocasiões enfrenta o pai a seu modo, não sucumbindo-se ao silêncio e ao medo instaurado por ele. A violência doméstica transparece nas falas de Maria como corriqueira, o que hoje pode-se denominar “naturalizada”. Neste trecho, a narradora descreve a agressividade generalizada do pai, que extrapola o gênero, e não poupa sequer os bichos de estimação:

Eu fiquei firme porque não podia arreganhar os dentes pro lado do pai senão dava soco.

Juntamos as matulas, enxadas, o borná e passamos direto pela venda. Nem a pinga ele bebeu, notei alguma coisa errada.... Do portão de casa deu uma bicuda no cachorro e no gato, escorregou no barro da cozinha, levantou e deu um murro no olho da mãe. Tascou um soco no Hélio, no Francisco, e em mim, e com aquela bota dura abriu um buraco nas varizes da perna da mãe, bateu em todo mundo. Só deu tempo de pegar o pano queimado com açúcar para estancar a sangueira que formava uma poça de arco íris no chão da cozinha.

A mãe não parava de chorar o meu choro soterrou na garganta.

Pedi para Deus sumir com o meu pai, uma pessoa destemperada.

Só que esse destemperamento vem lá de trás. No fundo, lá no fundo, carregava mais ódio que amor. Acho que apanhou igual gato no saco, e descontava depois em nós. Apanhamos por várias mãos, do pai, do avô e do bisavô que apanhou do fiscal lá da fazenda, que matou o pai dele por conta da lida não terminada.

Nesse trecho relatado por Maria, evidencia a superioridade do pai frente a toda família, legitimando a agressão desde sua mulher, filhos, cachorro e o gato. O que não dependia necessariamente do “gênero” específico, e explico melhor, ele não batia apenas nas mulheres de seu núcleo familiar, e também nos filhos. Nessa cena relatada, o estopim para desencadear a violência poderia acontecer de um simples desentendimento cotidiano, ou ainda, que algo lhe desagradasse, ou simplesmente lhe contrariasse. E como afirma Maria em uma passagem:

A mãe fala que o pai é meio bipolar.

— Maria, o que é isso?

É tipo aquela pessoa que está rindo agora, daqui um pouco franzi a testa e passa uns minutinhos, está pronto para brigar.

Com o avançar da sua idade, ao que tudo indica, os filhos mais novos não apanharam como os filhos mais velhos, conforme conta Fátima:

...Vai saber porque o pai nunca bateu na Maura e no Pedrinho?

Juvenal Domingos é filho de Francisco José Calixto e Placedina de Maria de Jezuz. Ele nasceu no dia 30 de agosto de 1920 em sua casa de colônia na Fazenda Barreiro. No desenrolar da pesquisa, localizamos no primeiro livro do cartório de Botelhos a certidão de casamento dos avós de Juvenal, Domingos José Calixto e Anna Antônia de Jezuz, datada em 19 de dezembro de 1908. Nesse registro de matrimônio constam como testemunha o nome do dono da Fazenda Barreiro, Alfredo Luiz de Almeida. Na pesquisa de campo feita nessa fazenda, o livro contábil referente aos colonos que ali moravam e trabalhavam revelou alguns dos nomes dos irmãos de Juvenal: Geraldo Domingos Carreiro e José Benedito Domingos. Com base neste livro, constatamos que todos os irmãos nasceram no Barreiro, onde existia, segundo relatos de sua filha Maria, uma fileira de mais de 30 casas destinadas aos colonos.

De acordo com o registro de matrimônio encontrado na Cúria Diocesana de Pouso Alegre, esses avós de Juvenal, Domingos e Anna Antônia, casaram-se em 1888. Nesse documento, encontramos o nome dos pais de Domingos José Calixto, que eram Antônio e Joanna, e descobrimos no acervo da paróquia Sagrada Família de Machado a certidão de batismo da irmã dele, conhecida como Dalina.

Dalina, negra, de 30 dias, filha legítima de Antônio e Joanna, crioula, escravos de José Gonçalves Romão, nasceu em janeiro de 1871.

Livro 4º, folha 35, anno 1871.

A descrição documental da genealogia de Juvenal Domingos é primordial para entender as raízes formativas do pai de Maria das Graças Eloy (Domingues), de Aparecida de Fátima e demais irmãos que compõem a rede de colaboradores.

A jornada de Juvenal atravessa situações que envolvem estratégias de sobrevivência, perambulações por fazendas e fixação na cidade, sempre permeada

pela reprodução da violência que foi comum no ambiente colonial e com reflexos no seu cotidiano familiar.

Amansador de cavalos, líder da colônia e herdeiro de tradições ancestrais, Juvenal, na acepção de Frantz Fanon pode ser visto como um sujeito colonial e violentado, bisneto de escravizados, ou seja, uma pessoa desenraizada cultural e psicologicamente de sua gênese africana.

Em seu livro *Violência e Psicanálise*, Jurandir Freire Costa (1984), assinala que todo ato humano tem subjacente o desejo, o que inclui os atos violentos. Neste sentido, não podem ser consideradas ações violentas aquelas que expressam pura manifestação instintiva da agressividade, uma vez que não estão contidas nelas o desejo da destruição.

Na perspectiva colonial, “a violência à flor da pele é a descarga emocional”, o que, à luz da teoria de Fanon, elucida o comportamento de Juvenal. Esse personagem que rompe, sucessivamente, com a subordinação aos latifundiários peregrinando durante meio século por mais de treze fazendas, até a saída de toda a família para a vida urbana. Nesta aventura pela sobrevivência digna na cidade, “o desdobramento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial”, antevê Fanon, problematizando as contradições de uma família que tenta incessantemente se libertar da violência mas se depara com os abismos sociais por onde vai.

A violência tem uma tripla dimensão. É a “violência no comportamento cotidiano” do colonizador em relação ao colonizado, “violência em relação ao passado” do colonizado, “que é escravizado de qualquer substância, “e a violência e injúria em relação ao futuro, pois o regime colonial é na realidade, uma rede “ponto de encontro de violências múltiplas, diversas, reiteradas, cumulativas, vividas tanto no plano de espírito, como no “dos músculos, do sangue (MBEMBE, 2018, p. 189).

O processo de desagregação familiar do Clã Domingos e Procópio, no êxodo rural para Poços de Caldas, verifica-se no impacto violento sobre os irmãos da narradora, Francisco (assassinado brutalmente) e Pedro Domingos (em luta contra a dependência química), além da migração forçada para a periferia da cidade.

Valorizada como espaço turístico, cuja arquitetura é de inspiração europeia, Poços de Caldas não reconhece até hoje a memória que envolve sua fundação,

apoiada numa gênese racista, que, mesmo soterrada, permanece viva e difusa no imaginário local.

A base da formação de Poços de Caldas se deu no auge do Ciclo do Café, quando surgiu a Fazenda Barreiro, no então distrito de Botelhos. Com a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, extinguindo a escravidão no Brasil, acredita-se que houve um êxodo do espaço rural para o urbano e, nessa conjuntura os moradores das fazendas teriam se deslocados para o primitivo povoado, constituindo os bairros do Macaco, Vai e Volta e Quilombo Botafogo.

A partir dos raros registros oficiais, localizados em pesquisa de campo, realizada em outubro de 2019, no Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas, constatou-se que a fonte, o bairro e o quilombo estão intimamente ligados à gênese do balneário termal, sendo territórios de resistência sociocultural constituídos em sua maioria por ex-escravizados que, em meados do século XIX, foram expurgados desses espaços para urbanização da área central da cidade.

É verdade que nem todos os negros são africanos e nem todos africanos são negros. Apesar disso, pouco importa onde eles estão. Enquanto objetos de discurso e objetos do conhecimento, desde o início da época moderna, a África e o negro têm mergulhado numa crise aguda tanto a teoria da nomenclatura quanto o estatuto e a função do signo e da representação (MBEMBE, 2018, p. 33).

Embora pioneiros na formação de Poços de Caldas, citados inclusive em passagens do livro de Mourão, os protagonistas negros dessa saga, como Tomás, Benedito e Teodoro, entre outros que ajudaram a construir a cidade, não obtiveram a representatividade histórica até hoje, em função da cor de pele, e, por conseguinte, estatuto social. Mário Mourão, confirma essa condição:

Houve também o lado bom do 13 de maio. Mudaram-se para o primitivo povoado todos os pretos e pretas da vizinhança, fundando inúmeros mucambos, inclusive um perigosíssimo, o da Rua Rio Grande do Sul, e que chamavam de Botafogo, porque quase semanalmente havia ali tiroteio com morte (MOURÃO, 1952, p. 273).

4.1.6 Antes do verbo veio a música: o despertar de potências adormecidas

Antes de tudo ouve a música. Se não houvesse a sonoridade, o verbo nunca seria dito. Antes de tudo ser criado, a movimentação dos elementos pra poder criar o mundo, folhas e ventos. É uma sinfonia.

Mateus Aleluia.

Se a perambulação da família Domingos pelas fazendas do Sul de Minas e São Paulo carrega dores e provações, a parte que lhe toca a arte de viver é repleta de saberes, belezas, digressões da língua e aventuras musicais.

Na ousadia para sobreviver, a imaginação falou mais alto e, por mais que desenraizada a família fosse, certos ritos cultuados no tempo trouxeram a cura, o consolo e a receita para se tornar matéria da memória. A herança cultural africana, sinônimo de festa, música, ginga, transe e celebração sobreviveu em Juvenal que resistiu à conversão, e legou nas narrativas de Maria e seus irmãos segredos ancestrais. Os acordes musicais despertaram as potências adormecidas, e os Irmãos Domingos fizeram a roça bailar.

A música é um capítulo à parte na história de vida de quase toda a família, primeiro, porque o pai, Juvenal, entre suas muitas ambiguidades, possuía um ouvido sensível e alimentava um antigo sonho, segundo nos conta Maria.

O gosto da família pela música nasceu do desejo de Juvenal de montar uma orquestra; seu filho, compreendendo o sentido da música na vida do pai, o estimulou com a ideia engenhosa de vender uma vaca para comprar bateria. Juvenal, um homem “embrutecido”, teve o espírito musical pulsando dentro de si desde o além-mar, e na colônia sacudiu a roça por doze anos, o que nos impressiona, especialmente quando ele convoca os filhos para tocar nas fazendas e animar os bailes, criando o grupo Irmãos Domingos. Como ressoa na voz de Maria, “A casa virou guarda-roupa de instrumentos”.

É no limiar da pesquisa que o tino musical de Juvenal e a tradição artística da família vêm à tona, nas humoradas narrativas de Maria e Fátima, que se lembram eufóricas dos bailes em que os irmãos tocavam no chão batido das fazendas de Minas e São Paulo. Trata-se de uma herança musical que atravessa várias gerações. O “despertar das potências” conceituado por Achille Mbembe se

manifesta na aparição dos autodidatas Irmãos Domingos, que ressurgem em alto e bom som nas narrativas vibrantes de Maria:

Com tino musical, bem cedinho, o pai ouvia um rádio velho de corda, que foi nossa escola.

Nosso ouvido era esclarecido e devagar as letras entravam na cabeça. Nos bailes do Córrego das Pedras, o Homero arriscava umas músicas do Mário Zan, do Zé Bettio, do Tonico e Tinoco, Tião Carreiro e Pardinho. E da sanfona, veio o tamborim e depois o pandeiro.

Sábado a gente vestia a roupa de ver “Deus”.. Saíamos bonitas pra bailar e picava o couro a noite inteirinha. No amanhecer o cabelo já tinha engruvinhado, a canela russa de tanta poeira assentada por causa do óleo e do pó e o sol desadormecia com nós.

A família musical Domingos atravessou o mar, não se sabe se o Atlântico ou o Índico. É importante destacar que durante o processo de abolição forjou-se uma espécie de rota clandestina para milhares de moçambicanos cativos, que embarcavam em grandes contingentes no porto de Quelimane e chegavam no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro. Essa rota vigorou desde 1850 até a abolição da escravidão, em 1888.

Para compreender essa estrada marítima “ilegal” é importante analisar a influência da lei *Slave Trade Suppression Act* (Lei de Supressão do Comércio de Escravos), conhecida também como *Lei Bill Aberdeen* que, em 1845, proibiu o tráfico de escravos africanos.

Essa lei permitia que a Marinha Real Britânica tivesse o poder de fiscalizar e controlar o Oceano Atlântico com a finalidade de confiscar e capturar os navios negreiros, com penas e sanções às Coroas responsáveis. Com tal proibição, criou-se uma espécie de “Oceano Clandestino”, entre o Índico e o Atlântico, destinado ao comércio de africanos escravizados vindos da África Oriental, principalmente de Moçambique, ou seja, um novo tráfico de homens-mercadoria, cujos preços eram um décimo dos da costa ocidental.

Em 1645, no Rio de Janeiro, já havia documentos históricos identificando um pequeno comércio de escravos vindos da costa oriental, que intensificou-se com a proibição no Atlântico e com a criação da nova “estrada marítima”. Entre o período de 1795 e 1810, consta que 15 navios com cativos moçambicanos chegaram ao Rio

e, depois de 20 anos, circularam pelos mares clandestinos 239 navios negreiros, quase todos originários de Moçambique. Embora o Brasil tivesse conquistado sua independência em 1822, as proibições impostas ao Império Português foram paulatinamente impostas também ao Império do Brasil, onde os traficantes de escravizados também passaram a agir na clandestinidade. A construção da nação brasileira deu-se, assim, sobre a mão de obra cativa africana, ilegal diante das leis nacionais e internacionais, através de mares clandestinos.

Os pesquisadores asseguram que, nas montanhas das Minas Gerais, há mais povos Bantu do que Nagô. No sul do estado, provavelmente houve uma maior afluência de africanos vindo de Moçambique e Angola.

O sobrenome Crioulo, encontrado nos documentos dos antepassados da família Domingos, é uma importante evidência histórica: esses registros foram os mais antigos documentos oficiais encontrados sobre a família e apresenta a possibilidade de uma origem étnica. O termo “Crioulo” tem inúmeras derivações e entendimentos; entre as as definições que encontrei até aqui, a que mais faz sentido é aquela que interpreta o enlace dos africanos entre si, como uma uma tática de sobrevivência cultural de etnias diferentes frente à violência do colonizador:

(...) manter-se em vida, sobreviver, em suma, levar uma vida humana, a questão estética — e portanto política — por excelência. Eis porque, quer se tratasse da escultura, da música, da dança, da literatura oral ou do culto das divindades, sempre se tratou de despertar as potências adormecidas, de renovar a festa, esse canal privilegiado da ambivalência, esse teatro provisório do luxo, do acaso, do dispêndio, da atividade sexual, e metáfora de uma história por vir (MBEMBE, 2018, p. 301).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa jornada final, afirmo que a dissertação forjou-se na teimosia de poder dizer quem se é.

Ao longo do caminho arrisco dizer que a História Oral deflagrou o devir negro não só em mim, mas em toda a minha família. Simbolicamente, esse duplo encontro se fez quase que no rito da *gira*, ao invocar a memória individual e coletiva.

Na digressão de um tempo espiralar, *a memória veio trazer o cheiro da minha terra, a música do meu povo, a certeza de hoje e sempre que ninguém vai nos tirar*. E da abstração telúrica convergiram milhares de memórias “clandestinas”, vindos lá de longe, de povos Banto, parir uma falange de filhas da terra da *cabaça-útero* das montanhas de Minas Gerais.

Dito isso: a mulher negra vai falar escrevendo.

O gênero narrativo da História Oral, aplicada aqui como *história oral de vida plena*, libertou uma legião de mulheres que, impossibilitadas de escrever as suas próprias histórias de vida, narram enfim em primeira pessoa o seu devir.

Enquanto pesquisadora tive o privilégio de transcriar livremente a dissertação *Memórias da terra: a história de vida da mulher negra no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo*.

Trata-se, portanto, de um projeto de *história oral de vida plena* de Maria das Graças Eloy, que envolve dois clãs: Domingos e Procópio.

No período entre 2020 a 2023, realizei 13 entrevistas presenciais e incontáveis entrevistas a distância com a *narradora plena* e seus colaboradores, além de viagens de campo às cidades de Poços de Caldas, Botelhos, Machado, Poço Fundo, Alfenas, Belo Horizonte, Caldas - todas em Minas Gerais - e ainda uma visita a São Sebastião da Gramma, no estado de São Paulo.

Da intensa pesquisa de campo, resultou um vasto *corpus documental* cuja memória, pela via da oralidade, foi a matéria-prima da dissertação, corporificada no ato da *transcrição*.

Com exceção da última pesquisa de campo que comentarei mais adiante, todas as visitas nas fazendas do Barreiro, Nossa Senhora de Lourdes, dos Srs. Ramiro e Horacinho, Recreio e Córrego das Pedras foram realizadas sem a presença da *narradora plena* para não influenciá-la.

Cabe mencionar que o procedimento da passagem do oral para o escrito não

se deu após as entrevistas, mas, pelo contrário, na progressão do trabalho e após um distanciamento que se fez necessário, por ser a pesquisadora partícipa dessa história de vida.

A partir dos *estímulos* provocados pela pesquisadora, os entrevistados desengavetavam as lembranças empoeiradas como o feijão pagão que a tia preparava, a ciência das ervas e ramas para ajudar na cicatrização de partos e abortos, e os traços sutis de uma cultura negra “silenciada”. E também expuseram fartas vivências de violência, permitindo assim uma análise desse universo particular que se estende à maioria da sociedade brasileira.

Com tantos temas latentes, no primeiro trato com o material gravado não consegui obter o distanciamento necessário para seguir com a transcrição, afinal as narrativas em questão tratavam de mulheres da minha família. Ao constatar tal dificuldade, aguardei propositalmente o momento de *transcrever* e *textualizar* novas entrevistas, que aconteceu um ano depois.

É importante frisar que, nesse período, a pandemia de Covid-19 se impôs de forma voraz, carregando para si os amigos queridos João Paulo Sabino e Leonardo Franco, além de minha tia, Dulce Domingues.

Isso posto, não me precipitei em retomar as viagens de campo com a narradora por entender que Maria das Graças pertencia ao grupo de risco da Covid-19 - conforme alerta a escritora Conceição Evaristo, “a qualquer descuido da vida a morte é certa.” No cuidado com a vida, segui em contato remoto com os acervos paroquiais das cidades de Poço Fundo, Machado e Pouco Alegre, à procura dos registros de nascimento, casamento e óbito dos meus trisavós, Domingos Francisco Calixto e Anna Antônia de Jezuz, e tataravós, Antônio Crioulo e Juliana Crioula e Antônio Crioulo e Joanna Crioula.

Perante os riscos apresentados pela pandemia, o professor e orientador José Carlos Sebe Bom Meihy acolheu o grupo de estudos do NEHO/USP e traçou conosco as novas diretrizes para que as pesquisas em curso não sucumbissem diante do estado de calamidade pública que o mundo atravessava.

Na correria desenfreada do tempo, passou-se mais de um ano desde o início da pós-graduação, o que fez com que os encontros quinzenais acontecessem à distância. Nos anos letivos de 2020 e 2021, nos aprofundamos então nas leituras propostas pelo orientador e, minimamente instrumentalizada com o conceito de

História Oral, comecei os diálogos com o professor, discutindo com ele sobre as temáticas que eu deveria trabalhar. Naquele instante, eu insistia em desenvolver a pesquisa no âmbito da *história oral híbrida*, em função do trabalho paralelo que realizava remotamente nos acervos das igrejas, me detendo na documentação histórica. Por inúmeras vezes, Sebe me alertou e encorajou a aceitar que a história que eu pretendia escrever era essencialmente uma *história oral de vida plena*. Pelo fato de envolver diretamente minha família, eu não conseguia enxergar essa hipótese. Angustiada, andava dois passos e voltava dez, pois resistia a expor o lado da minha história de vida. Por fim compreendi que por mais que negasse essa minha parte, estou umbilicalmente ligada ao encontro amoroso de meu pai, Pedro César Domingos, com a minha mãe, Ilda de Cássia Rodrigues.

Com duas doses da vacina no braço, varei em direção à pesquisa de campo, munida dos procedimentos da História Oral, quando novos estímulos foram então lançados à narradora e seus colaboradores. Ao término da épica viagem pela roça do sul de Minas Gerais e São Paulo, frutificamos 13 vigorosas entrevistas.

Consciente da potência expressa nas vozes de Maria, Aparecida, Helena, Manoela, João, Hélio, Homero e Pedro, e embasada pela teoria adquirida nos encontros com o orientador, senti que a memória de expressão oral pulsava nos relatos e estava apta para ser transcrita.

Ao analisar toda a textualização percebi um ziguezague das lembranças que misturava presente, passado e futuro - tudo se fundia no tempo da memória, quer dizer, havia muitas repetições de fatos narrados em diferentes entrevistas. A interrogação persistia: por onde começar a escrita?

O ponto de partida da pesquisa se estruturou com a definição do *ponto zero* da pesquisa, que foram as primeiras entrevistas com Maria das Graças Eloy (Domingues), sendo ela própria posta no lugar de *narradora plena*. Maria narrou com nitidez as minúcias cotidianas de sua história de vida, como a menstruação nas eiras do cafezal, o vestido verde tingido com o pó guarany, a calcinha de sal e o azulejo feito por sua mãe com barro branco com florzinha de mato cariru.

No fluir da *transcrição*, ouvir todas as entrevistas foi fundamental para absorver a sonoridade da voz, a entonação, o timbre, o desconforto, a angústia, o medo, o riso e o embaraço de revelar algo íntimo preso na garganta. E no rito de uma escuta atenta, ressoou o rico vocabulário de Maria, no tom mineiro do sul de

Minas Gerais.

No decorrer das entrevistas, o medo dissipou-se e a palavra mastigada assumiu um sentido próprio, expressando sem qualquer julgamento a originalidade da errância verbal, afinal, isso importava-nos tanto quanto o que estava sendo dito.

O ato de transcriber as narrativas de Maria despertou o desejo de que minha própria voz se incluísse também ao texto; assim, ouvindo serenamente a narradora, encontrei a minha própria linguagem. As outras histórias de vida foram incorporadas ao texto através do diálogo de Maria com os seus colaboradores.

Maria torna-se a protagonista e, “sem meias-tintas”, como ela gosta de dizer, contou sua história sem se vitimizar da violência sofrida, não mais velando o passado, mas desterrando o presente como uma espécie de reparação para consigo mesma.

Desse modo, a terra incorporou-se às histórias de vida por sua intensidade, se fazendo presente nas narrativas:

A terra tinha afeição por nós...

A terra entendeu que éramos gente...

A terra deu o fruto merecido...

Quanto mais terra jogavam, mais eu gritava, gritavaa, gritavaaa...

Necas da terra frutificar...

Eu tenho amor pela terra, sempre tive admiração pelo tanto que ela fez na nossa vida.

Na dinâmica da transcrição, não recuei diante do que ouvi - ri com Maria, chorei com Fátima, vivi o transe com penas de galinha com o João, e com o Pedro, meu pai, justificando esta pesquisa, assentei enfim o tom vital da dissertação.

E, justo no diálogo entre Maria e os irmãos, verifiquei que o homem não tem uma voz predominante; quem os convida para a conversa é a mulher e narradora.

Reconhecendo meu lugar de mulher negra, sobrinha de Maria, peço licença à academia para apresentar e concluir a dissertação em primeira pessoa.

Ressalto que a escolha do que seria abordado no texto se impôs na reiteração de fatos, casos, vivências e repetições de uma trajetória... O segundo desafio do projeto foi situar, na *transcrição*, os locais onde ocorreram os encontros, e numa “coisa de intuição”, inspirada em meu avô Juvenal, decidi valorizar a voz que se manifestava mais viva do que nunca nas entrevistas: a casa da infância, o quintal,

o cafezal, a escola, os amores, a vida na roça, o racismo, o sapato tem-dó, o candomblé e a conversão de toda família.

Nesse primeiro ensaio acadêmico, enquanto oralista transcriei com a máxima liberdade tudo que ouvi e senti junto à narradora e aos colaboradores nas entrevistas. Como não conhecia os lugares referidos por todos, as anotações do meu caderno de campo foram essenciais para gestar com precisão essa dissertação.

Movida pelas saudades do que vivenciei no limiar da pesquisa, resolvi, no meio do processo, realizar uma última pesquisa de campo nas terras da infância com os meus tios, Maria, Hélio, Homero, e com o meu irmão, Pedro, no dia 12 de maio de 2023. Sem um objetivo claro *a priori*, mas com o desejo de levá-los à casa em que todos nasceram. Com o carro emprestado de minha mãe, Ilda, saímos então da cidade de Poços de Caldas, onde todos haviam chegado em 1974, com destino à cidadezinha de Botelhos, de onde vieram.

Nessa tarde, não pretendia entrevistá-los, pois já estivera com eles anteriormente; o intuito foi deixar o gravador ligado para que pudéssemos partilhar momentos nunca vividos entre nós, pois fazíamos a nossa primeira viagem juntos.

Considero essa última entrevista como uma exaltação das memórias adormecidas de nossos mortos que se fizeram presentes em toda essa viagem: o tio Zote entrou na conversa ao passarmos pela antiga estrada de terra que ele cavalgava; o primo Ormino surgiu nessa mesma estrada com os seus sapatos no ombro, ao lado da sua noiva Helena, rumo à festa na tulha da Fazenda Barreiro; o tio Geraldo chegou de mansinho numa fresta de memória do Hélio. Uma vez evocados, seria impossível não transcriar essas memórias da terra, tão onipresentes. E, por intermédio da voz de seus descendentes, teci um diálogo constante da narradora com os nossos mortos. É importante destacar que os mortos se manifestaram desde o início, e que Maria, ao falar deles, o fez sem medo; pelo contrário, pareceu-lhe a coisa mais natural do mundo falar com os encantados da família.

Ao entardecer, no final de nossa viagem iniciática por Botelhos, eu e meus tios reencontramos a prima Helena, de quem Maria se lembrava com convicção desde a primeira entrevista, em 2019. O curioso é que o livro cedido pelo José Rodrigues, hoje proprietário da Fazenda Barreiro encontrava-se com Helena,

mesmo após um ano da primeira vez que ele me levou para conhecê-la. Nos despedimos dela e, após o cafezinho coado de costume, regressamos, com meu irmão Pedro ao volante, para Poços de Caldas.

Antes da entrega desta dissertação, reli os dois primeiros capítulos da *transcrição* para e com a *narradora plena* Maria das Graças Eloy e a sua colaboradora e irmã, Aparecida de Fátima, num clima de muita emoção.

A opção estilística em escrever essa dissertação de forma não linear e cronológica se deve à natureza lacunar e deveras fragmentada de nossa própria história de vida, o que não compromete em nada o que de mais importante está sendo dito: a épica doméstica de mulheres negras que protagonizaram, na terra dos outros, um enredo de tradições repesadas e refeitas no tempo de suas memórias.

Ao final da pesquisa de campo, a narradora assume o protagonismo de sua própria história de vida, entendendo a sua importância no tempo-espaço, sem recuar diante das dolorosas memórias. Com humor e ironia, se contrapõe invariavelmente às situações adversas, reafirmando a potência de sua trajetória.

Creio que a maior contribuição deste trabalho é encorajar outros pesquisadores a ouvir a face oculta de história de vida que ainda ninguém ousou contar.

A última viagem é a que está por vir...

“A memória escorreu pelo córgo
tornou-se córrego
virou rio
e desaguou no mar
dos nossos antepassados...”

6. MEMÓRIAS DE EXPRESSÃO ORAL

Narradora plena

Maria das Graças Eloy (Domingues)

Colaboradores

Aparecida de Fátima Silva

Manoela de Jesus Domingues

Maria Helena Domingues

Pedro César Domingos

João Donizetti Domingues

Hélio Domingues

Homero Domingues

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELOU, Maya. **1928 – 2014. Poesia completa / Maya Angelou.** (Tradução de Lubi Prates). Bauru, SP: Astral Cultural, 2020.

ARNALDO, Rosa Vianna Neto. **A négritude de Aimé Césaire, Conserveries mémorielles.** Online, since 21 November 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cm/133>.

AZEVEDO, Maria Amélia.; GUERRA, Viviane. **Violência doméstica na infância e na adolescência.** São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BARBOSA, Waldemar. **Negros e Quilombos em Minas Gerais.** 1.ed. Belo Horizonte: Ed.do Autor, 183 p., 1972.

BÖSCHEMEIER, Echazú e al. Lélia fala de Lélia: Homenagem a Lélia Gonzalez. **Revista De Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**, 15(1), 55–65, 2021. <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv15n1.2021.40453>

BOURDIEU, Pierre. **2002 - A dominação masculina /Pierre Kühner.** 11° ed. Rio de Janeiro 160p., 2012. (Tradução: Maria Helena Bertrand Brasil). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 7 set. 2023.

CALDAS, Alberto Lins.Narradores Plenos em História Oral. **Revista Zona de Impacto.** ISSN 1982-9108, Vol. 10, Ano X, 2008. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/narradores>. Acesso em: 6 set. 2023.

CECHIN, Petronila Libana. Reflexões sobre o resgate do parto natural na era da tecnologia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 55 (4). 444-448, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/SN9J6x5bDRtCXJQZQrtCLKd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 de set. 2023.

COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850 - 1900).** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

DANFÁ, Lassana. Violência civilizacional e colonial no olhar de Frantz Fanon e Sigmund Freud. **Psicologia: Ciência e Profissão.** 40(No. Especial), 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230245>. Acesso em: 10 de set. 2023.

EVARISTO, Conceição. **A Escrivivência e seus subtextos.** In: DUARTE, C. L; NUNES, I. R. (org.). **Escrivivência: a escrita de nós.** Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 26-47, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Certidão de óbitos**. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/negra-a-certidao-de-obito/>. Acesso em: 15 de set. 2023.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. (Tradução de Renato da Silveira). Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Teoria e Prática da Libertação. Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. Cortez & Moraes. São Paulo, 1979.

FREIRE COSTA, J. **Violência e psicanálise**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de jovens e adultos**. Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 1995.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C%20A%20lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. (Tradução: Laurent Léon Schaffter). 2. ed, Paris, França, 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960. Disponível em: https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2019/02/edoc.site_1960-quarto-de-despejo-carolina-maria-de-jesuspdf.pdf. Acesso: 24 de set.2023.

LIMA, Kelly Diogo de; PIMENTEL, Camila; LYRA, Tereza Maciel. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. suppl 3, p. 4909-4918, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wbq3FxFxQH7HmVMYSp7Y9dntq/>. Acesso em: 09 de set. 2023.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. (Tradução: Stephanie Borges). 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MANGUEIRA, Suzana de Oliveira; LOPES, Marcos Venícius de Oliveira. Família disfuncional no contexto do alcoolismo: análise de conceito. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 1, p. 149-54, jan/fev, 2014.

MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. **A memória é a matéria essencial das entrevistas**. Entrevista com José Carlos Sebe Bom Meihy. (Entrevista). *Lumina*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 213–226, 2020. DOI: 10.34019/1981-4070.2020.v14.28251. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28251>. Acesso em: 6 set. 2023.

MARTINS, Marcos Lobato. **Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG**: décadas de 1850-1890, Alfenas, Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/56409/59526>. Acesso em: 24 de set. 2023.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 320 p., 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaio**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 6 set. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas**: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral**: 10 itens para uma arqueologia conceitual. In: *Oralidades: revista de História oral - Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*. Ano1, n. 1(jan/jun. 2007). São Paulo:NEHO, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, R M. **Cinderela negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. Acesso em: 24 fev. 2024.

MOURÃO, Benedictus Mário. **Vale Milagroso**. Separata de Publicações Médicas. Ano XXII – nº 181, 1952.

MOURÃO, Mário. **Poços de Caldas**. Síntese Histórico-Social. 2. ed. São Paulo: Oficinas Gráficas de Saraiva S.A, p. 574, 1952.

NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NASCIMENTO, K. I. M. e al. Manobra de Kristeller: uma violência obstétrica. **Brazilian Journal of Health Review**, 4(2), p. 7362–7380, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/27710/21918>. Acesso em: 09 de set. 2023.

NASCIMENTO, Milton. Era Rei e Sou Escravo. Minas Gerais: **Warner Music**: 2002. 1:34. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lj-BXSS78Bk>. Acesso em: 15 de set. 2023.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Editorial, 2020, 160p. (Coleção Feminismos Plurais. Coordenação de Djamila Ribeiro).

OLIVEIRA, Arilson S. de. Roger Bastide e a Identidade Nagocêntrica. Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, nº 2, dez. 2008, p. 82-96.

OLIVEIRA, Vilma Benedito. **Saberes e práticas das parteiras Tupinikim**. 46 f. Monografia (enfermagem) – Faculdade de Ciências da Saúde, Departamento de Enfermagem, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10812/1/2014_VilmaBeneditodeOliveira.pdf

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos. V. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.7, nº13 jul-dez,2017, p.182-195. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/5306/4019>. Acesso em: 7 set. 2023.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Imigração Portuguesa**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4203403/4153479/imigracao_portuguesa_com_pleto.pdf. Acesso em: 25 fev. 2024.

QUEIROZ, Sônia. **Palavra banto em Minas** [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019, 380 p. ISBN: 978-65-8001-003-5. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786580010035>. Acesso em: 6 set. 2023.

REBELLO, Ricardo Moreira. **Machado**. Volume I - História Política Administrativa até a Instalação do município. 2006. Disponível em: <https://www.machado.mg.gov.br/files/cultura/ObrasHistoricas/Livro%20-%20O%20Munic%20-%20Machado%20at%20-%20A%20virada%20do%20mil%20-%20Ricardo%20Moreira%20Rebello.pdf>. Acesso em: 09 set. 2023.

REZENDE, Rodrigo Castro. **Crioulos e crioulizações em Minas Gerais**: designações de cor e etnicidades nas Minas sete e oitocentistas. 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1594.pdf>. Acesso em: 24 de set. 2023.

SOARES, Jezuíno da Costa. **O Protestantismo Pentecostal**: Um estudo sobre a Congregação Cristã no Brasil. 9f. TCC (Graduação) – Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/JEZUINO-DA-COSTA-SOARES.pdf>. Acesso em: 11 de set. 2023.

TEIXEIRA, Raimundo Nonato. A alfabetização de jovens e adultos: a abordagem de Paulo Freire. **Multitemas**, (31), 2016. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/754>. Acesso em: 6 set. 2023.

SANTANA, Tiganá. Breves considerações sobre o traduzir negro ou tradução como feitiçaria. **Revista Landa**. vol.7, nº1, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/id/ebf57f17-4593-4dc0-abe4-1d3212e4bf95/1.%20TIGANA%20-%20LISTO.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

VEIGA, Saturnino da Veiga. **Almanach Sul-Mineiro**. Typographia do Monitor Sul-Mineiro, Campanha, 1.874, página 144, 1874.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de todos os santos, no Brasil, e na antiga Costa dos Escravos, na África**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

BOTELHOS (MG). Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Botelhos. **Certidão de nascimento** [de] Juvenal Domingos. Registro em: 30 ago. 1920.

BOTELHOS (MG). Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Botelhos. **Certidão de nascimento** [de] Olinta Eufrásia de Jesus. Registro em: 16 mar. 1925.

BOTELHOS (MG). Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Botelhos. **Certidão de matrimônio** [de] Francisco José Calixto e Placedina Maria de Jezuz. Registro em: 18 dez. 1908.

CÚRIA DA ARQUIDIOCESE DE POUSO ALEGRE (MG). **Assento de batismo** de Dalina. Registro manuscrito de 1971. Machado: acervo da Paróquia Sagrada Família e Santo Antônio do Machado de Machado (MG).

CÚRIA DA ARQUIDIOCESE DE POUSO ALEGRE (MG). **Assento de matrimônio** de Domingos Francisco Calixto e Anna Antonia de Jezuz. Registro manuscrito de 1888. Pouso Alegre: acervo da Cúria da Arquidiocese de Pouso Alegre (MG).

POÇOS DE CALDAS (MG). Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Poços de Caldas. **Certidão de óbito** [de] Juvenal Domingos. Registro em: 06 jan. 1990.

POÇOS DE CALDAS (MG). Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Poços de Caldas. **Certidão de óbito** [de] Olinta Eufrásia de Jesus. Registro em: 24 fev. 1986.